



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História



GABRIELLA SIMANTOB DA SILVA PINTO

**“NADA FORA DO ESTADO”: A
internacionalização da polícia
brasileira e a vigilância internacional
na luta anticomunista do
Entreguerras**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

GABRIELLA SIMANTOB DA SILVA PINTO

“NADA FORA DO ESTADO”: A internacionalização da polícia brasileira e a
vigilância internacional na luta anticomunista do Entreguerras

RIO DE JANEIRO

2025

GABRIELLA SIMANTOB DA SILVA PINTO

“NADA FORA DO ESTADO”: A internacionalização da polícia brasileira e a vigilância internacional na luta anticomunista do Entreguerras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Gonçalo Gonçalves

RIO DE JANEIRO

2025

S588 Simantob da Silva Pinto, Gabriella
?NADA FORA DO ESTADO?: A internacionalização da polícia
brasileira e a vigilância internacional na luta
anticomunista do Entreguerras / Gabriella Simantob da
Silva Pinto. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
125

Orientador: Gonçalo Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História,
2025.

1. Anticomunismo. 2. Diplomacia. 3. História da Polícia.
I. Gonçalves, Gonçalo, orient. II. Título.

GABRIELLA SIMANTOB DA SILVA PINTO

“NADA FORA DO ESTADO”: A internacionalização da polícia brasileira e a vigilância internacional na luta anticomunista do Entreguerras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof. Dr. Gonçalo Gonçalves

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gonçalo Gonçalves (Orientador)

Instituto Universitário de Lisboa

Prof. Dr. Diego Galeano

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlo Romani

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

2025

Agradecimentos

Minha trajetória com a pesquisa começou há sete anos atrás, quando comecei a iniciação científica durante a graduação na UNIRIO. Desde então, tive o privilégio de continuar trabalhando nesta área que me oferece tanta gratificação. Em meio a toda esta trajetória, e principalmente nos dois últimos anos deste mestrado, recebi o apoio e força de muitas pessoas, que foram tão necessárias para mim ao longo deste processo.

Agradeço aos meus avós, especialmente ao meu avô, Geraldo, cuja influência foi tão importante para a minha criação, e que me fez a pessoa que eu sou hoje. À minha mãe, Irene, meu pai, Gustavo, e meu segundo pai, Beto, agradeço pela formação e suporte oferecidos por toda a minha vida.

O trabalho de pesquisa pode ser, muitas vezes, solitário. Mas ao longo desta pós-graduação posso afirmar que não estive sozinha em nenhum momento, graças a meus amigos que mantenho desde a graduação: Lara, Letícia, Poliana e Lucas. Agradeço por todas as discussões sobre nossas pesquisas, os momentos de descontração e companhia nas disciplinas e eventos acadêmicos. Também agradeço a todos os colegas que estiveram comigo nas aulas e eventos da UNIRIO, UFRJ e PUC-Rio.

Agradeço ao Bruno pela presença constante, paciência e carinho. Por todas as páginas lidas desta dissertação e, principalmente, por acreditar e confiar no meu potencial mais do que qualquer pessoa.

Agradeço aos funcionários e docentes do Programa de Pós-Graduação da UNIRIO, assim como aos funcionários dos arquivos que visitei para a realização desta pesquisa, especialmente do Arquivo Histórico do Itamaraty, que ajudaram muito no processo de investigação e recolhimento de fontes. À CAPES, agradeço pelo apoio financeiro que permitiu a dedicação à esta pesquisa.

Agradeço especialmente aos professores que auxiliaram nos rumos desta dissertação, e que são grandes inspirações acadêmicas. Ao professor Flávio Limonic, agradeço pelos diálogos importantes na primeira disciplina que fiz neste mestrado. Aos professores Diego Galeano e Carlo Romani, agradeço pela participação nesta banca e pela leitura atenciosa deste trabalho. Por fim, agradeço ao meu orientador, Gonçalo Gonçalves, por todas as oportunidades e pelo acompanhamento desde a graduação: sem a sua orientação, este trabalho não seria possível.

Resumo

Este trabalho procura analisar o desenvolvimento de contatos internacionais de motivação política entre a polícia brasileira da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e agentes diplomáticos do Itamaraty atuando no exterior. Argumenta-se que na década de 1930 foi criada uma nova rede internacional de contatos anticomunistas, que atuava de forma intercontinental. Esta rede, sustentada principalmente por governos autoritários, desenvolveu ações de vigilância política entre fronteiras por meio de viagens de oficiais de polícia para outros países, realização de conferências anticomunistas, distribuição de propaganda e pela prisão, expulsão e assassinato de indivíduos ligados ao Comintern. Por meio da pesquisa às fontes diplomáticas, pode-se analisar como funcionários do Itamaraty agiram como agentes repressivos para além das fronteiras brasileiras, contribuindo para a vigilância de dissidentes do governo Vargas e consolidando contatos internacionais com motivações políticas. O período varguista centralizou a força policial, a nível nacional, e intensificou contatos internacionais com outros regimes ligados ao nazifascismo. Tomando como exemplo principalmente o fortalecimento das relações germano-brasileiras, até fins da década de 1930, será possível compreender o envolvimento brasileiro na “internacional fascista” desenvolvida no entreguerras.

Palavras-chave: Anticomunismo. Diplomacia. História da Polícia. Vigilância Política.

Abstract

This dissertation seeks to analyze the development of politically motivated international contacts between the Brazilian police of the Special Police Station for Political and Social Security (DESPS) and diplomatic agents of the Itamaraty working abroad. It argues that the 1930s saw the development of a new international anti-communist network of contacts that operated intercontinentally. This network, supported mainly by authoritarian governments, developed cross-border political surveillance actions through police officers traveling to other countries, the development of anti-communist conferences, distribution of propaganda and through the arrest, expulsion and murder of individuals linked to the Comintern. Through research into diplomatic sources, it is possible to analyze how Itamaraty officials acted as repressive agents beyond Brazilian borders, contributing to the surveillance of dissidents from the Vargas government and consolidating politically motivated international contacts. The Vargas period centralized the police force at a national level and intensified international contacts with other regimes linked to Nazi-fascism. Taking as an example mainly the strengthening of German-Brazilian relations until the end of the 1930s, it will be possible to understand Brazil's involvement in the “fascist international” developed between the wars.

Keywords: Anti-communism. Diplomacy. History of the Police. Political Surveillance.

Lista de abreviaturas e siglas

AHI - Arquivo Histórico do Itamaraty

AIB - Ação Integralista Brasileira

CAL - Confederação Anticomunista Latino-americana

CAUR - Comitati d'Azione per l'Università di Roma

COMINTERN - Internacional Comunista

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

EIA - *Entente Internationale Anticommuniste*

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

FBI - *Federal Bureau of Investigation*

GESTAPO - *Geheime Staatspolizei*

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*

SEI - Serviço de Estudos e Investigações

SEI - Sociedade de Estudos Interamericanos

TSN - Tribunal de Segurança Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WACL - *World Anti-Communist League*

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 - A cooperação internacional na campanha contra o comunismo.....	18
1.1 - Origens do policiamento internacional.....	19
1.2 - Uma Conferência Policial.....	22
1.3 - Da América do Sul para o Atlântico.....	37
Capítulo 2 - Lügenpropaganda: A inserção brasileira em redes de propaganda anticomunista internacional.....	53
2.1 - O Itamaraty em redes anticomunistas internacionais.....	54
2.2 - “Lügenpropaganda”: O Brasil em contato com o Anti-Komintern.....	59
2.3 - O estrangeiro na Exposição Nacional do Estado Novo.....	75
Capítulo 3 - Vigilância de agentes transnacionais.....	80
3.1 - Comunistas Internacionais.....	80
3.2 - Arthur Ewert.....	83
3.3 - Elise Saborowski Ewert.....	92
3.4 - Olga Benário.....	98
3.5 - Considerações Finais.....	104
Conclusão.....	110
Fontes primárias.....	114
Referências Bibliográficas.....	117

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os contatos internacionais estabelecidos por forças policiais e diplomáticas brasileiras para o combate ao comunismo ao longo da década de 1930. Após a subida ao poder de Getúlio Vargas, em um contexto mundial de valorização do autoritarismo, o estudo do crescimento e transformação de órgãos de vigilância, especialmente política, que defenderam tais ideais autoritários demonstra-se necessário. O combate ao comunismo desenvolveu-se ao longo do período entreguerras e caracterizou um pilar importante para o regime Vargas e outras ditaduras ligadas ao fascismo neste momento em nível global. A formação do Comintern, a Terceira Internacional em Moscou, em 1919, mobilizou esforços organizados de difusão do comunismo, concentrados em uma potência mundial, e atuantes através de fronteiras nacionais para a promoção de movimentos revolucionários em diversos países.¹ Os regimes autoritários que se implantavam em diferentes partes do globo sentiram uma necessidade cada vez maior de colaboração internacional entre governos e organizações de vigilância. Protagonizados por policiais, mas contando também com a participação de embaixadores e outros atores ligados à diplomacia e às relações internacionais, os contatos anticomunistas brasileiros foram desenvolvidos de forma transatlântica e de modo mais intenso durante o período em estudo. O estabelecimento das redes de vigilância entre agentes de policiamento e da diplomacia permitem compreender como a defesa do regime, vista sob o prisma do combate ao comunismo, era encarada como algo que tinha de ocorrer além do território nacional, explicando assim o interesse e mobilização de membros do governo Vargas para os contatos externos no âmbito da vigilância política.

A diferença entre o que consideramos como “internacional” e “transnacional” deve ser explicada para a compreensão da ação entre fronteiras de diferentes agentes ao longo deste trabalho. Entendo como internacional a ação sustentada entre governos nacionais, como contatos oficiais entre funcionários de diferentes nações.² Contatos policiais e de funcionários do Ministério de Relações Exteriores com o estrangeiro se sustentam de forma internacional. A ação transnacionalista, por sua vez, se caracteriza pelo fluxo de indivíduos sem ligações estatais oficiais que se deslocam e atuam entre fronteiras nacionais.³ Deste modo, pode-se

¹ STUDER, Brigitte. **The Transnational World of the Cominternians**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p.22

² CLAVIN, Patricia. An Epilogue to the Making and Unmaking of Central Europe and Global Order In: BECKER, Peter; WHEATLEY, Natasha (Ed.). **Remaking Central Europe: The League of Nations and the Former Habsburg Lands**. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 365

³ SCHILLER, Nina Glick. Transnationality. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (Ed.). **A Companion to the Anthropology of Politics**. John Wiley & Sons, 2008, p. 449

caracterizar os agentes ligados ao Comintern, estrangeiros que atuavam com propósitos revolucionários pelo mundo, como pessoas transnacionais. A ação destes indivíduos justificou os esforços de institucionalização da luta anticomunista no interior do Itamaraty. Passando a atuar em maior contato com a polícia brasileira e com instituições estrangeiras, funcionários do MRE ajudaram a internacionalizar o processo de vigilância contra estes dissidentes políticos.

A intensificação de contatos com a Alemanha hitlerista, motivados por uma hostilidade mútua à ação comunista⁴, demonstra a equivalência ideológica entre os dois regimes e permite analisar a ação internacional de governos autoritários de direita, mas é necessário compreender que o interesse no desenvolvimento de redes de vigilância comuns passava pelo entendimento de que o movimento comunista que chegava ao Brasil passava por ou era organizado a partir da Alemanha. O que acontecia na Alemanha tinha impacto no Brasil; para combater o comunismo no Brasil o regime de Vargas necessitava também vigiar na Alemanha. Unterman interpreta o desafio administrativo de aplicação de leis nacionais para indivíduos transnacionais, trazendo atenção para o desenvolvimento de contatos internacionais com objetivos domésticos, de manutenção de supremacias nacionais.⁵ Estas motivações nacionais guiaram o processo de mobilização de uma rede de contatos anticomunista, com inclinações autoritárias.

A formação de um “Internacionalismo Fascista”⁶ resultou na circulação de estratégias políticas e cooperação a diversos níveis, como a vigilância e a repressão do comunismo. A noção de “diplomacia cultural” apontada por Ivani como estratégia para a expansão da ideia fascista, como no caso da missão policial italiana em Portugal, pode ser apontada como exemplo deste fenômeno.⁷ Missões policiais passaram a assumir gradualmente o caráter de relações diplomáticas e alinhamento político. A diplomacia tradicional foi considerada um útil instrumento para a ação política, neste caso no contexto das instituições policiais.⁸ Mussolini tinha interesse na formação de um grupo transnacional de forças fascistas para se opor ao socialismo e ao liberalismo. A organização do Comitati d’Azione per l’Università di Roma (CAUR) pode ser apontada como motivada por uma rivalidade autoritária ao Comintern

⁴MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002, p. 282

⁵ UNTERMAN, Katherine. **Uncle Sam's policemen: the pursuit of fugitives across borders**. Harvard University Press, 2015, p.3

⁶ HERREN, 2017, p. 211

⁷ IVANI, Mario. **Esportare il Fascismo: Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)**. Bologna: CLUEB, 2008, p. 17

⁸ Ibid., p. 309

soviético.⁹ A cooperação estabelecida entre a Gestapo alemã e a polícia espanhola a partir 1937, incluiu a assinatura de um acordo de assistência mútua, foi mais um modelo para o projeto de cooperação policial estruturado, voltado para a exportação de métodos e procedimentos de policiamento e para a luta contra a ameaça comunista internacional.¹⁰ Estes exemplos servem como base para o desenvolvimento de um estudo voltado para estes contatos autoritários em conexão com o Brasil. Nunes, ao analisar os tratados de extradição assinados entre o Estado brasileiro e o italiano na década de 1930, mostra como o Fascismo tomou o Direito Penal como legitimador de seu discurso.¹¹ Deste modo, o desenvolvimento do policiamento brasileiro para além de suas fronteiras, e o estabelecimento de uma rede de contatos essencialmente atlântica, representou não somente um instrumento de política externa para a manutenção de regimes autoritários¹², mas também a mobilização de uma estrutura de contatos transnacional voltada para a vigilância, perseguição e eliminação de um movimento político que pretendia ser internacional.

O período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado por Hobsbawm como a “Era da catástrofe”, é considerado por muitos pesquisadores como um momento de crise no âmbito das relações internacionais, em consequência da ascensão de regimes autoritários e da ênfase generalizada em políticas nacionalistas.¹³ Será possível, no entanto, questionar esta noção ao apontar para a formação desta “internacional fascista” na década de 1930, voltada para a cooperação de países autoritários para o combate à ameaça comunista protagonizada pela União Soviética e pela Terceira Internacional.¹⁴ O argumento proposto por Patricia Clavin, ao apontar que as estratégias internacionalistas não se limitavam à esquerda, permite questionar também a evolução de formas de policiamento e vigilância antirrevolucionários no pós-Primeira Guerra.¹⁵ Neste contexto, esta dissertação pretende explorar o papel brasileiro no aprofundamento da relação entre vigilância política e relações

⁹ PINTO, António Costa; KALLIS, Aristotle. **Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 27

¹⁰ SZANAJDA, Andrew; MESSENGER, David A. The German Secret State Police in Spain: Extending the Reach of National Socialism. **The International History Review**, v. 40, n. 2, 2018, p. 397

¹¹ NUNES, Diego. Extradição na Itália Fascista (1922-1943) e no Brasil de Getúlio Vargas (1930-1945) entre a Ascensão do “Direito Penal do Fascismo” e a Sobrevivência da Tradição Liberal do Direito Penal. **Sequência**, Florianópolis, 2018, p. 110

¹² DOS SANTOS RIBEIRO, Mariana Cardoso. Violações transnacionais: diplomacia, colaboração e repressão contra espanhóis (1936-1939). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, 2020, p. 167

¹³ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15

¹⁴ HERREN, Madeleine. Fascist Internationalism. In: SLUGA, Glenda; CLAVIN, Patricia. **Internationalisms: A Twentieth-Century History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 211

¹⁵ CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. **Contemporary European History**, Cambridge, v. 14, n. 4, 2005, p. 424

internacionais. O desenvolvimento e crescente interesse da polícia brasileira no estabelecimento de contatos com diversas embaixadas, consulados e forças policiais estrangeiras serão apontados ao longo da análise documental de fontes diplomáticas. Em conjunto com ações de coordenação policial entre cidades, no contexto interno brasileiro, o papel da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps), criado no governo provisório de Getúlio Vargas, desenvolveu-se também na coordenação de ações de vigilância política, especialmente na repressão anticomunista, a nível internacional. De acordo com Deflem, as atividades de polícia a nível nacional ou internacional devem ser tratadas como processos complementares, uma proposição que se adequa ao caso brasileiro.¹⁶ O chefe de polícia Filinto Müller e o seu Desps, em conjunto com a diplomacia varguista, desenvolveram um senso de compromisso e defesa do Estado que se estendeu para além das fronteiras nacionais. Para combater de modo mais eficaz uma percebida crescente ameaça protagonizada pelo comunismo mundial, a inserção da polícia brasileira em redes de contatos entre polícias de diferentes países se tornou mais significativa no período do Entreguerras, empreendendo ações progressivamente especializadas contra a ameaça do “comunismo internacional”. O interesse brasileiro na aproximação com países autoritários, voltada para o combate a dissidentes mútuos destes governos, demonstra uma nova era de internacionalização da vigilância.

A estruturação destas relações policiais e diplomáticas demonstrou uma tradução institucional de políticas de repressão ao comunismo no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, o que aponta para a organização de uma estrutura de vigilância que envolvia a articulação de diferentes esferas de ação do Estado.¹⁷ Eugenio Garcia assinalou como o Ministério de Relações Exteriores foi usado pelo governo brasileiro a partir da Primeira República como forma de monitorar conexões internacionais de natureza revolucionária, caracterizando uma função estratégica da diplomacia brasileira para a manutenção do controle e estabelecimento de uma inteligência antirrevolucionária, especialmente na luta contra o comunismo.¹⁸ A partir de 1930, as ações diplomáticas anticomunistas ganham força, mas dão mais sinais de continuidade do que de mudança.¹⁹ O estudo de Adrianna Setemy expõe a articulação da colaboração entre forças de vigilância policiais e diplomáticas no âmbito do

¹⁶DEFLEM, Mathieu. **Policing World Society**: Historical Foundations of International Police Cooperation. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 159

¹⁷SETEMY, Adrianna. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIE): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty. **Locus: Revista de História**, v. 24, n. 1, 2018, p. 152

¹⁸GARCIA, Eugenio V. Antirevolutionary diplomacy in oligarchic Brazil, 1919–30. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 4, 2004, p. 771-772

¹⁹ Ibid., p. 794

Itamaraty, descrevendo a mobilização destas práticas repressivas através de uma perspectiva institucional.²⁰ Por mais que seja possível apontar continuidades nas ações diplomáticas anticomunistas, a década de 1930 também representou algumas rupturas para estratégias de combate aos dissidentes do governo brasileiro. A partir do governo varguista, o conjunto de contatos e redes de colaboração sul americana e europeia passaram a se transformar em uma política externa, principal diferença entre as redes anticomunistas da década de 1920, que ocorriam de forma mais exclusiva pelo meio policial. Ao longo dos anos 1930, uma rede diplomática-policial passa a se transformar em política externa oficial, se deslocando de uma baixa diplomacia para alta diplomacia. A autonomia de cônsules, atuando no estrangeiro, até 1938, permitiu espaços para certa polifonia, assim desenvolvendo uma política anticomunista internacional levada a cabo por oficiais policiais e diplomáticos. O trabalho de Elizabeth Cancelli, dedicado a estudar o desenvolvimento da polícia varguista, toca em muitos dos temas presentes nesta dissertação, e oferece uma leitura compreensiva e introdutória para o estudo da internacionalização da polícia brasileira.²¹ A presente pesquisa se propõe a dar continuidade às questões apontadas primeiramente por Cancelli, se afastando de sua ênfase em eventos da história brasileira, trazendo uma compreensão mais internacional dos desenvolvimentos onde a polícia varguista esteve envolvida. Embora seja possível observar maior ênfase da historiografia no anticomunismo internacional a partir da Guerra Fria²², é importante trazer atenção para o fato de que as redes, organizações e motivações principais para a luta contra a URSS não se iniciaram após 1945. O momento do pós-guerra retomou contatos já estabelecidos nos anos 1930, e institucionalizou objetivos que estavam presentes durante o momento de subida autoritária do entreguerras.

Esta pesquisa, para alcançar seus objetivos de análise do internacionalismo anticomunista do entreguerras, com foco na inserção brasileira em redes de contato com

²⁰ SETEMY, 2018, p. 152

²¹ CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

²² DEFLEM, Mathieu. Policing International Society: Views from the United States. **Police Forum**, v. 7, n. 3, pp. 6-8, Jul. 1997; FIUZA, Alexandre Felipe. Uma ponte sobre o Atlântico: os exilados e as relações entre as polícias políticas brasileira e portuguesa (1950-1970). **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 210-227, 2014; DA SILVA, Vicente Gil. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. 2020. Tese de Doutorado. Tese (doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social; KAYSEL, André. As Ideias da Guerra Fria, A Guerra Fria nas Ideias: apontamentos sobre a transnacionalização do discurso político a partir do caso da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL)(1972-1984). **Wirapuru: Revista Latinoamericana de Estudios de las Ideas**, n. 5, p. 1-13, 2022; KAYSEL, André. A nação e seus outros: o nacionalismo e a contra-insurgência no discurso da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 23, n. 48, p. 27-51, 2024; MACHADO, Rodolfo. A internacionalização da extrema-direita brasileira na Guerra Fria: do movimento secundarista anti-Goulart à Liga Mundial Anticomunista (o nexos Clace-Sepés, 1962-1977). **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 16, n. 1, 2024.

motivações políticas, utiliza primariamente fontes diplomáticas. O Arquivo Histórico do Itamaraty permitiu a busca entre correspondências e ofícios enviados entre embaixadores brasileiros no estrangeiro e o Ministério de Relações Exteriores no Rio de Janeiro, muitas vezes encaminhados depois para o chefe de polícia Müller. A investigação desta documentação permite pontuar a ênfase da vigilância à ação comunista, tanto no Brasil como em países na América Latina e Europa. O catálogo da documentação deste arquivo também aponta para duas reuniões anticomunistas, realizadas entre 1936 e 1940.²³ Estas reuniões, ao início do meu processo de pesquisa, eram meu objetivo central de análise para a escrita desta dissertação. Entretanto, pelo processo de higienização do acervo documental, e posterior fechamento do AHI para obras, não foi possível ter acesso a estas fontes. A interdição do Arquivo do Itamaraty me permitiu realizar a pesquisa documental para este trabalho em menos de um ano, e definitivamente gerou alguns contratempos para esta dissertação. Com o propósito de enriquecer a documentação analisada, o Programa de Arquivos Pessoais (PAP) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) permitiu a compreensão do envolvimento pessoal de certos agentes do governo brasileiro. Principalmente, os arquivos de Filinto Müller apontam por meio de correspondências a ação e comprometimento deste chefe de polícia com desenvolvimentos policiais para a vigilância do comunismo.²⁴ Também foram usadas algumas fontes periódicas, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, para contextualizar certos eventos históricos e observar a percepção da mídia sobre certos desenvolvimentos.²⁵

Ao longo dos três capítulos desta dissertação são analisadas três formas de contato entre polícias e diplomacia de forma internacional: o estabelecimento de congressos e envio de agentes para o estrangeiro, a participação brasileira em uma rede de propaganda anticomunista internacional e, por fim, o diálogo entre agências de policiamento brasileira e alemã para a identificação e expulsão de revolucionários do território brasileiro. Estes contatos foram sustentados entre oficiais da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) do Rio de Janeiro e integrantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com ligação à agentes de vigilância europeus com regimes autoritários neste momento.

O primeiro capítulo se dedica a situar os primeiros contatos entre oficiais brasileiros e de nações estrangeiras nos anos 1920 e 1930. O envio de agentes brasileiros ao estrangeiro e a mobilização de agentes para congressos internacionais de polícia são considerados como os

²³ Catálogo do arquivo do Itamaraty, 1889-1959, p. 593-594

²⁴ Arquivo Filinto Müller, FGV CPDOC, FM 33.02.21; FM 33.04.26

²⁵ Correio da Manhã, 22/05/1936; Diário Carioca, 26/01/1936; A Noite, 26/04/1939

primeiros passos para a inserção do Brasil em redes de vigilância internacional. Parte-se do argumento que, a partir da ameaça de agentes revolucionários comunistas articulados através de um movimento transnacional, mobilizou-se ao longo do período do entreguerras um interesse por parte de autoridades policiais nacionais para o compartilhamento de informações sobre este movimento. A Conferência Internacional Sul-americana de Polícia de 1920, em Buenos Aires, foi estudada como o ponto de partida para a situação da vigilância internacional no entreguerras. Ao longo da década de 1930, os contatos brasileiros se voltam com maior interesse para a Europa, e principalmente para a Alemanha nazista, como pode-se observar pela análise de correspondências do embaixador brasileiro em Berlim com o Itamaraty. A participação varguista em eventos internacionais europeus é utilizada para demonstrar o processo de internacionalização brasileiro. Por fim, através da análise da participação brasileira na Primeira Conferência Secreta Anticomunista, em 1936, será possível entender o desenvolvimento de uma nova forma de internacionalismo policial, com ênfase na vigilância política.

O segundo capítulo possui como objetivo a análise do envolvimento de agentes brasileiros com a rede de propaganda anticomunista estabelecida ao longo dos anos 1930 por duas organizações que atuavam internacionalmente: o Anti-Komintern alemão e a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA) suíça. Por meio da remessa de boletins de cônsules brasileiros situados na Europa para o Itamaraty e daí para o chefe de polícia do Desps, é possível observar o desenvolvimento de um grupo anticomunista no interior do MRE em estreita articulação com a polícia. A criação do Serviço de Estudos e Investigações (SEI) em 1936 demonstra a articulação da primeira organização anticomunista brasileira com outras entidades europeias.²⁶ Estas ligações entre agentes diplomáticos e interesses relativos ao controle político demonstram como a diplomacia podia ser utilizada para a vigilância internacional em articulação com as forças policiais. A remessa de informações da polícia brasileira para a Alemanha é também evidenciada pela análise dos artigos de uma edição da revista do Anti-Komintern, publicada em julho de 1936. Por meio da interpretação dos principais tópicos abordados neste boletim de propaganda, será possível observar a importância dos eventos da Intentona Comunista brasileira a nível internacional, e a ameaça que a ação comunista transnacional representava aos regimes autoritários.

No terceiro capítulo, será possível observar o ápice das ligações apontadas anteriormente por meio do estudo de caso da prisão de três estrangeiros ligados ao Comintern e que vieram para o Brasil para ajudar na organização da tentativa revolucionária ocorrida em

²⁶ DA SILVA, 2020, p. 25

novembro de 1935: Arthur Ewert, Elise Saborowski Ewert e Olga Benário. Ao estudar os processos de prisão, identificação e expulsão dos Ewert e de Benário será possível compreender os métodos utilizados por organizações de vigilância para perseguir e condenar agentes políticos transnacionais. Os contatos internacionais mobilizados entre a diplomacia e polícia brasileira serão colocados em evidência através de um olhar mais detalhado sobre estes três casos, ilustrado pelo envio de documentação pelo embaixador brasileiro em Berlim, em contato com a Gestapo, para o chefe do Desps. A vigilância de correspondência entre familiares e presos também indica os interesses na ligação internacional de forças de policiamento entre os regimes nazista e varguista. A prisão, tortura e, em alguns casos, expulsão e assassinato de comunistas internacionais são o último pilar no processo de internacionalização de polícias motivadas pela vigilância política no entreguerras.

A análise da influência do anticomunismo na formação de relações entre agentes diplomáticos e policiais foi feita, principalmente, por meio de pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty. O uso de fontes diplomáticas permite compreender o desenvolvimento das relações internacionais brasileiras neste momento. A influência individual de embaixadores brasileiros situados no estrangeiro pode ser apontada como motivadora para a inserção do Brasil em uma rede anticomunista internacional, em conjunto à ações oficiais anticomunistas estabelecidas pelo governo varguista. Atuando como agentes de vigilância além das fronteiras nacionais, membros do Ministério de Relações Exteriores facilitavam o contato entre polícias internacionalmente e demonstram motivações políticas próprias

Capítulo 1 - A cooperação internacional na campanha contra o comunismo

Estudar a inserção do policiamento brasileiro em redes internacionais de vigilância permite aferir uma noção defendida por Clavin, que argumenta que o transnacionalismo pode ser mais bem entendido como uma estrutura que sustenta e dá forma à identidade de Estados-nação.²⁷ Sua interpretação ilustra como momentos marcados por intenso nacionalismo e ideais autoritários e ditatoriais não sufocaram o desenvolvimento de estratégias de cooperação internacional. Ao analisar comunidades internacionais como estratégia de reforço, ao invés de enfraquecimento, do poder nacional, torna-se possível apontar para os interesses mútuos sustentados por integrantes nestas redes de vigilância, caracterizando como as tentativas de internacionalização do policiamento são idealizadas e empreendidas com o propósito de promover certas visões de mundo e normas sociais.²⁸ Deste modo, o objetivo deste capítulo é situar a inserção brasileira nos desenvolvimentos das relações internacionais voltadas para a vigilância política no entreguerras.

Embora a vigilância transfronteiriça e a estruturação do policiamento brasileiro tenham passado por um processo de especialização a partir da ascensão de Vargas ao poder, é necessário apontar que a década de 1930 não iniciou este processo, mas aperfeiçoou diálogos e relações de cooperação já existentes entre polícias. Partindo do argumento de Clavin²⁹, que defende que o momento Entreguerras das décadas 1920 e 1930 aprofunda conexões internacionais anteriores, é pertinente analisar os desenvolvimentos observados a este respeito durante os anos 1920 aumentam e aprimoram os contatos individuais e institucionais entre forças de vigilância que se vinham desenvolvendo desde o século XIX.

A análise da Conferência Internacional Sul-americana de Polícia, ocorrida em 1920, e da documentação relativa aos contatos entre a polícia e diplomacia brasileira com outras organizações estrangeiras ao longo da década de 1930 permitem compreender a formação de redes de contato e relacionamento e a delimitação de novos inimigos políticos a serem perseguidos a nível transfronteiriço. Além disso, a análise da organização policial brasileira a partir da subida ao poder de Getúlio Vargas permite compreender tanto traços de continuidade com formas de policiamento iniciadas ainda na chamada Primeira República quanto rupturas

²⁷ CLAVIN, 2005, p. 421

²⁸ ANDREAS, Peter; NADELMANN, Ethen. **Policing the Globe**: Criminalization and crime control in international relations. New York: Oxford University Press, 2006, p. 13

²⁹ CLAVIN, 2005, p. 429

em relação à organização policial, passando a se voltar mais para a centralização de agências policiais, algo que teve impacto na internacionalização da polícia brasileira.

1.1 - Origens do policiamento internacional

Os contatos entre policiais e forças de vigilância entre diferentes nações europeias são identificados desde o desenvolvimento de aparelhos de Estado centralizados, motivadas pelo combate a movimentos políticos dissidentes, como o Republicanismo e o Socialismo³⁰. Na segunda metade do século XIX, a Comuna de Paris, em 1871 e o medo da revolução proletária consolida entre os governantes europeus a premência na articulação de esforços no combate à dissidência política. A ideia da formação de uma “contra-Internacional capitalista”³¹, sustentada pelos imperadores da Áustria e da Alemanha, e apoiada por Bismarck, pode ser vista como o prelúdio do estabelecimento de redes de cooperação internacional antirrevolucionária.

A violência anarquista da última década do século tornou essa necessidade ainda mais urgente, A Conferência Anti-anarquista de Roma de 1898 e a Reunião Anti-anarquista de São Petersburgo de 1904 constituíram momentos iniciais de desenvolvimento de atividades policiais conectadas.³² A percepção de uma oposição política revolucionária e de atos crescentes de terrorismo anarquista ilustravam para autoridades uma atuação transnacional do protesto político. Estas ações dissidentes manifestaram a necessidade de internacionalização do processo de investigação e do aumento de trocas de informações e inteligência entre polícias. Deflem aponta que a cooperação policial internacional nasce com o primeiro propósito de combate ao anarquismo³³, e Jensen evidencia que o período a partir de 1870 é marcado pela centralização e desenvolvimento do policiamento em países europeus e diálogos graduais entre departamentos de polícia de diferentes Estados³⁴, relacionando o momento de nacionalismo intenso do final do século XIX como motivador para inícios da cooperação

³⁰ MARCKS, Holger. Who's the Criminal? Anarchist Assassinations and the Normative Conflict about Legitimate Violence. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019, p. 100

³¹ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015, p. 181.

³² DEFLEM, Mathieu. **Policing World Society: Historical Foundations of International Police Cooperation**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 66

³³ DEFLEM, 2002, p. 74

³⁴ JENSEN, Richard Bach. **The Battle Against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934**. New York: Cambridge University Press, 2014, p. 66.

internacional. Pode-se argumentar que momentos de maior foco no nacionalismo não enfraquecem, mas estimulam contatos policiais e diplomáticos, principalmente no campo da vigilância política, e passam a desenvolver circuitos novos para a vigilância, no final do século XIX direcionado sobretudo para o combate ao anarquismo e a partir de 1917 no combate ao comunismo.³⁵

A internacionalização de relações policiais se relaciona também com desenvolvimentos de policiamento no âmbito nacional. As polícias das capitais nacionais administradas pelo poder central aumentaram seus contatos com outras agências estrangeiras e, ao mesmo tempo, com as organizações de polícia locais de diferentes regiões em um mesmo espaço nacional. Estes diálogos entre polícias expressam a formação de uma cultura própria entre os agentes, e refletem a importância atribuída ao desenvolvimento de métodos policiais considerados científicos, que, somados à experiência no terreno, fomentaram uma ação que se esperava mais eficiente dos agentes policiais. A ideia de uma cultura policial nacional e internacional, sustentada de forma mais ou menos autônoma por policiais, que se desenvolveu até ao início da Primeira Guerra Mundial, mostra senso de compromisso com a manutenção política de seus respectivos regimes a nível individual. Apontando para a interferência dos interesses destes agentes em ações de estreitamento de contatos entre fronteiras, estimulou-se uma noção de moralidade própria e compartilhada por policiais de diferentes nações, estabelecendo uma forma de definição social da vigilância internacional com propósitos políticos.³⁶

Embora a historiografia do policiamento internacional dê ênfase aos desenvolvimentos europeus, através de trabalhos como os de Jensen, Deflem ou Mazower³⁷, que concluíram que a campanha internacional contra o terrorismo anarquista exerceu considerável impacto diplomático e influenciou o desenvolvimento de ações de cooperação principalmente em Estados europeus, devemos também considerar os esforços americanos na formação de redes de policiamento. Num contexto de violência anarquista, Gonçalves indicou o desenvolvimento das práticas de policiamento internacional Atlântico ao longo deste período. Saindo de operações secretas e contatos individuais entre agentes estrangeiros, estruturaram-se

³⁵ HÄRTER, Karl. The Transnationalization of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century: Political Crime, Police Cooperation, Security Regimes and Normative Orders - an Introduction. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019, p. 8-15

³⁶ FIJNAUT, Cyrille. The International Criminal Police Commission and the Fight Against Communism, 1923-1945. In: **The Policing of Politics in the Twentieth Century**. Providence: Berghahn Books, 1997, p. 111

³⁷ JENSEN, 2014, p. 365; DEFLEM,, 2002, p. 162; MAZOWER, Mark. *Governing the World: The History of an Idea*. New York: The Penguin Press, 2012, p. 26

planos para uma cooperação multilateral mais estruturada.³⁸ Mais focado na América do Sul, Galeano analisou a evolução de contatos entre polícias de países da América do Sul ao longo das primeiras décadas do século XX, interpretando que eventos como a Conferência Inter-policial de 1905, o Congresso Científico Americano de 1910 e a Conferência Sul-americana de Polícia de 1920, todos realizados em Buenos Aires, assim como o Congresso de Montevideu em 1901 e o Congresso Panamericano de Santiago do Chile em 1908, proporcionaram o desenvolvimento de contatos individuais entre oficiais de polícia, pautados por ideais de uniformização do trabalho e da luta policial contra a criminalidade transnacional.³⁹ Estas primeiras reuniões tinham uma dimensão sobretudo científica, voltadas para desenvolvimentos do saber criminológico e em projetos de troca internacional de fichas antropométricas. A Conferência de Buenos Aires de 1905 deu origem a um dos primeiros convênios de cooperação, e marcou uma aproximação entre as polícias brasileiras e argentinas, principalmente de suas capitais. Segundo Galeano, estas aproximações refletem trocas culturais e políticas entre os países, o que pode ser utilizado para apontar as relações entre movimentos para a internacionalização dos contatos de polícias e noções de compromisso para a manutenção da ordem política vigente.⁴⁰

A pauta da manutenção da ordem social e política adquire maior protagonismo na Conferência Sul-americana de Polícia de 1920, ilustrando uma crescente preocupação com os conflitos operários e os atentados revolucionários no espaço atlântico, para além da implantação do comunismo na Rússia. Esta conferência afasta-se da tendência de foco no âmbito criminológico, ilustrado nas discussões passadas sobre a circulação de fotografias e fichas datiloscópicas, e define novos temas de discussão, com objetivos voltados para o fazer policial e combate ao crime de modo mais concreto.⁴¹ A atuação politicamente motivada das forças policiais, por conta de uma crescente onda de “crimes políticos”, passa a protagonizar a agenda relativa à criminalidade transnacional, tendência ocorrida após o final da Primeira Guerra Mundial e que percorre um pouco por todo o mundo Ocidental no período Entreguerras.⁴² A Semana Trágica de janeiro de 1919, conjunto de greves e protestos coordenados pelo movimento operário em Buenos Aires duramente reprimidos pela polícia,

³⁸ GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Criminalidade transnacional, vigilância política e internacionalização da polícia portuguesa, 1919-1939. *Ler História*, Lisboa, 2022, n. 80, pp. 202

³⁹ GALEANO, Diego. *Criminosos Viajantes: Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016, p. 21; GALEANO, Diego. Las conferencias sudamericanas de policías y la problemática de los delincuentes viajeros, 1905-1920. *La policía en perspectiva histórica. Argentina y Brasil (del siglo XIX a la actualidad)*, Buenos Aires, 2009, p. 22

⁴⁰ GALEANO, 2016, p. 121

⁴¹ GALEANO, 2009, p. 19

⁴² KNEPPER, Paul. *International Crime in the 20th Century: The League of Nations era, 1919-1939*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 158

resultando em centenas de mortes, marcou a Conferência de 1920 em Buenos Aires. A carta de convite enviada para chefaturas de polícia sul-americanas, por exemplo, reconheceu o vínculo entre os eventos de 1919 e a organização da conferência policial em Buenos Aires.⁴³ Analisando este evento nacional em perspectiva internacional, Daniel Llovich argumentou que a inquietação já existente entre as classes dominantes sul-americanas por conta das revoluções sociais europeias aumentou após os eventos na capital argentina, que foram interpretados como “um complô maximalista posto em marcha”⁴⁴, considerados como resultantes da circulação transnacional de ativistas. O ocorrido em Buenos Aires teve consequências rápidas no campo do policiamento internacional, reorientando o foco das autoridades policiais para ameaças políticas vindas de fora do espaço nacional.

1.2 - Uma Conferência Policial

A Conferência Internacional Sul-americana de Polícia ocorreu entre os dias 20 e 29 de fevereiro de 1920 na capital argentina, com a participação de agentes de polícia argentinos, brasileiros, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos e uruguaios. A Argentina designou três agentes como representantes, com a liderança do chefe de polícia de Buenos Aires, Elpidio González. Brasil, Chile e Paraguai enviaram dois agentes e as repúblicas boliviana e peruana enviaram um agente de polícia para a participação nas reuniões. O Brasil foi representado pelo advogado e policial Francisco Eulalio do Nascimento e Silva e o major Carlos da Silva Reis, como secretário. Nascimento e Silva continuou na Polícia Civil até a década de 1930.⁴⁵ A carta de ratificação brasileira, que incluiu as atas com dezessete artigos relativos às reuniões, foi publicada integralmente no Diário Oficial mais de dez anos depois da conferência, em fevereiro de 1933. A ratificação brasileira após mais de uma década permite interpretar que, mesmo que o Brasil tenha se inserido nesta conferência e, até este momento, esteja presente em certos diálogos internacionais, foi a partir do governo Vargas que a internacionalização da vigilância se mostrou uma pauta concreta na administração brasileira.

Impresso em sete exemplares em castelhano e português, os documentos foram assinados e rubricados em todas as suas folhas pelos delegados presentes no Departamento

⁴³ GALEANO, 2009, p.19

⁴⁴ LVOVICH, Daniel. El Gran Miedo de 1919 a escala global: la Semana Trágica argentina y los archivos norteamericanos. *Estudios-Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba*, n. 43, 2020, p. 161

⁴⁵ Almanak Laemmert : administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, Volume IV, 1931, p. 903

Central da Polícia de Buenos Aires. Estas atas são um exemplo da evolução da cooperação entre polícias latino-americanas, e podem ser analisadas com o propósito de inserir os oficiais participantes no contexto do policiamento internacional, permitindo compreender o estado das relações da polícia brasileira com outras congêneres estrangeiras, suas preocupações relativas à criminalidade a ser combatida, e noções de pertencimento a uma comunidade policial que transbordava as fronteiras e as instituições nacionais. O compromisso com o estímulo aos contatos oficiais entre polícias sul-americanas é assinalado na primeira página de seu convênio:

Os Governos da Republica Argentina, da Bolivia, dos Estados Unidos do Brasil, do Chile, do Paraguay, do Perú e do Uruguay, por iniciativa do primeiro, resolveram realizar uma Conferencia Policial, com o fim de estabelecer normas que sirvam á defeza social e como um meio de estreitar ainda mais, si é possível, as vinculações entre as respectivas policias (...).⁴⁶

Os discursos mantidos ao longo das reuniões mostram a consciência policial da urgência de compartilhamento de informações relativas ao movimento anarquista, assim como sobre todos os atos tendentes à alteração da ordem social ou subversivos. Os países signatários do acordo assumiram a responsabilidade de partilhar informações sobre estes assuntos, responsabilidade ilustrada no primeiro artigo do acordo resultante da conferência:

Art. 1º: Os Países Contractantes ficam compromettidos de um modo permanente a enviar informações mutuas:

- a) Sobre as tentativas ou execução de feitos anarchicos ou outros semelhantes, collectivos ou individuaes, tendentes á alteração da ordem social; bem assim sobre qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo ou affecte á mesma ordem social;
- b) Sobre os jornais, periodicos, folhetos, imagens, gravuras e avulsos, y ou qualquer outra especie de publicação referentes a propaganda da indole acima expresa, que possa interessar a algum dos Contractantes. Estas informações serão acompanhadas das publicações referidas;
- c) Sobre as resoluções de caracter legal ou administrativo que se refiram á prevenção e repressão dos movimentos alludidos
- d) Sobre a preparação ou perpetração de delictos communs que possam interessar aos demais contractantes (...)
- e) Sobre os individuos perigosos para a sociedade (...)⁴⁷

O segundo artigo do convênio assinado entre as polícias nesta altura caracteriza “indivíduos perigosos”: qualquer pessoa envolvida em delitos contra a propriedade, falsificação de moedas ou títulos mobiliários, tráfico de brancas, ou “os agitadores ou

⁴⁶ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932. p. 5

⁴⁷AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 7

incitadores para perturbarem, com actos de coacção, de violencia ou de força, a liberdade de trabalho ou para atacarem as propriedades ou as instituições.”⁴⁸ Ambos os artigos determinam a importância do compartilhamento de informações sobre atores considerados uma ameaça para a manutenção da ordem social vigente. O artigo terceiro estabelece de que modo o envio de dados deve ocorrer entre agências de policiamento. Fichas com impressões digitais, dados civis, descrição morfológica, dados judiciais e de conduta, e fotografias circulariam diretamente entre forças policiais.⁴⁹ O quarto artigo estabelece que as informações seriam enviadas quando cada contratante achasse necessário requerê-las, mas toda a informação seria duplicata para o governo argentino, com o propósito de estabelecer um “Arquivo Internacional de Informações”⁵⁰. O objetivo de criar um arquivo internacional com informações sobre indivíduos deu início a uma burocratização do compartilhamento de informação, que anteriormente ocorriam de forma ad-hoc e eram muitas vezes geridas a nível individual entre agentes. A ideia da formação de um banco de dados único sul-americano mudaria o caráter destas relações, sustentadas anteriormente de modo bilateral entre agências de polícia passariam agora a ter uma natureza multilateral. Uma polícia brasileira poderia, em teoria, recorrer ao arquivo na Argentina para obter dados sobre um indivíduo chileno, por exemplo. A ideia de formação de um arquivo internacional centralizado foi uma das principais pautas para a criação da Comissão Internacional de Polícia Criminal (CIPC), renomeada de Interpol em 1945. A CIPC, fundada em 1923 em Viena e com a participação quase exclusiva de polícias europeias, afirmou como principal objetivo o desenvolvimento da assistência mútua entre forças policiais.⁵¹ Esta organização não se situou como uma força policial ativa atuando através de fronteiras, mas estabeleceu a função de centro de informação para os seus membros.⁵² É assim importante apontar que as motivações para a formação desta primeira organização de policiamento internacional já estavam presentes na Conferência Sul-americana de 1920. A idealização de um arquivo para o compartilhamento de fichas e antecedentes criminais no espaço sul-americano demonstra que o início das iniciativas de internacionalização policial pode ser apontado como proveniente de todo o espaço atlântico, não somente oriundo de contatos entre europeus.

⁴⁸ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 10

⁴⁹ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 11

⁵⁰ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 12

⁵¹ BARNETT, Michael; COLEMAN, Liv. Designing Police: Interpol and the study of change in international organizations. *International Studies Quarterly*, Oxford, v. 49, 2005, p. 604

⁵² FOONER, Michael. *Interpol: The Inside Story of the International Crime-Fighting Organization*. Chicago: Henry Regnery Company, 1973, p. 15

O modo de funcionamento da circulação de informação é mais bem detalhado nos artigos seguintes do convênio. De entre as informações a serem partilhadas eram excluídos os antecedentes de fatos ou pessoas “que se refiram a delictos politicos e aos movimientos licitos operarios relacionados com a lueta entre o capital e o trabalho”⁵³. Os países que assinaram o convênio comprometeram-se também a facilitar e cooperar com agentes de polícia com necessidade de vigiar ou perseguir algum indivíduo, até o momento em que se tornasse necessário o pedido de extradição para detê-lo.⁵⁴ No dia 20 de fevereiro de 1920, a sessão inaugural da Conferência foi aberta pelo chefe de polícia e representante do governo argentino, Elpidio González, que apontou inicialmente:

Un plausible espíritu de solidaridad en la tarea análoga; un alto anhelo de realizar en común y al amparo de estrechas vinculaciones la ardua labor que corresponde a una institución destinada de suyo a cumplir una elevada función social; el concepto actual de la policía ante la civilización, para decirlo en síntesis, todo ello os reúne en esta Conferencia (...). La cita que os congrega responde, sí, a una necesidad ineludible, pues ya se hace necesario encarar y resolver, en la esfera que nos es propia, los urgentes problemas que la hora universal plantea.⁵⁵

Notando a elevada função social da polícia e a solidariedade existente entre oficiais de diferentes nações presentes no Congresso, González indicou em seu discurso que a motivação principal para a reunião era a inquietação e aumento da criminalidade, apontado como a necessidade de resolução de “urgentes problemas”. Neste discurso é possível atentar para a equivalência da ameaça política, que deu origem à conferência, e uma noção de criminalidade comum. O encontro tinha como tarefa principal definir uma fórmula para a colaboração eficiente estabelecendo assim um ideal de segurança pública:

Con efecto, el papel de la policía, como brazo eminente del Estado, se hace de más en más fundamental para el bienestar colectivo. Nuevas y complejas cuestiones preocupan el espíritu público y exigen para su solución, dentro de normas legítimas y justicieras, la observación cuidada e inmediata. Por imposición de tales circunstancias, la policía levanta el nivel de su gestión y debe desenvolver su tarea ajustándose a un concepto eminentemente científico, en concordancia con el carácter de los asuntos en que está llamada a intervenir y en salvaguardia siempre de los intereses vitales de la comunidad en sus diversas ramas.⁵⁶

⁵³AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 13

⁵⁴AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 14

⁵⁵AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 30

⁵⁶AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 31

Para a manutenção da ordem e dos “interesses vitais da comunidade”, o oficial argentino aponta como necessário o desenvolvimento de um convênio de instituições com objetivos semelhantes, para que princípios e propósitos da atividade policial tivessem maior aplicação e eficácia na sua aplicação.⁵⁷

Após o discurso dos delegados argentino e boliviano, o participante brasileiro Francisco Eulalio do Nascimento e Silva Filho apresentou em sua fala uma análise sobre a crescente criminalidade apresentando-a como um complexo problema social e sugerindo providências para diminuir a “atividade anti-social”.⁵⁸ O combate a esta atividade delimitaria o grande problema sentido na época. O delegado brasileiro apontou que o crime, colocado como fenômeno social, “evolui, transforma-se, requinta-se”⁵⁹, ideia que confirma a mudança sentida em relação ao aumento da atuação transfronteiriça de criminosos a partir da crescente globalização, do desenvolvimento de meios de transportes e de instabilidades econômicas. O oficial assinala:

Além desse aumento da criminalidade deparamos, ainda, um período de transições e reformas, um período delicado de transformações sociais que reivindicações proletárias serão pleiteadas e quiçá realizadas, mas dentro da ordem e pela evolução do Direito, e nunca, porém, pelo assassinio e pela expropriação. (...) No momento social que atravessamos, se observa que uma forte rajada de insanidade originada pela hiper-tensão produzida por cinco anos de guerra, perpassa por todos os povos, (...) e sob forma de reivindicações operárias, pretende derrocar o milenário instituto do Estado, na utópica persuasão de transferir a direção dos destinos humanos a “uma ditadura proletária que esmague a burguesia e suprima a exploração do homem pelo homem”.⁶⁰

Esta fala mostra, além da ideia de compromisso com a manutenção da ordem e estabilidade política de suas nações e inquietude em relação a atos subversivos violentos, uma inquietude ancorada na experiência passada de diversos atentados políticos nas últimas décadas. Segundo Jensen, pelo menos dez países, na América Latina e na Europa testemunharam episódios de violência politicamente motivadas após 1914.⁶¹ A vigilância política é então assinalada como motivação para o desenvolvimento de contatos policiais de natureza policial, tendência que confirma a importância da dissidência política para a

⁵⁷AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 31

⁵⁸AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 34

⁵⁹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 34

⁶⁰AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 35

⁶¹JENSEN, 2014, p. 318

expansão do policiamento internacional desde o final do século XIX⁶², mas especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial.

Após discorrer sobre as dificuldades do fazer policial, Silva Filho volta-se para a necessidade de colaboração entre agências:

Tudo dependerá, entretanto, da solidariedade funcional, creando um systema homogeneo de prevenção e repressão, fundado na collaboraçãõ consciente e leal entre todas as organizações policiaes, tendo por escopo o conhecimento reciproco da situação dos differentes Estados, como se suas leis preventivas e repressivas, a permuta regular e ininterrupta de signaes, photographias e individuaes dactyloscopicas de criminosos (...) e, finalmente, uma convenção tendente a afastar as difficuldades para a entrega dos delinquentes, na assistencia penal que todas as nações civilizadas se devem umas ás outras.⁶³

A necessidade expressa de auxílio recíproco entre policiais e o compartilhamento de informação apontam para a importância da profissionalização e burocratização dessas instituições: só assim a cooperação seria possível.⁶⁴ O delegado brasileiro termina sua fala reafirmando estes ideais: “Ajudemo-nos todos, suavizando pelo auxilio reciproco o pesado encargo de que estamos investidos e que nos cumpre executar.”⁶⁵ O discurso do delegado paraguaio, Victor Abento Haedo, reforçou este sentimento, onde “Corresponde a la América del Sur el primer paso que se da en este terreno mostrando así al mundo el sentimiento de fraternidad que reina en el continente y nuestros anhelos por la mejor solución de tan graves cuestiones.”⁶⁶ Haedo defende, concluindo a sua intervenção, que a ação policial, em suas funções preventivas e repressivas, não deve conhecer fronteiras.⁶⁷

A delegação do Chile introduziu no debate a questão da extradição de criminosos.⁶⁸ Os delitos mencionados no primeiro artigo da proposta de acordo estipulado pela conferência, multilateral para a extradição de criminosos, como homicídio, aborto voluntário, sequestro de mulheres ou falsificação de dinheiro não se enquadram necessariamente como crimes motivados por razões políticas. Entretanto, o artigo segundo assinala que as partes contratantes devem concordar em punir em sua legislação a propaganda do anarquismo e do

⁶²HÄRTER, 2019, p. 15

⁶³AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 37-38

⁶⁴DEFLEM, 2002, p. 25

⁶⁵AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 38

⁶⁶AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 42

⁶⁷AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 42

⁶⁸AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 137

comunismo maximalista, estabelecendo que a extradição de pessoas que propagam tais atividades se procederia a partir da data em que a referida propaganda tenha sido punida pela nação requerente.⁶⁹ O artigo quarto do acordo determina que a extradição não poderia ser concedida por delitos políticos ou por feitos conectados à política, porém se algum culpado alegar motivação ou propósito político em um crime considerado comum, a extradição teria de ser concedida.⁷⁰ Para além disso, a delegação chilena afirmou também que “No serán reputados delitos políticos los actos de anarquismo o de maximalismo dirigidos contra las bases de la organización social”⁷¹, definindo as ameaças contra a ordem social capitalista no momento como atos de criminalidade comum.

A equivalência entre crime político e crime comum pode ser observada desde o século XIX, onde o crescente número de insurreições e atentados políticos contra governantes faziam aflorar o problema da diferenciação entre crimes políticos e crimes comuns. Principalmente ao final do século, a ação anarquista transfronteiriça deu luz à necessidade de atualização das práticas de combate à criminalidade. A “cláusula belga”, ou “cláusula de atentado”, surgiu no tratado de extradição franco-belga em resposta ao atentado contra Napoleão III na Bélgica em 1854 e estabeleceu precedentes para a possibilidade de extradição de criminosos políticos em caso de regicídio.⁷² Crimes comuns, mas com uma dimensão política presente na sua motivação, como assassinatos ou crimes contra o patrimônio como o fogo posto, passaram a ser categorizados como crimes comuns para fins de extradição. Esta equivalência ressurgiu quando foi necessário lidar com a “propaganda pelo ato” anarquista em fins do século XIX.⁷³ O anarquismo e o comunismo, após 1917, conotados no Ocidente com a febre do “bombismo”, passaram a ser considerados crimes contra a sociedade e suas atividades transnacionais estimularam a colaboração internacional para a manutenção dos interesses políticos de Estados-nações com instrumentos de colaboração internacional como a extradição.

Na conferência de 1920, a delegação brasileira apresentou também um projeto voltado para a regulamentação da entrada de estrangeiros, apresentado em detalhes na parte de anexos

⁶⁹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 139

⁷⁰ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 140

⁷¹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 140

⁷²GONÇALVES, 2024.

⁷³NUNES, Diego. Extradition and Political Crimes in the “International Fight Against Crime”: Western Europe and Latin America, 1833-1933. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019, p. 56

do convênio impresso. A necessidade de um projeto de regulamentação para o fluxo de estrangeiros mostra a associação entre imigrantes e ativistas políticos subversivos neste momento. O projeto, anunciado pelo delegado Francisco Eulalio do Nascimento e Silva, é dividido entre os antecedentes que ilustram a proposta da delegação, a estipulação de medidas preventivas e repressivas sobre a presença de estrangeiros em território nacional, e os oito artigos estabelecidos para a regulamentação da entrada de estrangeiros e propaganda extremista. Na introdução do projeto, fica clara a percepção do momento histórico vivido como um momento de intensa transformação social e política.⁷⁴ A Grande Guerra criara desequilíbrios econômicos sociais onde “todos os povos modernos se sentem ameaçados ou conturbados pela anarchia, rastilhada pelas reivindicações proletárias pretendidas pelo terror e almeçadas como forma nova de organização política”.⁷⁵ O bolchevismo, colocado como principal ameaça, é caracterizado como “o credo em que se escudam os agitadores”.⁷⁶ O discurso brasileiro caracteriza a visão de estrangeiros como ativistas subversivos, que poderiam perturbar a ordem nacional. Presente desde a década de 1920, esta ideia foi responsável por projetos de perseguição e expulsão de imigrantes, estabelecendo uma política de repressão que se manteve após a Primeira República.⁷⁷

O projeto brasileiro caracteriza as origens do comunismo como algo que “nada representa de novo, é uma aspiração velhíssima e bolorenta na história da humanidade”⁷⁸, que ilustraria um “conflito fatal entre as leis da natureza e a philosophia doentia dos homens, de ideias impossíveis e irrealizáveis”.⁷⁹ Para o policial brasileiro, o atentado contra um chefe de segurança pública na Alemanha em 24 de janeiro de 1878, estabelecera a “fase do terrorismo”⁸⁰, quando “transformaram-se em systema politico, os actos sanguinarios, nascidos do ressentimento pessoal contra humildes agentes de policia.”⁸¹ A Revolução Russa aprofundou este sentimento de ameaça para as forças de policiamento:

⁷⁴AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 151

⁷⁵AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 151

⁷⁶AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 153

⁷⁷CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Estrangeiros e Ordem Social (São Paulo, 1926-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, 1997, p. 201

⁷⁸AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 153

⁷⁹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 154

⁸⁰AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 154

⁸¹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 15

Ora, o bolchevismo teórico contém porém algumas ideias impressionantes e seduz as imaginações simples. Dahi o grande perigo da sua infiltração entre as almas ingenuas dos proletarios tão suscetíveis de receptividade, como desgraçadamente tivemos ocasião de constatar em nosso continente.

Eis porque se faz necessario nos aparelharmos de medidas preventivas e repressivas contra as tentações do paraizo communista que o bolchevismo descreve e offerece.⁸²

Encarando o comunismo como um movimento Europeu, as medidas preventivas previstas na proposta brasileira almejavam assim prevenir o aumento da ameaça comunista no continente sul-americano. É apontado que “na livre America não existe uma verdadeira questão operaria á européa”⁸³, o que exclui o dever moral dos governantes para proteger o bem-estar dos trabalhadores. Alerta-se, no entanto, para a existência de “mensageiros do mal incumbidos de uma propaganda feroz, que chegam ás plagas americanas, onde a vida operaria é relativamente farta e feliz.”⁸⁴ Os indivíduos, estrangeiros, que não concordassem em se submeter “a essas normas basicas da paz e do progresso” no continente americano⁸⁵ deviam ser reprimidos, afirmando-se a necessidade de agir em defesa da sociedade:

Não podemos sofrer que estrangeiros máos fazendo da propaganda subversiva profissão, pretendam reclamar reformas das nossas instituições, procurem intervir na elaboração de nossas leis.

Não lhas podemos permitir sem quebra de nossos brios nacionaes, que sob a nossa hospitalidade combatam nossas instituições, que aqui na America aconselhem e incitem o ataque ás nossas conquistas juridicas sem outro objetivo que, pela desordem, nos enfraquecermos.

Em nome de nossa soberania, expillamol-os do nosso convivio, forcemol-os a atravessar as fronteiras para que regressem aos seus países de origem onde, se puderem, preguem as loucas phantazias que lhes aprouver.⁸⁶

Para a delegação brasileira, sealgum estrangeiro causasse danos à tranquilidade pública, o governo tinha o direito de o deportar. A expulsão de estrangeiros, estratégia há algum tempo utilizada pelo governo brasileiro, era vista pelos policiais como essencial para a conservação e estabilidade da nação.⁸⁷ Para os anarquistas, “carregados da escoria das

⁸² AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 157

⁸³ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 157

⁸⁴ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 159

⁸⁵ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 160

⁸⁶ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 161

⁸⁷ AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 162

sociedades européas”⁸⁸, a deportação “paira como supremo recurso policial.”⁸⁹ A associação apontada nos discursos policiais entre o movimento operário e a ameaça estrangeira europeia era muito difundida no Brasil.⁹⁰ Esta visão dos agentes de policiamento do Cone Sul justificava a intensificação de contatos institucionais e reuniões policiais centradas no espaço continental americano, caracterizando um declínio da “época de fascinação” com a Europa e suas polícias.⁹¹

O participante chileno da conferência de Buenos Aires em 1920, Oscar Honorato Cienfuegos leu a proposta brasileira e prosseguiu apontando um projeto de resolução, recomendando a adoção das seguintes indicações: em caso de expulsão, as autoridades policiais ficariam obrigadas a enviar aos países signatários as informações necessárias com detalhes sobre a identidade e causa da expulsão, a data de embarque, vapor ou via ferroviária tomada e o destino do indivíduo expulso. Embora esta prática já fosse corrente, é significativo notar que sua pauta na Conferência estabelece um novo momento para os diálogos internacionais relativos ao compartilhamento de inteligência. Além de contatos bilaterais mantidos entre Estados e suas forças de policiamento, esta resolução determinou o comprometimento mútuo entre os assinantes de forma mais ampla e institucional, sinalizando uma crescente burocratização da internacionalização policial na América do Sul.

Para evitar a passagem de indivíduos considerados perigosos de um país para outro foi também sugerida a negação de passaportes. Para este efeito, seriam considerados perigosos:

Los que proclamen procedimientos violentos o revolucionarios de transformación social; los que hubieren sido expulsados de otros países; los que hayan sido procesados o condenados por homicidios calificados, robo, hurto, quiebra fraudulenta, falsedad, contrabando, falsificación de moneda, vagancia, mendicidad habitual y rufianismo.⁹²

O convênio estabeleceu a obrigação de cada país de receber seus cidadãos sempre que tiverem sido expulsos dos países signatários e impedir a entrada no país de estrangeiros que

GALEANO, 2016, p.138; FLORINDO, Marcos Tarcisio. O estado brasileiro e a repressão política na Era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária. **Revista de Estudos Brasileños**, v. 2, n. 2, 2015, p.41

⁸⁸AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 164

⁸⁹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 164

⁹⁰CAMPOS, 1997, p. 201

⁹¹GALEANO, 2016, p. 116

⁹²AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 102

não exibissem um certificado assinado pela autoridade policial no ponto de embarque que provasse o exercício de uma profissão lícita nos últimos cinco anos e nenhum envolvimento nas atividades mencionadas na lista de atividades perigosas.⁹³ As embarcações que transportassem indivíduos sem o certificado de referência podiam ser impedidas de sair até que os seus capitães ou proprietários cumprissem as penas impostas por lei. Esta proposta constituiu um desenvolvimento significativo na vigilância de caráter internacional e não tanto nacional, como a expulsão de um estrangeiro. O controle da entrada de indivíduos em territórios nacionais situou-se como uma pauta importante para a criação de instrumentos de vigilância entre nações.⁹⁴ O proposto pela delegação brasileira comprova uma continuidade da política de policiamento brasileiro, a nível nacional, e uma tentativa de internacionalização destas práticas. A instituição de um projeto internacionalizado para o controle de estrangeiros na América do Sul ilustra a presença de objetivos brasileiros no estabelecimento de uma política entre fronteiras. O desenvolvimento da estrutura burocrática de policiamento internacional, observado nas pautas discutidas na Conferência, demonstra como o interesse e influência brasileira, neste momento, interferiram no campo do policiamento e determinaram a relação entre os agentes.

Para além das atividades criminais concretas, a proposta brasileira também demonstrou preocupação com a circulação da propaganda revolucionária. Nas atas da conferência ficou registrado que o delegado brasileiro mostrou preocupação em “Disponer en lo posible las medidas que fueren necesarias a objeto de que no circulen en las reparticiones postales o aduaneras impresos, grabados o imágenes destinadas a la propaganda o sugestión de delitos contra la actual organización social o sus instituciones legales.”⁹⁵ Os delegados argentino e chileno assinalaram a grande importância do proposto pela delegação brasileira e a necessidade de os governos representados incorporarem estas disposições com urgência.⁹⁶ Também as preocupações relativas à circulação de propaganda evidenciam a percepção entre policiais de um mundo cada vez mais marcado pelo crime transnacional e apontam para os esforços dos policiais de combatê-la além da esfera nacional. Torna-se claro como a campanha internacional contra a atuação revolucionária motivou e justificou a cooperação diplomática e policial no âmbito da vigilância política.

⁹³AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 103

⁹⁴NUNES, 2019, p. 44

⁹⁵AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 102-103

⁹⁶AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 103

O discurso de encerramento, feito pelo oficial argentino Miguel L. Denovi, critica a ideia de revolução como contrária a um conceito de evolução progressiva que deveria pautar a vida das nações. Com a revolução, “se rompen los diques de todo respeto, se atropella con las leyes existentes, y desbordado el mar, lo arrasa todo a su paso, para dejar en el alma de los pueblos la sensación amarga del dolor de sus víctimas”⁹⁷. Esta afirmação permite compreender o sentimento de insegurança que levou os agentes de policiamento a organizar a Conferência e como a instabilidade política e social da época tinha um caráter transnacional. O discurso do delegado argentino ilustra os efeitos da “era dos atentados”⁹⁸ no pensamento e organização policial, indicando a necessidade de maiores contatos de policiamento internacional.

Denovi também fez críticas à imprensa, que protestava contra a realização do congresso. A imprensa apontava que a reunião de policiais de diferentes países representava um sério perigo contra as liberdades públicas, e que somente ideias retrógradas poderiam surgir da mente de policiais. Reagindo contra isso, o delegado argentino reagiu com ironia: “hombres del sable iríamos a la brutalidad de la fuerza para pisotear el derecho como instrumentos ciegos del capital y la reacción burguesa.”⁹⁹ É interessante notar que estas preocupações da imprensa foram mencionadas no discurso do delegado argentino que, em resposta, afirma a importância e necessidade da proteção da ordem e da ação policial para a sociedade. Esta reafirmação da missão da polícia perante seus pares confirma a busca de uma unidade de pensamento e visão de mundo entre estes agentes vindos de diversos países da América do Sul. Reforça também a ideia da necessidade sentida entre policiais de fomentar uma cultura policial transnacional entre os agentes. Ao se definirem socialmente, estes policiais estabelecem um lugar cultural perante a sociedade e em relação a outras parcelas da população.¹⁰⁰ As conclusões do congresso giram, em sua visão, todas em torno destes princípios e conceitos, especialmente a harmonização de princípios orientadores da ação policial, de procedimentos entre polícias sul-americanas signatárias e a troca de fichas e antecedentes de perturbadores da ordem.¹⁰¹ Os discursos sobre extradição de criminosos, formação de um arquivo internacional de informações e vigilância de estrangeiros

⁹⁷AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 124

⁹⁸ROMANI, Carlo. Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: Contribuições ao debate teórico. *Crítica histórica*, n. 21, 2020, p. 18

⁹⁹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 124

¹⁰⁰BRETAS, Marcos Luiz. Revista Policial: formas de divulgação das polícias no Rio de Janeiro de 1903. *História Social*, n. 16, 2009, p. 89

¹⁰¹AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932, p. 125

demonstram a inserção das polícias sul-americanas num debate que ocorria em diversas regiões do globo sobre questões de criminalidade, atuação política, direito internacional e vigilância internacional. A conferência de Buenos Aires foi precursora de uma tendência de cooperação internacional mais estruturada e formal que se desenvolveu nas décadas 1920 e 1930.

A realização desta conferência ajuda a compreender a demarcação feita por Knepper sobre as perspectivas da globalização do crime no período Entreguerras. O autor estabeleceu um primeiro momento, entre 1881 e 1914, como uma “era de emergência”, onde se iniciaram os fluxos de crime e trocas policiais trans e internacionais. O segundo momento, de 1919 a 1939, caracterizaria uma “era de institucionalização”, marcando oficialmente o crime como problema internacional¹⁰². A Conferência e os discursos sustentados pelos oficiais em suas reuniões corroboram este fenômeno. Ao contrário das reuniões internacionais ocorridas anteriormente, a Conferência de 1920 teve seu foco voltado para a problemática da ação revolucionária entre fronteiras. A periodização demarcada por Knepper permite compreender os desenvolvimentos do policiamento político entre fronteiras ao longo do Entreguerras.

A primeira tentativa para a estruturação de uma investigação criminal a nível internacional ocorreu, segundo Fijnaut, em 1914 com o “Primeiro Congresso de Polícia Judiciária Internacional”.¹⁰³ Precursor da CIPC, este congresso realizado em Mônaco não conseguiu resultados devido ao início da Grande Guerra, mas estabeleceu a motivação de policiais europeus para maior cooperação internacional e propôs a formação de uma comissão internacional de identificação criminal, objetivos que se concretizaram apenas em 1923. A conferência de 1920 em Buenos Aires permite questionar conclusões sustentadas por parte da historiografia que tende a destacar desenvolvimentos europeus como únicos protagonistas no desenvolvimento de diálogos entre polícias de diferentes países.¹⁰⁴ Ocorrida três anos antes da criação da Comissão Internacional em Viena, considerada a primeira instituição responsável pelo compartilhamento de informações sobre crimes e seus autores entre polícias, a realização de uma Conferência na América do Sul mostra um mesmo interesse das polícias sul americanas.

Na década de 1920 ocorreu uma maior especialização nos contatos entre agências policiais. Neste momento, o circuito delimitado pode ser classificado como interurbano, como apontado por Galeano, por representar vínculos entre agências de capitais Sul-americanas a

¹⁰² KNEPPER, 2011, p. 16

¹⁰³ FIJNAUT, 1997, p. 109

¹⁰⁴ Ibid., p. 111

nível intercontinental, não consolidando ainda um intercâmbio de informações internacionais de forma transatlântica.¹⁰⁵ Entretanto, o início de contatos institucionais observados nesta década demonstra a preocupação dos agentes de policiamento com a ameaça à ordem social e a ação de agitadores revolucionários, tendência que se intensifica nos anos 1930. Galeano aponta para três desenvolvimentos interconectados que caracterizam a emergência de uma rede de cooperação sul-americana até a década de 1920.¹⁰⁶ Estes desenvolvimentos, caracterizados como o compartilhamento de manuais de polícia, fotografias e fichas de identificação de indivíduos, a expansão de viagens por policiais para o estudo de tecnologias de policiamento, e a série de encontros policiais que dão origem às Conferências Internacionais de Polícia apontadas acima, também podem ser utilizados para a análise de contatos de policiamento atlântico ao longo da década de 1930. A principal evolução destas relações internacionais da década de 1920 para os anos 1930 é o fato de que os contatos mantidos se deslocam de um espaço majoritariamente sul-americano para se tornarem mais amplos, com a crescente ligação com nações europeias.

Pinheiro e Romani apontam para o estabelecimento da polícia brasileira como força punitiva contra dissidentes políticos ao longo da Primeira República. Analisando as revoltas de 1922 e 1924 e a Coluna Prestes, estes autores notam uma escalada repressiva da política do Estado brasileiro.¹⁰⁷ Indo além de eventos exclusivamente nacionais, a Conferência Internacional Sul-americana de Polícia em 1920 pode ser considerada como parte de uma tendência mais institucionalizada de vigilância política entre as nações da América do Sul. Com foco maior na atuação policial e a orientação para a ameaça revolucionária, o evento de 1920 pode ser interpretado como precursor de uma tendência de vigilância política internacional que se intensifica cada vez mais ao longo do período entreguerras. A necessidade de métodos de controle pelos órgãos de polícia nacionais contra o movimento comunista internacional, que delineia os princípios de uma rede de contatos anticomunista, era sentida em toda a região. Marcando uma continuidade com o século anterior, a cooperação policial nas primeiras décadas do século XX era voltada para problemas pontuais, de modo não organizado ou institucionalizado por políticas estatais.

¹⁰⁵GALEANO, 2009, p. 23

¹⁰⁶GALEANO, Diego. *Traveling criminals and transnational police cooperation in South America, 1890-1920*. In: L. E. HUERTAS, B. A. LUCERO, & G. J. SWEDBERG. **Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America**. Tucson: University of Arizona Press, 2016, p. 17

¹⁰⁷PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 87; ROMANI, Carlo. *Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, 2011, p. 161

O convênio da Conferência, assinado por Vargas e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, em 15 de março de 1932, mais de uma década após sua realização, comprova o novo compromisso varguista com o desenvolvimento de uma atuação policial internacional. A assinatura de Vargas marca um novo momento de internacionalização da vigilância, que passa a ser realizada como uma política de Estado. O convênio da Conferência, assinado uma década depois, mostra uma maior preocupação com a ameaça comunista vinda da Rússia e um comprometimento com a cooperação internacional ainda antes de 1935. Deste modo, a percepção de uma ameaça comunista no Brasil não começa com a Intentona Comunista. Esta, pelo contrário, intensificou e especializou uma tendência anterior. Um novo modelo de policiamento político inaugurou-se na década de 1920, e passou a ser aprofundado e consolidado na era Vargas.¹⁰⁸ Embora muitas das atualizações do fazer policial no Brasil e suas conexões internacionais tenham se efetivado de fato após 1930, é importante assinalar que estes esforços começaram a ser engendrados antes com os mesmos objetivos políticos.

1.3 - Da América do Sul para o Atlântico.

O reaparelhamento da polícia ocorrido a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder teve o propósito de dar continuidade aos esforços anteriores. Nos primeiros anos do novo regime deu-se uma reconfiguração dos órgãos de polícia com o objetivo de dar uma maior articulação entre os estados, de forma que a circulação de informações referente à atuação comunista dentro do território nacional ocorresse de forma mais eficiente. A centralização policial operada pelo varguismo afastava-se de tendências anteriores da Primeira República, superando a descentralização, vista como ligada ao federalismo, identificada como principal fator de atraso do país pelo novo regime.¹⁰⁹ Além disso, e mais importante para os objetivos desta pesquisa, a articulação entre o Desps e o Ministério das Relações Exteriores, e a mobilização de contatos mais estreitos entre agentes brasileiros com oficiais estrangeiros sinalizam o intensificar da dimensão internacional das políticas nacionalistas brasileiras. Com o objetivo de tornar a polícia o braço repressivo do governo¹¹⁰, a especialização do fazer policial pode ser estudada como parte da estruturação do Estado brasileiro idealizada a partir

¹⁰⁸ ROMANI, 2011, p. 161

¹⁰⁹FAGUNDES, 2011, p. 295

¹¹⁰CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 311

de 1930. Neste contexto, o processo de internacionalização policial era um elemento dentro dos objetivos de reestruturação do sistema policial. Levando em consideração o crescimento de métodos de partilha de informações sobre indivíduos e formação de uma cultura policial a nível nacional, podemos inserir também neste contexto o estudo da gestação de contatos atlânticos.

O Departamento Especial de Segurança Política e Social (Desps), seção de polícia política da Polícia Civil, foi criado em 10 de janeiro de 1933 no Distrito Federal, por decreto de Getúlio Vargas, e chefiado pelo militar Filinto Müller a partir de abril, constituindo um exemplo importante da evolução do aparato policial varguista. Müller, antigo participante dos movimentos tenentistas na Primeira República, apoiou Vargas desde sua subida ao poder, e sustentou sempre a linha do governo voltada para a perseguição à atividade comunista. Considerado por parte da historiografia como favorável ao regime nazista¹¹¹, em parte pela descendência alemã e muito por suas afinidades autoritárias, Filinto Müller foi o principal articulador da centralização do policiamento no Brasil e, simultaneamente, da sua internacionalização ao longo da década de 1930. O novo Desps, ao juntar a parte “visível” do trabalho policial com funções de serviço secreto¹¹², disponibilizando de verbas secretas que eram usadas com informantes e espiões, mostra uma ação de policiamento especializada na vigilância e repressão política. Os postos de chefe de polícia, delegado especial e outros cargos no topo da hierarquia policial passaram a ser ocupados por oficiais do exército, como no caso de Müller e dos capitães Afonso Henrique de Miranda Correia e Felisberto Baptista Teixeira. A militarização da polícia brasileira pode ser vista como artifício utilizado por Vargas ao construir seu aparelho repressivo. Assim, os esforços para a coordenação e centralização da vigilância a nível nacional, a militarização de seus agentes e a valorização da uniformização evidenciam, por meio de organização de congressos e assinatura de convênios, a procura do estabelecimento de padrões nacionais de conduta policial.

A centralização da vigilância política, controlada por um departamento focado exclusivamente nessa questão, muitas vezes dirigida pelo chefe de Estado, caracteriza um projeto autoritário de organização social demarcado pela vigilância.¹¹³ Ao analisar as mudanças efetuadas por esta chefatura de polícia em relação aos contatos internos e externos da polícia do Distrito Federal, pode-se defender que eram motivadas pela criação de uma rede

¹¹¹HUGGINS, Martha K. US-supported state terror: a history of police training in Latin America. **Crime and Social Justice**, n. 27/28, 1987, p. 153; CANCELLI, 1994, p. 40-41.

¹¹²DA SILVA PACHECO, Thiago. Para além de brucutus obedecendo ordens: os homens da repressão na Era Vargas. **Antíteses**, v. 14, n. 28, 2021, p. 263

¹¹³CANCELLI, 1994, p. 26

de contatos contrarrevolucionária, destinada a combater a ameaça comunista. Neste contexto, é possível traçar a história da polícia brasileira em uma perspectiva transnacional, visto que Müller enfatizava não somente diálogos oficiais, através dos canais diplomáticos, caracterizando uma história internacional, como também a atuação e interesses individuais dos agentes envolvidos neste momento. No Entreguerras, o desenvolvimento do policiamento internacional, principalmente na esfera da vigilância política, não decorreu pela institucionalização de uma organização internacional oficial. Ocorreu sobretudo através de contatos bilaterais por meio de troca de informações, especialmente através de telegramas, entre os policiais e embaixadas, ou diretamente entre agentes policiais.

A internacionalização policial brasileira tem semelhanças com o caso português, ambos motivados pelo aumento da ameaça transnacional, sobretudo comunista. O diretor da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) portuguesa, Agostinho Lourenço, assim como Filinto Müller, protagonizaram esforços para maior conexão de suas polícias com outros órgãos estrangeiros por perceberem que uma parte significativa da ameaça à manutenção dos regimes políticos vigentes “vinha de fora”. Entretanto, nota-se uma diferença fundamental nestes processos de internacionalização: no caso português, a PVDE se dedicou a conexões voltadas para a vigilância de uma criminalidade comum e não apenas a vigilância política.¹¹⁴ Lourenço valorizou a participação em instituições de policiamento comum, como a CIPC, tanto quanto a presença em reuniões e conferências internacionais com pautas explicitamente políticas. No caso brasileiro, o interesse pela cooperação policial internacional aparece focado em casos sobretudo políticos. Os eventos que deram origem aos crescentes contatos internacionais da polícia brasileira no primeiro governo Vargas, em conjunto com dinâmicas diplomáticas oficiais para o estabelecimento de rede de envio de informações e inteligência entre polícias estrangeiras, levaram a uma política de internacionalização policial mais ampla. O exemplo português mostra que existiam nesta época várias possibilidades de cooperação policial internacional. Enquanto Lourenço escolheu diversificar sua presença em redes internacionais que abordam crimes comuns e vigilância política, Müller se dedicou apenas ao lado da vigilância política. A manutenção de contatos tanto com democracias liberais quanto com ditaduras autoritárias mais alinhadas ao varguismo expõe a ampla difusão do anticomunismo e da cooperação internacional para o combater.

Um exemplo do estreitamento de contatos entre polícias pode ser apontado pelo envio de publicações e manuais narrando como funcionavam as diferentes forças policiais e suas escolas de formação de agentes. Estas ações mostram um interesse para a universalização da

¹¹⁴GONÇALVES, 2022 , pp. 201-223.

profissionalização policial, com o ideal de estabelecimento de padrões de policiamento internacionais. O envio destes manuais aponta para uma esfera distinta da troca de informações sobre ameaças e informações sobre comunistas, mas que acentua a aproximação entre polícias com a formação de uma cultura policial comum. Ao longo da década de 1930, encontramos correspondências enviadas ou recebidas por Müller com o propósito de comparar e aprender modos diferentes de ação e estabelecimento policial pelo mundo. Em 1932, por exemplo, o consulado geral do Brasil em Nova York enviou para a chefatura de polícia publicações sobre a organização policial e funcionamento da escola de formação da polícia de Nova York¹¹⁵, e a embaixada brasileira em Bruxelas mandou documentação sobre a estrutura da Polícia Civil e Judiciária da Bélgica.¹¹⁶ O diretor da Escola de Polícia espanhola enviou, também neste mesmo ano, o programa da mesma e seu regulamento.¹¹⁷ Para além da Europa, o governo do Panamá solicitou formalmente o envio dos regulamentos e leis de polícia do Brasil.¹¹⁸ Comprovando a motivação anticomunista para estes contatos internacionais, uma correspondência enviada para Filinto Müller em 1936 em relação à ação comunista no Paraguai, onde é assinalado o interesse de manutenção de fluxo de informações para o melhor conhecimento de medidas repressivas desta ameaça:

Remeto, em anexo, os dados do passaporte do subdito russo Zacarias Sacha Lerma Leisermann, naturalizado cidadão paraguayo na vespera da concessão de seu passaporte, segundo atesta o “laissez-passer” diplomatico que lhe foi concedido pelo Ministerio das Relações Exteriores do Paraguay. O referido individuo, segundo todas as previsões, se destina a Moscou, “em missão reservada”. Seria da maxima conveniencia que a nossa policia procurasse precaver-se discretamente, caso aquelle Senhor tente desembarcar em qualquer porto brasileiro.¹¹⁹

A carta acima assimila o indivíduo russo com o risco de ação comunista em um plano internacional, e atenta para a sua potencial entrada no território brasileiro. Vemos desta forma como o trabalho de vigilância policial não se limitava às fronteiras nacionais.

Em 1937, Müller enviou os “Arquivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social”, que detalharam em dois volumes a organização do Desps a pelo menos três

¹¹⁵AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 25/02/1932.

¹¹⁶AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 08/04/1932.

¹¹⁷AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 12/04/1932.

¹¹⁸AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 12/07/1932.

¹¹⁹AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 14. Mario de Pimentel Brandão ao chefe de polícia do Distrito Federal. 14/09/1936.

embaixadas. Vários embaixadores agradeceram o envio, mas o comentário da embaixada espanhola merece ser citado de forma mais longa:

Me es grato acusar recibo de la importante publicación "Archivos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social" - Volume II - que tuvo la amabilidad de enviarme y que es un magnífico exponente de la perfecta organización policial del Brasil.

Este motivo me da oportunidad para expresarle on primer término, mis respetuosos cumplimentos, correspondiendo a su atento saludo, y, en segundo lugar, para insistir ante V. E. directamente sobre algunos extremos que ya tuve ocasión de hacerle llegar por intermedio de dos dignos subordinados suyos, en la visita que tuve la satisfacción de recibir en mi despacho de la Cancillería de esta Embajada.

Encargué a tan correctos y dignos funcionarios que hiciesen presente a V. E. mi satisfacción y agradecimiento por haberse dirigido a esta Representación Diplomática en solicitud de antecedentes respecto de una persona destacada de la Colonia Española de São Paulo, que se me pedían y yo les facilité con la mayor amplitud. Les rogué que hiciesen a V. E. presente que en todo momento encontrarán la Representación Diplomática y Consular de España en el Brasil dispuestas a cooperar en la campaña emprendida para la represión del comunismo o de cualquier actividad delictiva (...).¹²⁰

Os comentários da embaixada espanhola corroboram o defendido por Ribeiro, que mostra a participação ativa da diplomacia espanhola na vigilância e repressão contra imigrantes espanhóis no Brasil.¹²¹ Identificamos nesta troca a formação de ligações entre a diplomacia espanhola e a polícia brasileira, em especial com a solicitação e envio de informações sobre um indivíduo morador de uma colônia espanhola em São Paulo. A ação conjunta por meio de agentes espanhóis, em meio a uma guerra civil, e brasileiros estava associada às repressões políticas exercidas pelos regimes dos dois países. Embora a vigilância de emigrantes e a expulsão tenha sido uma tendência existente desde o fim do século XIX, o discurso acima aponta para uma preocupação com a ação de indivíduos revolucionários nos territórios nacionais, discurso que afirma ligação entre a criminalidade transnacional e o pensamento político dissidente. Segundo Ribeiro, ao estudar o papel da diplomacia na articulação entre regimes autoritários, esta perseguição resultou na perda de direitos de suas populações e foi responsável pela manutenção dos regimes varguista e franquista.¹²² Deste modo, pode-se observar que as relações internacionais autoritárias sustentadas no período legitimaram e deram forças a seus governos, justificando o interesse de agências oficiais nacionais pelo estabelecimento de tais contatos.

As redes de circulação de informação que se estabeleceram neste momento não se dedicaram somente à troca de informações sobre métodos policiais. É possível observar

¹²⁰ Arquivo Filinto Müller, FGV CPDOC, FM 33.04.26

¹²¹ DOS SANTOS RIBEIRO, 2020, p. 139

¹²² DOS SANTOS RIBEIRO, 2020, p. 167

também o envio de diversas publicações que detalham e atentam para ações e propaganda efetuada pelo movimento comunista, considerado maior ameaça à ordem política Ocidental. A atuação internacional soviética, oficializada pelo estabelecimento do Comintern em 1919, era considerada como a maior motivação para a intensificação da rede de contatos voltados para a vigilância política. O “medo vermelho” se estabeleceu gradativamente como resposta ao apoio à revolução internacional pelo Comintern, e a vigilância a atores soviéticos ou apoiados pelos soviéticos passou a se estabelecer de forma mais intensa na forma de cooperação policial mais estreita entre nações.¹²³ O caráter internacionalista do comunismo ajudou a estabelecer uma atuação anti-bolchevista transfronteiriça.¹²⁴ A coordenação desses desenvolvimentos, no plano brasileiro, ocorreu sobretudo através do Ministério das Relações Exteriores, em estreito contato com a polícia política no Distrito Federal. A inserção brasileira em redes de policiamento e vigilância internacional ocorreu de forma mais intensa após a Intentona Comunista de 1935. A participação de atores estrangeiros, formados e trazidos para o território brasileiro pelo Comintern para estimular uma revolução confirmava os maiores receios do governo brasileiro. O período pós-1935 demarca então uma nova fase de vigorosa propaganda anticomunista e estreitamento de relações policiais com outros países também voltados para a luta contra o bolchevismo.

Embora autoridades de policiamento brasileiras já tivessem enviado oficiais para a Argentina e Uruguai, com o propósito de estudar suas ações ao combate à comunistas antes da chefatura de Müller, este continua e amplia esta prática ao enviar agentes do Desps para Buenos Aires e Montevideú e mandar fundos para ambos os países com o propósito de ajudar nos esforços de vigilância de revolucionários.¹²⁵ Para além da América Latina, Müller manteve contatos com a Gestapo alemã, o FBI norte-americano, o MI6 inglês, e outras agências de policiamento e vigilância para o recebimento de informações sobre indivíduos considerados perigosos. O interesse de maior contato entre forças de vigilância brasileiras e alemãs é apontado em documento escrito pelo embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, em fevereiro de 1936. Ao informar o Ministério de Relações Exteriores das novas atribuições da Gestapo, polícia secreta política do regime nazista, o embaixador detalhou seu funcionamento e sua dedicação ao combate de movimentos ou propaganda de caráter político. Moniz de Aragão descreve que o Almirante Wilhelm Canaris facilitou sua visita às instalações da Gestapo, e “ofereceu os serviços dessa

¹²³ GARCIA, 2004, p. 773

¹²⁴ SETEMY, 2018, p. 155

¹²⁵ ROSE, R. S. **O Homem Mais Perigoso do País**: Biografia de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 103.

instituição á esta Legação, para tudo o que possa interessar o Brasil na sua campanha contra o communismo.”¹²⁶ O almirante alemão sugeriu nesta ocasião mecanismos para contatos entre as agências:

Sua Excellência disse-me, mesmo, que se eventualmente Vossa Excelência e a nossa policia de ordem social e politica necessitar, elle poderá facilitar pelos serviços secretos da “Gestapo” a decifração e descoberta de qualquer cifra de documentos de character communista em codigo russo ou de qualquer idioma que porventura a nossa policia tenha necessidade de conhecer, e que se refiram a cartas, ordens etc. que ahi tenham sido, ou venham a ser, apprehendidos, em poder de agentes communistas.¹²⁷

E além do compartilhamento de métodos de identificação de documentos apreendidos mencionados acima, prometeu também o envio sobre

o movimento dos emissarios de Moscou, que se destinem ou regressem ao Brasil e da America do Sul, accrescentando que, se o nosso Governo assim o desejar, haverá possibilidade de ser concluido um accôrdo secreto entre a “Gestapo” e a nossa Policia politica secreta, contra a propaganda do Komintern.¹²⁸

O envio de agentes brasileiros para Alemanha também foi mencionado pelo alemão:

Lembrou aquele Almirante que seria talvez interessante, aproveitando a proxima viagem de representantes brasileiros para as olimpiadas de verão, incluir entre elles alguns agentes secretos de nossa policia e de confiança do nosso Governo, afim dos mesmos entrarem em contacto com a “Gestapo” e verificarem pessoalmente como é feito na Alemanha o serviço de defeza da ordem publica e social.¹²⁹

O campo de relações entre agentes de polícia e agentes diplomáticos na vigilância internacional anticomunista se intensificou significativamente na década de 1930. Ao longo de sua atuação em Berlim, o Embaixador Moniz de Aragão mobilizou esforços para a consolidação destas relações, sobretudo relativas à atuação comunista protagonizada pelo Comintern. Um dos principais exemplos desta crescente política de contato internacional se deu por meio das viagens do chefe da polícia política do Desps, Afonso Henrique de Miranda Corrêa. Este oficial foi enviado para os Estados Unidos, e para a Alemanha, Itália e França, em 1937, com o propósito de trocar conhecimentos com as suas respectivas agências de

¹²⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 4. Berlim, Ofícios, 1936 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/02/1936.

¹²⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 4. Berlim, Ofícios, 1936 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/02/1936.

¹²⁸AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 4. Berlim, Ofícios, 1936 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/02/1936.

¹²⁹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 4. Berlim, Ofícios, 1936 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/02/1936.

polícia.¹³⁰ Em relação à sua viagem para a Alemanha, o embaixador brasileiro em Berlim apontou, em 18 de março de 1937:

O Capitão Miranda Correia acaba de deixar o lugar de Chefe do Departamento de Defesa da Ordem Política e Social da Polícia do Rio de Janeiro. Vem à Alemanha atendendo ao convite que lhe foi dirigido pelo Governo alemão, por intermédio da Embaixada alemã no Rio de Janeiro.

O Capitão Affonso de Miranda Correia estimaria poder estudar a organização do serviço de contra-espionagem na Alemanha, bem como os meios empregados pelo Exército alemão para combater a propaganda e a infiltração comunistas em suas fileiras. De uma maneira geral, o Governo brasileiro estimaria que o Capitão Miranda Correia pudesse estudar, durante sua estada na Alemanha, tudo que diz respeito ao combate e desarticulação de propaganda comunista.¹³¹

Depois da chegada de Miranda Correia à Berlim, outra correspondência foi enviada ao Chefe de Polícia Müller, detalhando as boas relações por parte da polícia alemã, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Partido Nacional Socialista:

A Polícia Secreta preparou um programma especial de visitas e inspecções para o Capitão Miranda Corrêa, tendo franqueado ao referido official as suas installações, mesmo as mantidas em sigillo, mostrando-lhe, tambem, os seus systemas, methodos e praticas especializados na lucta anti-communista.¹³²

O desejo de maior colaboração entre as forças policiais dos dois países foi assinalado pela embaixada brasileira:

É com satisfação que o informo do que precede, pois vejo finalmente realizado o plano de acção que ha tempo venho propondo, de accordo com a policia allemã. Especializada, como certamente ella o é, na repressão ao comunismo e á espionagem, uma acção em commum com a referida organização, orientada sobre bases seguras, não poderá deixar de produzir efeitos sumamente beneficos na lucta contra a acção vermelha no nosso paiz.¹³³

O discurso acima mostra o papel da diplomacia brasileira, em conjunto com esforços das instituições policiais, para estreitar as relações policiais com um país fortemente alinhado com o Brasil no anticomunismo, mas que também tinha uma tradição de um movimento comunista forte e que poderia ser exportado para países como o Brasil. Setemy nota uma constante colaboração entre o Ministério de Relações Exteriores e a polícia no âmbito da

¹³⁰CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 314

¹³¹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 7. Berlim, Ofícios, 1937 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18/03/1937.

¹³²AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 7. Berlim, Ofícios, 1937 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18/03/1937.

¹³³AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 7. Berlim, Ofícios, 1937 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18/03/1937.

vigilância política.¹³⁴ Embaixadores e cônsules passam a atuar como agentes de polícia, trabalhando para o combate às dissidências revolucionárias e mobilizando contatos entre forças de policiamento estrangeiras e nacionais.

Depois de sua visita a Berlim, o capitão Miranda Correia visitou Paris com sua esposa e seguiu de trem para Roma, chegando no dia 24 de maio de 1937. Moniz de Aragão, relatou por telegrama a visita deste agente à capital italiana ao Ministério de Relações Exteriores no Brasil: “Capitão Miranda Corrêa vae á Italia visitar organizações policia secreta defesa contra comunismo já tendo tido aqui entendimento com o Embaixador da Italia.”¹³⁵ Neste momento, os agentes do Desps atribuíam grande importância aos contatos da polícia brasileira com o exterior, especialmente na Europa, ampliando a presença de agentes nacionais em nações consideradas exemplares no quesito da perseguição à criminalidade. Além do envio de policiais para o estrangeiro, a chefatura de polícia promoveu também a visita de policiais estrangeiros ao Distrito Federal, como demonstra a documentação enviada para a embaixada em Londres:

Rogo informar urgente que condições poderiam ser contactados dois ou tres funcionários da policia de Londres, especializados no serviço e capazes de organizar o nosso de accôrdo com os mais modernos processos adoptados nos grandes centros europeus. Devem ser transmittidas condições de tempo da missão e salario dos peritos assim como as demais clausulas que forem exigidas como essenciaes.¹³⁶

Este interesse persiste ao longo da década, e é reforçado novamente às embaixadas em Londres, Paris e Roma em 1937, quando é solicitado o envio de “dados, informações, livros ou publicações sobre “organização policial” nesse paiz, notadamente policia secreta.”¹³⁷ Neste mesmo ano, Ernesto Belo Redondo, escritor português e colaborador do Instituto de Criminologia de Lisboa, escreve para Müller propondo a realização de um curso para os agentes policiais do Rio de Janeiro:

Disponho-me a fazer (...) um curso rápido de Polícia, em que os ponha a par dos últimos processos de investigação criminal, utilização de elementos para a investigação científica e meios de combate ao comunismo. Tal curso seria constituído por uma série de seis conferências.¹³⁸

¹³⁴ SETEMY, 2018, p. 152

¹³⁵ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 8. Berlim, Ofícios, 1937 (maio-ago.). Telegrama expedido pela Embaixada do Brasil em Berlim, 22/05/1937.

¹³⁶ AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, Prateleira 5, Vol./maço 14. Telegramas Expedidos, Londres, 1931-1935. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada em Londres, 21/02/1931.

¹³⁷ AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, Prateleira 5, Vol./maço 15. Telegramas Expedidos, Londres, 1936-1937. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada em Londres, 05/07/1937.

¹³⁸ Arquivo Filinto Müller, FGV CPDOC, FM 33.02.21

A divulgação internacional de propaganda comunista era uma preocupação considerável entre policiais e protagonizava o conteúdo de diversas correspondências entre diferentes autoridades policiais. Em 1931, a repartição da polícia recebe recortes enviados pela secretaria de Estado das Relações Exteriores com jornais de La Paz que possuíam matérias sobre a atividade mundial comunista¹³⁹. O envio de reportagens por parte de cônsules e embaixadores a agentes de polícia se mostraria uma constante ao longo da década. Em 1932, a legação brasileira em Montevideo envia para a polícia brasileira reportagens do jornal “El Dia”, onde foram mencionados nomes de propagandistas do comunismo presos por conta do movimento grevista na capital uruguaia.¹⁴⁰ A legação brasileira no Uruguai levou ao conhecimento do Chefe de Polícia no Distrito Federal que “a polícia em Montevideo apreendeu em varios centros communistas grande quantidade de publicações destinadas á propaganda no Brasil.”¹⁴¹ Neste mesmo ano, foram também recebidos retalhos do jornal argentino “La Prensa”, por meio da embaixada em Buenos Aires, contendo comentários sobre investigação realizada pela Diretoria Geral de Correios e Telégrafos desta capital, a respeito do modo como publicações e impressos de caráter comunista entraram na Argentina. É assinalado no telegrama que as informações ali contidas poderiam interessar às autoridades policiais brasileiras.¹⁴² Em 1935, solicitou-se à Embaixada em Londres o envio ao Brasil de três exemplares do jornal soviético “Pravda”¹⁴³ e em julho de 1937, os ofícios policiais acusam o recebimento da tradução de um artigo publicado pelo jornal “Vechernyaya Moskva”, de Moscou, publicado no Primeiro de Maio, a propósito da condenação de Luiz Carlos Prestes.¹⁴⁴ O envio destas publicações demonstra que, além de estarem interessados em contatos com outras chefaturas estrangeiras para compreensão de como estas estavam lidando com a ameaça comunista, existia interesse em compreender o discurso sustentado pelos soviéticos e as ações que levavam a cabo e podiam ter impacto direto ou indireto no Brasil. Para além destes exemplos, as páginas do jornal “A Voz do Operário” presentes no fundo documental de Oswaldo Aranha, mostram ainda mais o interesse no discurso e ação

¹³⁹AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 20/05/1931.

¹⁴⁰AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 01/03/1932.

¹⁴¹AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 11/02/1932.

¹⁴²AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 13/09/1932.

¹⁴³AHI. Estante 29, prateleira 5, vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador em Londres. 18/09/1935.

¹⁴⁴AHI. Estante 105, prateleira 3, vol./maço 14. Chefe de polícia do Distrito Federal ao Ministro de Relações Exteriores. 09/07/1937.

comunista. O documento aponta este jornal como órgão do Partido Comunista brasileiro e seção do Comintern. Foram enviados para Aranha seus artigos, escritos em hebraico, em conjunto com sua tradução para o português e resumo dos principais assuntos abordados.¹⁴⁵

A partir de 1936, contatos policiais e diplomáticos mais estreitos são estabelecidos com a Alemanha. A prática de envio de dados de Berlim sobre a movimentação comunista internacional para o Brasil se torna mais presente na correspondência entre as duas capitais, como é possível observar pelo envio de 16 de junho de 1936 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Filinto Müller:

Para que possam constar oficialmente do archivo dessa Chefatura de Policia as informações que nos vêm sendo fornecidas pelas nossas Missões diplomáticas e Consulados sobre as actividades communistas e os projectos e novas táticas para a intensificação da propaganda moscovita no nosso continente, tenho a honra de remeter a Vossa Excellência um resumo dos dados que nos foram transmittidos pela nossa Embaixada em Berlim, com referencia á identidade dos chefes communistas presos no Rio de Janeiro e á secção do Komintern para a infiltração communista através do mundo, notadamente nos países latino-americanos.¹⁴⁶

Ao longo deste ano, continuou o envio contínuo de ofícios relatando a atuação e organização do Comintern na América Latina e no restante do mundo. A grande insegurança sentida pela remessa de agentes e propaganda soviéticos um pouco por todo o mundo levou à formação de diversas publicações anticomunistas, voltadas para alertar contra a atuação da Terceira Internacional. Num tempo em que as táticas de contrainsurgência ainda eram pouco divulgadas, as forças policiais e diplomáticas foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma propaganda anticomunista. Esta propaganda, os seus jornais e publicações também passaram a circular internacionalmente, e muitos foram enviados para o Ministério de Relações Exteriores e à polícia brasileira. Organizações como a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA), também chamada de *L'Entente Internationale Contre la III Internationale*, de Genebra, enviou a partir de 1933 publicações de propaganda anticomunista ao Brasil. Esta organização fornecia literatura para alertar sobre os perigos do Comintern, a atividade comunista na Europa e a vida na União Soviética.¹⁴⁷ A Entente forneceu folhetos em 1935 para os delegados da Liga das Nações, e pode ser considerada como organização fundamental para a difusão de propaganda anticomunista no Atlântico.

¹⁴⁵Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA 32.05.27.

¹⁴⁶AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 16/06/1936.

¹⁴⁷ WADDINGTON, Lorna L. The anti-Komintern and Nazi anti-Bolshevik propaganda in the 1930s. *Journal of Contemporary History*, v. 42, n. 4, 2007, p. 579

O Anti-Komintern, organização alemã estabelecida em 1933 por Joseph Goebbels como parte do Ministério de Propaganda, possuía o objetivo de construir um movimento mundial contra o bolchevismo. A propaganda anticomunista deste período é apontada como principal estratégia externa do regime nazista e, a partir de 1935, estabeleceu extensiva rede de conexões.¹⁴⁸ O envio de publicações para o Brasil se tornou corrente, a exemplo do envio de artigos sobre a tentativa revolucionária de 1935 por parte do Brasil, como por exemplo uma circular enviada por Müller para a Embaixada em Berlim¹⁴⁹, e de publicações para serem divulgadas no país. O artigo “O Brasil fornece um exemplo à Europa Ocidental” do boletim de informações do Anti-Komintern elogiou discurso feito por Vargas e o divulgou internacionalmente. A circulação destes exemplares colocou o Brasil no contexto internacional anticomunista, inserindo discursos sobre eventos nacionais em publicações de propaganda que circulavam internacionalmente; A organização alemã colocou grandes esperanças na colaboração com o Brasil após a Intentona Comunista.¹⁵⁰ Os contatos entre agentes brasileiros e as organizações anticomunistas, para a difusão de propaganda, mencionadas acima serão analisadas mais a fundo ao longo do próximo capítulo.

Nos últimos meses de 1936, esta organização nazista organizou uma conferência secreta internacional, promovendo uma plataforma para a reunião de experiências nacionais sobre a ação do bolchevismo, onde líderes desta organização puderam aconselhar medidas mais eficientes para combatê-lo.¹⁵¹ O Cônsul Geral em Genebra, João Carlos Muniz, atenta o Ministério de Relações Exteriores para este evento:

Realiza-se, de quatro a 16 de Novembro, nos arredores de Munich, um Congresso Internacional, confidencial, anti-communista, sob os auspícios do Ministerio da Propaganda e com a presença de representantes de varios países. O Congresso propõe-se a estudar a acção comunista nos diferentes países e os methodos e formas da collaboração internacional na luta contra o bolchevismo. O Presidente da Entente contra a 3ª Internacional solicita o favor de pedir a attenção de Vossa Excelência sobre a conveniencia de mandar um observador brasileiro assistir às reuniões.¹⁵²

O secretário da embaixada, Glauco Ferreira de Souza, foi designado para assistir a Conferência, ocorrida em Feldafing, e enviou um relatório sobre este evento para o Rio de Janeiro. Quando o enviou à Embaixada do Brasil em Berlim solicitou o envio de cópias para

¹⁴⁸ Ibid., p. 575-577

¹⁴⁹ AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 25/09/1936.

¹⁵⁰ WADDINGTON, 2007, p. 589

¹⁵¹ Ibid., p. 581

¹⁵² AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretaria do Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Berlim. 01/11/1936.

os Ministérios da Justiça, da Guerra, Marinha, Polícia do Distrito Federal e ao Conselho de Defesa Nacional. O relatório aponta que a Primeira Conferência Secreta Anticomunista, pioneira no gênero, foi estabelecida pelo Anti-Komintern em cooperação com instituições análogas, como a *Entente Internationale contre le IIIe Internationale*, a União Mundial das Mulheres contra o Bolchevismo e a Guerra, entre outras ligas anticomunistas. A conferência, conduzida pelo presidente do Anti-Komintern Adolf Ehrt, contou com a participação de delegações de 18 países participantes: Alemanha, Argentina, Bolívia, Brasil, Bulgária, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Hungria, Itália, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Suíça e Iugoslávia, assim como a cidade livre de Danzig. A Inglaterra, França e Tchecoslováquia não foram convidadas, “em vista das relações estreitas que esses países mantêm com os Soviets.”¹⁵³

O programa da conferência se voltou para o estudo de relatórios sobre a ação comunista, métodos e formas de cooperação internacional na campanha contra o comunismo, especialmente nos campos da imprensa, literatura e propaganda em geral, exposições anticomunistas, métodos para a campanha anticomunista no amparo à religião e educação da juventude e da mulher, desenvolvimentos práticos dos campos apontados, e convocação de um próximo Congresso Mundial Público Anticomunista.¹⁵⁴ As exposições sobre a ação comunista foram feitas pela delegação alemã, italiana, espanhola e suíça, onde ilustraram o panorama da ação soviética no continente europeu. Os debates em torno dos métodos e formas de cooperação internacional na campanha contra o comunismo buscaram estabelecer meios mais práticos para uma campanha contra a propaganda comunista. A permuta de notícias e informações foi colocada como um ponto importante:

Os países devem, quanto antes, estabelecer entre si a troca de elementos informativos sobre o comunismo, especialmente photographias de agentes sovieticos, de comícios por elles realizados, e dos aspectos barbaros do terror bolchevista, assassinatos, crimes, depredações, etc.¹⁵⁵

O presidente Ehrt insistiu sobre a necessidade imediata do estabelecimento de permuta de fotografias sobre assuntos comunistas e para a formação de um “Centro geral de arquivo e copia do material recebido, para que as exposições anti-communistas possam constantemente

¹⁵³AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

¹⁵⁴AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

¹⁵⁵AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

actualizar as suas collecções.”¹⁵⁶ Um delegado do Anti-Komintern ofereceu ao representante brasileiro Ferreira de Souza todo o material necessário para uma exposição anticomunista no Brasil.¹⁵⁷

Ao colocar a necessidade de realização de um segundo Congresso anticomunista, no ano seguinte, os participantes concordam com a formação de um bureau técnico de organização. Além disso, Ehrst propôs uma conferência técnica de polícia

Em que serão estabelecidas as bases de uma cooperação íntima das organizações policiais na luta contra o communismo. Serão também examinadas varias questões de interesse, como sejam os processos de expulsão e de extradição, a organização de ficharios especiais de agentes comunistas e permuta de todas as informações sobre os mesmos.¹⁵⁸

Ferreira de Souza conclui em seu relatório que esta Conferência constituiu “a primeira concentração universal contra o comunismo”¹⁵⁹, e que possibilitaria a formação de uma frente única aberta contra os “Soviets”. O papel brasileiro na campanha contra o bolchevismo foi elogiado por membros estrangeiros. O Anti-Komintern, especialmente, assinalou um grande desejo para um maior contato com organizações brasileiras anticomunistas. É possível apontar para a institucionalização de contatos voltados para a internacionalização da vigilância política anticomunista neste momento, ao considerarmos a crescente cooperação entre agentes explicitada na conferência, os ideais próximos de seus participantes e a motivação de criação de arquivos especiais para atores comunistas. É significativa a similaridade de pautas e objetivos delimitados na Conferência Internacional Sul-americana de Polícia de 1920 em Buenos Aires nos discursos da I Conferência Internacional Secreta Anticomunista em 1936. O evento alemão, contudo, contou com participação mais amplamente internacional e tentou estabelecer desenvolvimentos de modo mais institucional relativos ao contato e compartilhamento de informações policiais.

No ano seguinte, em 03 de fevereiro de 1937, Moniz de Aragão enviou notícias sobre o estabelecimento de uma próxima reunião anticomunista: “O bureau de organização do Primeiro Congresso Publico Anti-Communist já foi installado aqui em Berlim, e está

¹⁵⁶AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

¹⁵⁷AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

¹⁵⁸ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

¹⁵⁹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

cuidando do preparo da próxima reunião.”¹⁶⁰ Este congresso é apontado posteriormente com a previsão de ocorrer em outubro de 1937 em Berlim.¹⁶¹ Na impossibilidade de consultarmos a documentação específica existente no arquivo do Itamaraty recorreremos ao capítulo de Fijnaut, que analisou estas duas conferências anticomunistas realizadas na Alemanha em 1936 e 1937.¹⁶² As conferências foram interpretadas pelo pesquisador como mecanismo para o Terceiro Reich melhorar a eficiência do combate ao comunismo, garantindo o protagonismo nazista. Organizada pelos oficiais da SS alemã Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich, a Primeira Conferência Anticomunista agradou a liderança alemã com seus resultados.¹⁶³ Acordos secretos foram feitos formalmente com a Argentina, Estônia, Iugoslávia, Áustria, Portugal, Itália, Finlândia e Hungria. A Espanha assinou uma convenção com a Alemanha em 1938.¹⁶⁴ Embora não seja possível observar destaque para a participação brasileira no trabalho de Fijnaut, ao compararmos esta bibliografia com a documentação analisada, é possível concluir que existiu grande interesse e participação brasileira em conjunto com instituições nazistas neste momento. Ao questionar a influência nazista na CIPC ao longo da década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, Fijnaut defende que a inserção de objetivos alemães de combate ao comunismo, no interior desta organização internacional, não demonstrou a principal forma de inserção do Terceiro Reich em contatos além de suas fronteiras. Por meio de relações pessoais e profissionais entre agentes da Gestapo e de outros países, o estabelecimento de diversas conferências secretas ocorreu pela crescente cooperação entre órgãos de policiamento.¹⁶⁵ Em agosto de 1937, o programa do Primeiro Congresso Iberoamericano Anticomunista, a ser realizado em Havana entre 1 e 15 de setembro, foi enviado pelo Anti-Komintern à embaixada brasileira em Berlim.¹⁶⁶ O estabelecimento de outras reuniões voltadas para o compartilhamento de práticas contra o comunismo após a primeira conferência de 1936 demonstra que este evento abriu espaço para trocas multilaterais de forma cada vez mais institucionalizada.

¹⁶⁰ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 7. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 03/02/1937.

¹⁶¹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 13/05/1937.

¹⁶² FIJNAUT, 1997, p. 120. O Arquivo Histórico do Itamaraty possui, em seu catálogo, dois Congressos Anticomunistas, porém sua consulta para esta pesquisa não foi possível devido à higienização desta parte do acervo e seu consequente fechamento para obras. AHI. Lata 815, vol./maço 1156713. Congresso Internacional Anticomunista, Munique, 1936; AHI. Lata 815, vol./maço 11567. Congresso Anticomunista, 1936-1940.

¹⁶³ FIJNAUT, 1997, p.120

¹⁶⁴ Ibid., p.120

¹⁶⁵ FIJNAUT, 1997, p.121

¹⁶⁶ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

A mobilização de relações de uma “Internacional Fascista” com agentes ocidentais, confrontados com uma ameaça organizada e financiada internacionalmente, caracteriza o policiamento internacional do Entreguerras. A ênfase em desenvolvimentos políticos de caráter nacionalista foi interpretada como motivo para uma aparente decadência de contatos internacionais neste período.¹⁶⁷ Entretanto, a história das relações policiais e diplomáticas neste plano é, desde o seu início, marcada por influências e preocupações políticas. O papel novo da ameaça comunista neste contexto foi protagonizado pelo Comintern, uma organização única voltada para a estruturação e ordem da atividade revolucionária em plano global. Os desenvolvimentos estruturais de contatos entre nações na década de 1930 são definidos desta forma, aumentando sua esfera de influência em perspectiva atlântica e caracterizando um novo momento das relações internacionais. Um novo mecanismo para o combate à ação comunista internacional no entreguerras foi o desenvolvimento de organizações anticomunistas, que organizaram propaganda contra a ação soviética e a espalharam pelo mundo. No contexto do Itamaraty, pode-se ver contatos frequentes entre diplomatas, funcionários do Ministério das Relações Exteriores e estas organizações internacionais. Estes contatos politicamente motivados serão analisados de forma mais profunda no capítulo a seguir.

¹⁶⁷MAZOWER, 2012, p. 134.

Capítulo 2 - Lügenpropaganda: A inserção brasileira em redes de propaganda anticomunista internacional

No capítulo anterior, a análise dos contatos iniciais da polícia brasileira com organizações policiais estrangeiras demonstrou um aparelhamento da polícia e da diplomacia brasileiras voltado para a perseguição e vigilância política. A organização de conferências internacionais que abordam a ameaça comunista para a estabilidade de regimes ocidentais indica a formação de um novo internacionalismo no entreguerras. Com isto em mente, o presente capítulo tem como objetivo analisar os contatos entre o Itamaraty, o Desps e especialmente o seu chefe Filinto Müller, e organizações internacionais anticomunistas. Desta forma, será possível compreender mais a fundo a rede de contatos políticos internacionais que foi estabelecida ao longo da década de 1930. Os contatos estabelecidos ao longo deste momento entraram em decadência a partir do esfriamento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha a partir de 1938, mas seus efeitos perduram até a Guerra Fria - os agentes brasileiros e europeus que estabeleceram esta rede anticomunista continuam atuando politicamente e mantêm seus ideais após o fim da Segunda Guerra Mundial, passando a interferir no regime democrático e apoiando o estabelecimento de outro regime autoritário e ditatorial no Brasil na década de 1960.

Este capítulo estuda a influência do combate à circulação transnacional de propaganda comunista para a manutenção de contatos de polícia e diplomáticos internacionais, especialmente por meio de contatos brasileiros com duas organizações de propaganda anticomunista: a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA) suíça e o Anti-Komintern alemão. A análise de envio de correspondência e circulação de periódicos com literatura anticomunista e propaganda nacional-socialista, o contínuo apoio à organização de conferências internacionais voltadas para a perseguição política do movimento comunista e o estabelecimento de exposições públicas denunciando os efeitos do comunismo, permitem entender o envolvimento brasileiro em uma rede de propaganda política internacional. Os efeitos da literatura e da propaganda comunista para a estabilidade e manutenção de regimes ocidentais os tornaram uma ameaça aos olhos de governantes e agentes de policiamento de países como o Brasil. É significativo que a vigilância sobre a remessa de propaganda e literatura comunista já fosse uma política corrente neste momento, algo que pode ser observado na documentação do Itamaraty sobre a sua circulação entre países.¹⁶⁸ Os processos

¹⁶⁸AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 20/05/1931; AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 01/03/1932; AHI. Estante 105, prateleira 5,

de expulsão de estrangeiros do território brasileiro, acusados de serem comunistas, também aponta grande preocupação das autoridades com a posse de literatura comunista por estes indivíduos. Entretanto, o papel desempenhado pela Entente e o Anti-Komintern, coletando informação e difundindo-a por autoridades nacionais, revela um outro nível da estruturação da vigilância sobre a imprensa comunista neste momento.

O interesse de funcionários do Itamaraty na inserção brasileira em rede de contatos politicamente motivados caracteriza a atuação descentralizada do Ministério das Relações Exteriores até o estabelecimento de Oswaldo Aranha. Até os últimos anos da década de 30, o Itamaraty funcionava com pouca centralização, concedendo maior autonomia para embaixadores e cônsules brasileiros no estrangeiro. As motivações e interesses políticos de funcionários do MRE podem ser analisados por meio de suas ações neste momento. A intensificação de contatos entre a Gestapo e o Desps, por meio de esforços do embaixador em Berlim, Moniz de Aragão, é um exemplo da interferência de agentes diplomáticos em assuntos de vigilância política. Oswaldo Aranha atuou como embaixador em Washington de 1934 até o estabelecimento do Estado Novo, em 1937. Defensor da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a favor de uma política mais pan-americanista, Aranha abandonou o cargo de embaixador a partir do estabelecimento do Estado Novo, por não defender o autoritarismo do regime brasileiro. Porém, Aranha era amigo próximo de Vargas e o governante valorizava sua atuação na política externa brasileira, e não aceitou sua demissão. O então ditador ofereceu a direção do MRE a Aranha, para o manter no governo.¹⁶⁹ Ao assumir como Ministro do Itamaraty em 1938, Aranha afastou as relações internacionais brasileiras do internacionalismo fascista vigentes até o momento.

2.1 - O Itamaraty em redes anticomunistas internacionais

Os contatos e integração de membros do governo brasileiro em organizações anticomunistas transnacionais deve ser melhor analisado, pela influência que estas redes exerceram na política internacional, até depois da Segunda Guerra Mundial. O Ministério de Relações Exteriores atuava de modo pouco centralizado, permitindo uma atuação autônoma e individual de seus funcionários. A entrada de Oswaldo Aranha como ministro em 1938

vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 11/02/1932; AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 13/09/1932; AHI. Estante 29, prateleira 5, vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador em Londres. 18/09/1935; AHI. Estante 105, prateleira 3, vol./maço 14. Chefe de polícia do Distrito Federal ao Ministro de Relações Exteriores. 09/07/1937.

¹⁶⁹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil vai à Guerra**. São Paulo: Editora Manole, 2003, p.82

apresentou mudança para o modo em que as representações diplomáticas brasileiras agiram no exterior. Aranha foi responsável pela mudança na política externa brasileira, passando a indicar com instruções específicas as ações dos embaixadores sobre certos assuntos. Até a entrada de Aranha no Itamaraty, pode-se apontar que funcionários atuando externamente possuíam mais liberdade de ação e, portanto, poderiam atuar de acordo com suas próprias convicções em determinados assuntos. Deste modo, é possível observar o interesse e a ação de membros do Itamaraty na perseguição ao comunismo em plano internacional. Embaixadores e cônsules brasileiros situados na Europa atuaram em favor de seus ideais autoritários para consolidar o papel do governo varguista no plano ‘para-fascista’ internacional até aos últimos anos da década de 1930. Estas ações indicam como estes atores internacionais podem agir como agentes de vigilância além das fronteiras nacionais e revelam uma nova face do policiamento anticomunista. Um exemplo desta dinâmica é a relação estabelecida entre o embaixador brasileiro em Berna, Raul do Rio Branco, a sua secretária Odette de Carvalho e Souza e a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA).¹⁷⁰

A *Entente*, primeira organização transnacional anticomunista, fundada em 1924 e atuante até 1950, iniciou o processo de vigilância anticomunista de modo institucional. Formada pelo advogado suíço Theodore Aubert e o imigrante alemão Georges Lodygensky, a EIA foi situada em Genebra. A questão religiosa foi importante para a fundação da *Entente* por Aubert, mas não era o único foco de suas críticas ao movimento bolchevista. A organização funcionou ao exemplo do Comintern, com um escritório permanente em Genebra, e outros centros nacionais anticomunistas nos países colaboradores da EIA. A *Entente* era financiada pela colaboração destes centros nacionais, que pagariam 5.000 francos suíços ao ano. Além deste financiamento, o envio de dinheiro por bancos, companhias de seguro e grandes industriais ofereceram patrocínio para a ação desta organização.¹⁷¹ Ao longo da década de 1920, os contatos para a formação desta organização internacional eram centrados na Europa. Em 1924, a conferência que estabeleceu a EIA foi situada na França, e contou com representantes da França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Noruega, Suécia, Iugoslávia e Suíça.¹⁷² Aubert viajou para a Itália no ano seguinte e, em encontro com Mussolini, sugeriu a ele tomar a iniciativa para um acordo entre governos contra a Terceira

¹⁷⁰ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles. **Transnational anti-communism and the Cold War: Agents, activities, and networks**. Springer, 2014, p.88

¹⁷¹CAILLAT, Michel et al. Une source inédite de l’histoire de l’anticommunisme: les archives de l’Entente internationale anticommuniste (EIA) de Théodore Aubert (1924-1950). **Matériaux pour l’histoire de notre temps**, v. 73, 2004, p. 28

¹⁷²Ibid., p. 28

Internacional.¹⁷³ A partir de 1933, devido à crescente polarização política nas relações internacionais, a *Entente* passou a atuar de modo mais intenso, ampliando suas atividades. Por meio de três pilares principais de ação: coleta de informação, organização de eventos de propaganda e manutenção de redes de contato entre agentes anticomunistas de diferentes países, a organização consolidou-se como uma das mais importantes instituições não governamentais de propaganda anticomunista. Através de publicações que circulavam sobretudo na Europa e nas Américas, a EIA tornou-se a primeira organização da época a traduzir e vigiar a imprensa comunista, principalmente a soviética. Ao reunir um trabalho de pesquisa na imprensa em uma organização e publicá-las em periódicos especializados que eram depois enviados para autoridades de diversos países, a ação da EIA consolida uma especialização do anticomunismo internacional no Entreguerras.¹⁷⁴ Nos anos 1930, os periódicos da EIA eram a *Documentation mensuelle*, publicada entre 1927 e 1939 em francês e inglês, assim como boletins de imprensa, inteligência econômica (1931-1935), informação política (1933-1939), informação econômica e industrial (1936-1938) e informação religiosa. Em 1933, o escritório central da EIA indicou que 10.000 exemplares de sua literatura foram distribuídos.¹⁷⁵ A partir de 1937 a EIA passou a traduzir seus boletins de imprensa para o espanhol, para apoiar a causa franquista.¹⁷⁶ Esta ação aponta o comprometimento da organização com ideais do internacionalismo fascista e com a luta anticomunista internacional. Além disso, a mobilização de encontros e de um sistema de troca de informações permitiu o desenvolvimento e consolidação de uma rede de agentes anticomunistas por todo o Ocidente.

A inserção de funcionários do Itamaraty em meio a contatos anticomunistas pode ser apontada a partir de contatos com a EIA. O embaixador brasileiro em Berna, Suíça, Raul Paranhos do Rio Branco, filho do Barão do Rio Branco, foi o primeiro brasileiro a estabelecer contato com a *Entente*. Odette de Carvalho e Souza também foi uma figura importante para a institucionalização do anticomunismo no Itamaraty: filha do Cônsul Carlos de Carvalho e Souza, atuou em Genebra em conferências internacionais do trabalho e do desarmamento e, a partir de 1934, atuou como adida do gabinete do Chanceler na Suíça.¹⁷⁷ A presença de Raul do Rio Branco, assim como de Odette de Carvalho e Souza, nas reuniões do núcleo “Pro Deo” da

¹⁷³Ibid., p. 28

¹⁷⁴ ROULIN, 2014, p.58-59

¹⁷⁵ Ibid., p.57

¹⁷⁶ Ibid., p.57

¹⁷⁷ VON DER WEID, Carolina; UZIEL, Eduardo. Odette de Carvalho e Souza (1904-1970). In: MESQUITA, Thais; FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Diplomatas: Sete trajetórias inspiradoras de mulheres diplomatas**. Brasília: FUNAG, 2023, p.90-93

EIA se deu a partir de 1934, na segunda reunião organizada por esta subdivisão da Entente. Ocorrida entre 4 e 5 de janeiro, pode-se observar, com base nos relatórios estudados pela historiadora Stéphanie Roulin, que os brasileiros eram os únicos presentes vindos da América Latina. Os restantes participantes vinham da Europa, com exceção do diplomata japonês em Geneva, Morikatsu Inagaki. Rio Branco foi o único apontado como embaixador entre os participantes no evento. Dos outros vinte e quatro indivíduos presentes, treze possuíam vínculos com instituições religiosas.¹⁷⁸ Rio Branco retornou, desta vez sem Odette, para a quinta reunião, ocorrida entre 30 de setembro e primeiro de outubro de 1935.¹⁷⁹ A partir destes dados, pode-se assinalar não somente a particularidade da presença brasileira nos eventos desta organização anticomunista, como também trazer atenção para o momento em que ocorreram. É significativo que estas reuniões não se situavam em contexto diplomático, sendo majoritariamente compostas por clérigos ou participantes de ligas internacionais religiosas. A presença e o interesse sustentados por Rio Branco e Odette, denotam uma autonomia pessoal na atuação diplomática neste momento no interior do Itamaraty. Seitenfus aponta que, até fins da década de 1930, o MRE e as missões diplomáticas brasileiras no exterior agiam de modo pouco centralizado. O pesquisador defende que embaixadores e cônsules demonstravam improvisado e oportunismo em suas atuações fora do país.¹⁸⁰ Esta interpretação pode ser utilizada para compreender a participação brasileira em reuniões e o posterior contato do Itamaraty com a EIA. Servindo interesses unicamente políticos, o embaixador atuou de modo a consolidar a presença brasileira em uma rede anticomunista transnacional. Nota-se, além disso, que a participação brasileira nas reuniões aconteceu antes dos eventos da Intentona Comunista, ocorrida no mês seguinte à quinta reunião da Entente. Este fato confirma que o anticomunismo já era uma pauta importante para funcionários do governo brasileiro, e demonstra objetivos de perseguição política a estes dissidentes antes da tentativa revolucionária de novembro de 1935.

A presença brasileira nos eventos da EIA foi vista por seus fundadores como importante, e seus correspondentes foram apontados por membros da EIA como os mais diligentes da região.¹⁸¹ No interior do Itamaraty, os interesses do agente anteriormente mencionado, assim como de Macedo Soares, guiaram os esforços para a organização de forças anticomunistas no Brasil. A atuação anticomunista no interior do Itamaraty ocorre de

¹⁷⁸ ROULIN, 2014, p.446

¹⁷⁹ Ibid., p.450

¹⁸⁰ SEITENFUS, 2003, p.309

¹⁸¹ ROULIN, 2014, p.88

forma tão consolidada que, em fevereiro de 1936, foi criado o Serviço de Estudos e Investigações (SEI), por Odette de Carvalho e Souza:

A necessidade de criação de um órgão coordenador de estudos e informações neste Ministério, sobre as atividades do comunismo, sobretudo em suas relações com o Brasil, levou o ex-ministro do Estado, sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, a confiar à pessoa de sua inteira confiança a tarefa de organizar neste ministério um serviço dessa natureza. A pessoa escolhida foi o cônsul de 3ª classe, senhorita Odette de Carvalho e Souza, que já possuía vastos conhecimentos sobre a matéria e se desempenhou cabalmente da incumbência recebida.

O novo órgão, ainda pela referida funcionária, teve a denominação de “Serviço de Estudos e Informações” e ficou diretamente subordinado ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos.¹⁸²

Primeira organização anticomunista brasileira com ligação a entidades semelhantes na Europa, este serviço tinha o objetivo de formar um núcleo anticomunista no interior do Ministério de Relações Exteriores.¹⁸³ O SEI tinha como propósito vigiar e recolher informações com um foco maior na ação comunista no estrangeiro. Setemy argumenta que já depois dos eventos da Intentona o Itamaraty passou a atuar em conjunto com a ação policial nacional, coordenando uma repressão à ameaça comunista de modo mais estruturado mesmo ao nível internacional.¹⁸⁴ As missões diplomáticas brasileiras no exterior passaram a se voltar para a vigilância, fornecendo informações sobre movimentos comunistas e ordens soviéticas.¹⁸⁵ Os contatos entre o Embaixador Rio Branco e a EIA revelam então o início de uma idealização de um serviço de informações brasileiro compartilhado entre diplomacia e serviços policiais.¹⁸⁶ O aparelhamento do SEI varguista exprime uma tendência de maior centralização da vigilância ocorrida no Brasil do entreguerras. Procedente do Conselho de Defesa Nacional, estabelecido em 1927 durante o governo de Washington Luís, o SEI continuou a missão de estudo e coordenação de questões sobre a defesa nacional.¹⁸⁷ Em conjunto com o reaparelhamento da polícia e crescente atuação além de fronteiras, o Serviço de Estudos e Investigações de Odette de Carvalho e Souza organizou de modo mais institucional os contatos entre as Relações Exteriores e a polícia brasileira. Os dados coletados

¹⁸² AHI. Lata 921, vol./maço 14.192. Relatório complementar dos Serviços Políticos e Diplomáticos, referentes a 1936. 31/01/1937 apud SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p.110

¹⁸³ DA SILVA, 2020, p.25

¹⁸⁴ SETEMY, 2013 p.155

¹⁸⁵ Ibid., p.155

¹⁸⁶ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A divisão de segurança e informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e o monitoramento dos brasileiros exilados: o caso do Chile (1970-1973). *Tempos Históricos*, v. 24, n. 1, 2020, p. 420

¹⁸⁷ SETEMY, 2013, p.4

pelo serviço de inteligência eram transmitidos à polícia, e seus agentes os utilizavam para impedir a entrada de estrangeiros no território nacional.¹⁸⁸

O contexto histórico da década de 1930 revela motivações para o processo de especialização, burocratização e centralização do fazer policial e diplomático durante o regime varguista. Durante este momento, estruturas administrativas do governo assumiram contornos cada vez mais autoritários. As simpatias de parte dos dirigentes brasileiros com o nazifascismo aumentaram a intensidade dos contatos anticomunistas internacionais. As relações entre Rio de Janeiro e Berlim, já analisadas no primeiro capítulo, podem ser observadas de forma mais institucionalizada por meio do envolvimento brasileiro na rede anticomunista estabelecida pelo Anti-Komintern.

2.2 - “Lügenpropaganda”: O Brasil em contato com o Anti-Komintern

Além da proximidade com a Entente suíça, o Anti-Komintern alemão também se destaca por ser uma organização anticomunista com interesses internacionais, atuando diretamente com o Ministério das Relações Exteriores. Criado em 1933 como parte do Ministério de Propaganda nazista, o Anti-Komintern foi uma organização de propaganda voltada para o exterior, não atuando dentro da Alemanha. Possuía como objetivo principal o ganho de influência e simpatias por outros governos, ao tentar exportar as principais pautas e preconceitos da ideologia nazista para o restante do mundo.¹⁸⁹ Principalmente por meio do discurso anticomunista, relacionando com frequência o bolchevismo, judaísmo e cosmopolitismo, vistos como danosos à sociedade ocidental, os nazistas buscavam aliança internacionais para as políticas que implementavam internamente.¹⁹⁰ Mesmo sendo uma organização com propósitos de atuação internacional, o Anti-Komintern não enviou agentes para o estrangeiro ou abriu sedes em outros países, buscou antes estabelecer contatos com outras agências e organizações similares no estrangeiro, estabelecendo assim relações através das quais difundia sua propaganda. Deste modo, justifica-se o interesse de colaboração do Anti-Komintern com as instituições brasileiras. A remessa de seus boletins para o MRE por meio da embaixada brasileira em Berlim aponta um desejo de colaboração maior com o Brasil.

É possível observar na documentação disponível no Arquivo do Itamaraty o envio de diversas edições dos boletins organizados e impressos pelo Anti-Komintern para o MRE brasileiro. Dentre eles, a edição de 15 de julho de 1936 foi remetida em conjunto com os

¹⁸⁸ DIAS, 2020, p.421

¹⁸⁹ WADDINGTON, 2007, p.575

¹⁹⁰ Ibid., p. 577

ofícios diplomáticos pela embaixada brasileira em Berlim, permitindo a leitura e análise de seus artigos integralmente no Rio de Janeiro. Este número contém seis artigos breves, reportando detalhes sobre a ação comunista no plano internacional. Um desses artigos, de tradução “propaganda da mentira” apresentou a ação das autoridades brasileiras na campanha de repressão ao comunismo. De acordo com Moniz de Aragão, o artigo “fez um historico dos factos esclarecendo devidamente a situação e conforme com a versão que por mim foi fornecida baseada nas declarações do Senhor Chefe de Policia Filinto Müller.”¹⁹¹ O embaixador acusa no documento o envio de três exemplares da publicação, solicitando o envio de uma delas para Müller. O artigo em questão, com o título original de nome *Lügenpropaganda*, traz informações sobre as consequências da tentativa revolucionária de 1935:

Todos provavelmente se lembram da revolta comunista no Brasil em outubro. Naquela época, Moscou, por meio de seus agentes, o judeu Ewert, o “enviado soviético” judeu e ex-comerciante de peles Minkin e o membro do Comitê Executivo do Comintern, Luis Carlos Prestes, tentaram incitar o povo brasileiro contra seu governo e transformar à força este rico estado sul-americano em uma república soviética subserviente a Moscou.

A tentativa falhou. Ewert e Prestes foram presos um após o outro e Minkin foi expulso do governo uruguaio. A investigação contra os líderes da revolta ainda não foi concluída. As autoridades brasileiras investigarão ponto por ponto o envolvimento criminoso desses homens e expiarão suas ações por meio de um veredito justo após o devido processo legal.¹⁹²

O trecho acima afirma a importância dada aos eventos brasileiros durante e em seguida à Intentona Comunista por redes anticomunistas internacionais como aquela forjada pelo Anti-Komintern. Além disso, o artigo chama a atenção para a associação de agentes comunistas com o judaísmo, algo que percorre todos os artigos desta edição. Após resumir os efeitos e indivíduos participantes da tentativa revolucionária, o texto denuncia as críticas feitas pela mídia soviética em relação ao regime varguista:

¹⁹¹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

¹⁹² Traduzido pela autora. Original: “Jedem ist wohl noch der kommunistische Aufstand in Brasilien vom Oktober v. J. in Erinnerung. Damals versuchte Moskau durch seine Agenten, den Juden Ewert, den jüdischen “Sowjet-gesandten” und ehemaligen Fellhändler Minkin und das Mitglied des Exekutiv-komitees der Komintern, Luis Carlos Prestes, das brasilianische Volk gegen seine Regierung aufzuhetzen und diesen reichen südamerikanischen Staat gewaltsam in eine moskauhörige Sowjetrepublik umzuwandeln. Der Versuch mißlang. Nacheinander wurden Ewert und Prestes verhaftet und Minkin von der Regierung Uruguays des Landes verwiesen. Die Untersuchung gegen die Anführer der Revolte ist noch nicht abgeschlossen. Die brasilianischen Behörden werden Punkt für Punkt den Bewels antreten für die verbrecherische Beteiligung jener Männer und ihre Taten nacg einem ordentlichen Gerichtsverfahren durch ein gerechtes Urteil sühnen.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

Assim como tenta incitar a opinião mundial contra a Alemanha, está desencadeando uma propaganda abrangente e mentirosa contra o governo brasileiro, que, em nome do povo brasileiro, o está protegendo da “ditadura do proletariado”, ou seja, da ditadura da camarilha judaico-comunista internacional. O jornal comunista “Humanité” de 4 de julho afirma que 16.000 “antifascistas” estão encarcerados nas prisões do Brasil, tendo sido pegos pelas “ações abomináveis do governo laçao do Rio”. “O julgamento contra ela é o início do crime judicial que está sendo preparado contra Luis Carlos Prestes, a quem Vargas quer matar.”¹⁹³

É importante, assim, chamar a atenção para a proximidade entre regimes varguista e hitlerista no início do parágrafo. Interpretado como tentativa de influência da opinião mundial, a denúncia de crimes humanitários levados a cabo por estes governos passou a ser vista como propaganda política revolucionária por governos autoritários e anticomunistas. O processo de encarceramento e tortura de comunistas no Brasil após 1935 deu origem a um movimento internacional em oposição ao varguismo, que será analisado em detalhe no próximo capítulo. Depois disso, o artigo baseia a sua análise através de dados enviados pela polícia brasileira:

Nada prova mais claramente a incrível distorção dos fatos pela qual Moscou tenta repetidamente incitar o mundo contra países que estão se defendendo da praga comunista por meios legais. As autoridades brasileiras então anunciaram o número real de pessoas que tiveram que prender em legítima defesa. Luis Carlos Prestes, Arthur Ernst Ewert e Rodolpho Ghioldi, os três cabeças da tentativa de golpe armado, foram presos. Junto com eles, outros 638 prisioneiros aguardam o veredito. Destes, 628 são homens e 10 são mulheres. 212 eram militares seduzidos, 416 eram civis. Estes são os “16.000 antifascistas, incluindo 5.000 mulheres”, que supostamente estão definhando sob o “terrível regime do ditador fascista e falsificador Vargas”.¹⁹⁴

Após ironizar características do governo varguista, o artigo da revista do Anti-Komintern conclui justificando o tratamento aos revolucionários no Brasil, e clama a favor de uma ação organizada mundial contra o comunismo internacional:

¹⁹³ Traduzido pela autora. Original: “Es entfesselt so, wie es die Weltmeinung gegen Deutschland aufzuhetzen versucht, eine umfassende und lügnerische Hetzpropaganda gegen die Regierung Brasiliens, die im Auftrage des brasilianischen Volkes dieses vor der “Diktatur des Proletariats”, d. h; vor der Diktatur der internationalen jüdisch-kommunistischen Clique, bewahrt hat. So behauptet die kommunistische “Humanité” vom 4. Juli, in den Gefängnissen Brasiliens seien 16000 “Antifaschisten” eingekerkert, die durch “das abscheuliche Vorgehen der Lakaien-Regierung von Rio” gefaßt worden seien. “Der Prozeß gegen sie ist der Beginn des Justizverbrechens, das gegen Luis Carlos Prestes vorbereitet wird, den Vargas umbringen will.”” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

¹⁹⁴ Traduzido pela autora. Original: “Nichts beweist klarer die unglaubliche Tatsachen Entstellung, durch die Moskau immer wieder die Welt gegen Länder aufzuhetzen versucht, die sich mit gesetzlichen Mitteln der kommunistischen Pest erwehren. Die brasilianischen Behörden haben daraufhin die wirkliche Zahl der Personen, die sie aus Notwehr in das Gefängnis werfen mußten, bekanntgegeben. Es wurden verhaftet Luis Carlos Prestes, Arthur Ernst Ewert und Rodolpho Ghioldi, die drei Rädelsführer des bewaffneten Umsturzversuches. Mit ihnen erwarten 638 andere Gefangene ihren Urteilsspruch. Von diesen sind 628 Männer Und 10 Frauen. 212 waren verführte Heeresangehörige, 416 Zivilisten. Das sind die “16000 Antifaschisten, darunter 5000 Frauen”, die angeblich unterdem “furchbaren Regime des faschistischen Fälscherdiktators Vargas” schmachten sollen.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

Tais métodos visam discriminar um povo e um governo que, por instintos saudáveis, perseguiram os alienígenas hertzianos para o inferno. Isto é um insulto a um homem que, como o presidente Vargas dos Estados Unidos do Brasil, lutou com coragem pessoal contra os amotinados! Conhecemos esses métodos e observamos suas táticas há muito tempo. Cada vez que um estado como a Alemanha ou o Brasil se defende vigorosamente contra a interferência do Comintern de Moscou em seus assuntos internos e purifica seu corpo nacional do veneno vermelho, então na imprensa soviética russa e comunista controlada por ele o mundo inteiro ouve um “Uma tempestade de indignação” é desencadeada, mas só mostra àqueles que sabem que estão no caminho certo. Chegará o momento em que todos os povos interessados — e quase todos já estão preocupados hoje — se unirão contra o comunismo e porão fim à perigosa criminalidade internacional dos usurpadores vermelhos.¹⁹⁵

O exposto acima consolida uma imagem de espelhamento entre os regimes na Alemanha e no Brasil, e aponta para suas conexões na luta contra o que ambos percebiam como sendo o seu principal inimigo político. O envio de informações e dados da polícia brasileira para a sua publicação pelo Anti-Komintern, e a sua conseqüente divulgação internacional, aponta para a participação do Desps em redes anticomunistas internacionais. Ocorrido por intermédio do embaixador Moniz de Aragão, as ligações entre a polícia e as relações internacionais evidenciam a atuação de membros do Itamaraty como agentes voltados para interesses de vigilância e ação política no exterior.

Além do artigo analisado, a ação brasileira contra o comunismo é detalhada ainda em outro momento neste número do periódico, no artigo *Die Komintern an der Arbeit* (O Comintern em ação). Com tópicos organizados entre os dias 28 de junho e 13 de julho de 1936, o número da revista resume notícias sobre a ação comunista ou a perseguição a esta por todo o mundo. O alcance de suas informações ocorria de forma global, com informes sobre ocorrências nos Estados Unidos, França, Polônia, Argélia, Lituânia, Espanha, Palestina, Áustria, Romênia, Argentina, Chile e, como mencionado anteriormente, Brasil. O primeiro informe brasileiro ocorreu em 30 de julho de 1936:

¹⁹⁵ Traduzido pela autora. Original: “Mit solchen Methoden soll ein Volk und eine Regierung diskriminiert werden, das aus gesunden Instinkten heraus die volksfremden Hertzler zum Teufel jagte, So wird ein Mann beleidigt, der wie der Präsident Vargas der Vereinigten Staaten von Brasilien sich mit persönlichem Mut im Kampf gegen die Meuterer einsetzte! Wir kennen diese Methoden und haben ihre Taktik seit langem beobachtet. Jedesmal, wenn sich ein Staat wie Deutschland oder Brasilien gegen die Einmischung der Moskauer Komintern in seine inneren Angelegenheiten kräftig zur Wehr setzt und seinen Volkskörper von dem roten Gift reinigt, dann wird in der sowjetrussischen und der von ihr beherrschten kommunistischen Presse der ganzen Welt ein “Entrüstungssturm” entfesselt, der aber den Wissenden nur vor Augen führt, dass sie auf dem rechten Wege sind. Es wird einmal die Zeit kommen, da sich alle betroffenen Völker - und betroffen sind heute bereits fast alle - gegen den Kommunismus zusammenschließen und dem gefährlichen internationalen Verbrechen der roten Usurpatoren ein Ende bereiten werden.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

O chefe da polícia brasileira anunciou em um discurso de rádio que o Comintern havia decidido desencadear uma guerra civil no Brasil para estabelecer uma ditadura do conselho. Os membros do Comintern, Bela Kun e Otto Brown, já estão a caminho. Esta informação é relatada pelo “Pravda” de Moscou e pela rádio soviética, como de costume. negada - e portanto confirmada.¹⁹⁶

O anúncio aponta para a vigilância da literatura soviética feita pelo Anti-Komintern, assim como a difusão de informações errôneas difundidas pela polícia brasileira, agora na esfera internacional. Não existe registro algum que comprove que Béla Kun e Otto Braun tinham projetos para atuar no Brasil. Kun, durante o ano de 1936, era membro do comitê central do Comintern, e estava situado na União Soviética desde 1920 e aí estaria até a sua morte em 1938.¹⁹⁷ Braun atuou na China como emissário do Comintern de 1931 a 1939, e depois disso retornou a Moscou.¹⁹⁸

Outros dois tópicos que relatam atividade brasileira no periódico do Anti-Komintern surgem em dois dias seguidos. No dia 10 de julho, “No Rio de Janeiro, uma extensa célula comunista é descoberta no 2º Regimento de Infantaria. 18 soldados, incluindo vários suboficiais, são presos.”¹⁹⁹ Em seguida, “No Rio de Janeiro, a polícia prende o representante do Bureau Sul-Americano do Comintern, Molares, e o secretário do Politburo do Partido Comunista Brasileiro, Morena.”²⁰⁰ O secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, possuía o codinome “Miranda” e foi preso em 12 de janeiro deste mesmo ano. A diferença de seis meses entre sua prisão e a notícia publicada permite questionar as motivações e a validade de certas notícias neste periódico. Entretanto, ainda se mostra importante a citação breve dos outros artigos incluídos nesta edição do Anti-Komintern. Estes ajudam a caracterizar de forma mais profunda os principais tópicos abordados. O primeiro e maior artigo do periódico, *Friedensschalmeien in Genf - Kriegsdrohungen in Moskau* (Sinos de paz em Genebra -

¹⁹⁶ Traduzido pela autora. Original: “Der Chef der brasilianischen Polizei gibt in einer Rundfunkrede bekannt, dab die Komintern beschlossen habe, in Brasilien den Bürgerkrieg zu entfesseln, um die Rätediktatur zu errichten. Die Kominternmitglieder Bela Kun und Otto Brown seien bereits unterwegs. Diese Angaben werden von der Moskauer “Pravda” und im Sowjet Rundfunk, wie üblich. dementiert - und somit bestätigt.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

¹⁹⁷ DRACHKOVITCH, Milorad M. **Biographical dictionary of the Comintern**. Hoover Press, 1973, p.206

¹⁹⁸ Ibid., p.39

¹⁹⁹ Traduzido pela autora. Original: “In Rio de Janeiro wird im 2. Infanterieregiment eine umfangreiche kommunistische Zelle aufgedeckt. 18 Soldaten, darunter mehrere Unteroffiziere, werden verhaftet.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²⁰⁰ Traduzido pela autora. Original: “In Rio de Janeiro verhaftet die Polizei den Vertreter des Südamerikanischen Büros der Komintern, Molares, und den Sekretär des Politbüros der KP Brasiliens, Morena.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

Ameaças de guerra em Moscou), faz uma longa denúncia sobre a ação do diplomata soviético Maxim Litvinov na Liga das Nações:

Na última reunião da Liga das Nações, Litvinoff-Wallach mais uma vez proferiu um de seus conhecidos discursos de propaganda, cheio de garantias de paz e declarações de lealdade. Como os governantes de Moscovo ainda têm a audácia de negar qualquer ligação entre o governo oficial soviético e a Internacional Comunista, não foi difícil para o Comissário Soviético para os Negócios Estrangeiros dirigir-se à Itália com palavras que tinham a intenção de criar a impressão de que os soviéticos tinham apenas participado nas sanções anti-italianas para cumprir as suas “obrigações como membro da Liga das Nações”. Com hipocrisia untuosa, Litvinov assegurou que a União Soviética não tinha nada além de “o maior respeito e simpatia pelo povo italiano”. A União Soviética estava interessada no “desenvolvimento e fortalecimento contínuos das relações políticas, econômicas e culturais existentes com a Itália”.²⁰¹

Condenando a denúncia anti-italiana feita pela URSS, o artigo parece tocar na noção de um internacionalismo fascista, quando aponta para o “fascismo mundial”, com equivalências entre a campanha soviética contra a Itália e, depois, contra a Alemanha:

Por outro lado, deve-se afirmar que o Comintern desencadeou uma campanha furiosa contra a Itália em todo o mundo, a fim de desferir um golpe decisivo na Itália fascista e, portanto, no "fascismo mundial" - como não apenas os jornais comunistas de todos os países, mas também a imprensa da União Soviética declararam repetidamente.

A ação bolchevique contra a Itália fracassou, e os soviéticos estão agora, pelo menos aparentemente, colocando os pés no chão. Eles estão tentando restaurar o comércio com a Itália ao seu nível anterior, mas ao mesmo tempo esperam uma rápida revolução e rebelião entre as massas abissínicas. A “seção” colonial foi preservada e, no que diz respeito à atividade de política externa do imperialismo vermelho, seu principal impulso é mais uma vez cada vez mais direcionado contra a nova Alemanha.²⁰²

²⁰¹ Traduzido pela autora. Original: “Auf der letzten Völkerbundstagung hat Litwinoff-Wallach wieder einmal eine seiner sattsam bekannten, von Friedensbeteuerungen und Loyalitätserklärungen strotzenden Propagandareden gehalten. Da die Moskauer Machthaber nach wie vor die Unverfrorenheit besitzen, jeden Zusammenhang zwischen offizieller Sowjetregierung und Kommunistischer Internationale zu leugnen, fiel es dem sowjetischen Außenkommissar nicht schwer, an die Adresse Italiens Worte zu richten, die den Anschein erwecken sollen, als ob die Sowjets sich an den italienfeindlichen Sanktionen nur beteiligt hätten, um ihren “Verpflichtungen als Völkerbundsmitglied” nachzukommen. Mit salbungsvoller Scheinheiligkeit versicherte Litwinoff, daß die Sowjetunion nichts anderes als “die größte Achtung und Sympatie für das italienische Volk” hege. Die Sowjetunion sei an “der ununterbrochenen Entwicklung und Festigung der bestehenden politischen, wirtschaftlichen und kulturellen Beziehungen mit Italien interessiert”.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²⁰² Traduzido pela autora. Original: “Demgegenüber muß festgestellt werden, daß die Komintern in der ganzen Welt eine wütende Kampagne gegen Italien entfesselt hatte, um - wie nicht nur die kommunistischen Zeitungen aller Länder, sondern auch die Presse der Sowjetunion wiederholt erklärten - dem faschistischen Italien und damit dem “Welt-faschismus” einen entscheidenden Schlag zu versetzen. Die bolschewistische Aktion gegen Italien ist gescheitert, und die Sowjets stellen sich nunmehr, wenigstens zum Schein, auf den Boden der Tatsachen. Sie bemühen sich, das Handelsgeschäft mit Italien wieder auf den alten Stand zu bringen, gleichzeitig jedoch hoffen sie auf eine schnelle Revolutionierung und Auflehnung der abessinischen Volksmassen. Der Kolonial-”Sektion” erhalten, und, was die außenpolitische Aktivität des roten Imperialismus abertrifft, so richtet sich ihr Hauptsoß wieder verstärkt gegen das neue Deutschland.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

Ao trazer atenção para este conceito de “fascismo mundial”, o artigo considera a propagação do fascismo de forma internacional como uma preocupação para o diplomata soviético. Esta noção se reforça a partir da consideração de novos ataques direcionados a uma “nova Alemanha”, caracterizada pelo Terceiro Reich nazista. Depois de descrever aliados soviéticos, o artigo ataca o diplomata russo:

Entretanto, esse trabalho insidioso de cerco da diplomacia soviética é disfarçado com trajes pacifistas por seu representante oficial, com genuína engenhosidade judaica, e apresentado ao atônito público mundial como a "contribuição" da União Soviética na luta para "manter a paz"!²⁰³

A denúncia contra a diplomacia soviética delimita o interesse nazifascista de participação e influência nestas redes internacionais. Mazower, ao estudar organizações internacionais, aponta que o Terceiro Reich, embora contrário ao internacionalismo antinacionalista, tentou trabalhar em meio a organizações internacionais.²⁰⁴ Portanto, é possível defender que as críticas ao papel do diplomata soviético na Liga das Nações ocorreram por temores de ganho de influência internacional da URSS. Embora a Alemanha nazista tenha se retirado da Liga em 1933, esta matéria do Anti-Komintern demonstra o constante interesse em pautas abordadas por esta organização internacional. Em seguida, o artigo descreve ameaças de guerra por parte do governo soviético, concluindo que

As “surpresas” dos tesouros soviéticos são muito bem conhecidas - um número cada vez maior de bombardeiros, tanques, canhões, metralhadoras e enormes quantidades de outros materiais destrutivos. O mundo civilizado deve levar a sério as ameaças sombrias de guerra dos governantes de Moscou, mas não precisa “tremar” diante delas. Uma frente defensiva unida e fechada de todas as nações civilizadas do mundo porá fim à mania de destruição do inimigo mundial bolchevique e será capaz de proteger os tesouros da história mundial da pilhagem bolchevique!²⁰⁵

²⁰³ Traduzido pela autora. Original: “Dieses heimstückische Einkreisungswerk der Sowjet-Diplomatie wird aber von ihrem offiziellen Vertreter mit echt jüdischer Findigkeit in ein pazifistisches Gewand gekleidet und der staunenden Weltöffentlichkeit als “Beitrag” der Sowjetunion im Kampfe um die “Erhaltung des Friedens” präsentiert!” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²⁰⁴ MAZOWER, 2012, p.176

²⁰⁵ Traduzido pela autora. Original: “Die “Ueberraschungen” der sowjetischen Schatzkammern sind nur zu gut bekannt - eine stetig wachsende Anzahl von Bombenflugzeugen, Tanks, Kanonen, Maschinengewehren und ungeheure Mengen von sonstigem Zerstörungsmaterial. Die zivilisierte Welt muß die finsternen Kriegsdrohungen der Moskauer Machthaber ernst nehmen, aber sie braucht keineswegs vor ihnen zu “erbeben”. Eine einige und geschlossene Abwehrfront aller Kulturstaaten der Erde wird dem Vernichtungswahn des bolschewistischen Weltfeindes Einhalt gebieten und die Schatzkammern der Weltgeschichte vor der bolschewistischen Ausplünderung bewahren können!” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

O “mundo civilizado” mencionado pela publicação anticomunista nazista, assim como a noção de uma “frente defensiva unida”, caracterizariam ideais internacionalistas anticomunistas, sustentados por regimes fascistas com o objetivo de ampliar sua esfera de influência. O artigo seguinte do boletim, *"Im Westen Nichts Neues"* (Tudo calmo na frente Ocidental), ilustra ainda mais esta noção. Ao relatar greves na França e na Bélgica e os resultados das eleições na Espanha, com a vitória da coligação de esquerda Frente Popular, o artigo denuncia que “desde então Moscou vem se manifestando, com igrejas fumegantes, 269 mortos e 1.287 feridos, para onde a “tática da frente única” finalmente leva ao caos bolchevique.”²⁰⁶ A matéria interpreta a falta de união da direita como responsável parcialmente pelos acontecimentos: “A direita é inconsistente e sem liderança e, portanto, um alvo fácil para os outros. O governo está impotente diante dos acontecimentos e não ousa usar o (ainda) confiável exército para restaurar a paz e a ordem.”²⁰⁷ Comparando a situação espanhola com a francesa, o escrito destaca

Se não fosse tão grave, a semelhança com a situação na França poderia ser tragicômica: aqui como lá, a direita dividida se opõe à vontade concentrada de Moscou de atingir seu objetivo explorando todos os meios e formas, e que lhe é superior por sua coerência implacável. Aqui como lá, o bolchevismo assume a liderança de uma “frente única” para que ela sirva exclusivamente aos seus propósitos. (...) ambos impotentes diante da agitação caótica que se consolidou como uma das primeiras “bênçãos” de Moscou. Os diferentes caracteres nacionais determinam - além da “capacidade” dos seus líderes judeus - grau e extensão das revoltas.²⁰⁸

Mais uma vez, o discurso difundido por esta organização afirma a importância de uma frente anticomunista composta pela direita ocidental. Afirmando que “Enquanto partes da imprensa mundial estão reclamando do nacional-socialismo “anticristão”, que na realidade salvou o mundo da invasão do bolchevismo ateu, eles estão envergonhados e impotentes em

²⁰⁶ Traduzido pela autora. Original: “und seitdem demonstriert Moskau praktisch mit rauchenden Gotteshäusern, 269 Toten und 1287 Verwundeten, wohin letzten Endes die “Einheitsfronttaktik” führt: ist bolschewistische Chaos.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²⁰⁷ Traduzido pela autora. Original: “Die Rechte ist uneinheitlich und führerlos und damit Freiwild der anderen. Die Regierung steht dem Treiben machtlos gegenüber und wagt nicht, das (noch) zuverlässige Heer einzusetzen, um Ruhe und Ordnung wiederherzustellen.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²⁰⁸ Traduzido pela autora. Original “Wenn es nicht so bitterer Ernst wäre, könnte die Aehnlichkeit mit der Lage in Frankreich tragikomisch sein: hier wie dort die in sich uneinige Rechte, der der konzentrierte Wille Moskaus, durch Ausnutzung aller Wege und Mittel sein Ziel zu erreichen, gegenübersteht und der ihr durch seine rücksichtslose Konsequenz überlegen ist. Hier wie dort übernimmt der Bolschewismus die Führung einer “Einheitsfront”, um sie ausschließlich seinen Zwecken dienstbar zu machen. (...) beide machtlos gegenüber dem chaotischen Treiben, das als eine der ersten “Segnungen” Moskaus seinen Einzug gehalten hat. Die verschiedenartigen Volkscharaktere bestimmen - neben der “Fähigkeit” ihrer jüdischen Anführer - grad und Ausmaß der Aufstände.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

silêncio sobre o terror vermelho na Espanha.”²⁰⁹, o nazismo é colocado como opositor principal à atuação soviética pelo mundo. De acordo com esta interpretação, a organização de uma associação internacional anticomunista seria de responsabilidade do Terceiro Reich, convicção que explica a ação do Anti-Komintern no plano mundial neste momento.

Os outros artigos deste número da revista focam na influência cultural da ideologia soviética pelo mundo, denunciando a postura de Moscou em relação à religião, em *Moskaus Ehrengottlosen-Triumvirat* (O Triunvirato sem honra de Moscou), e a difusão de filmes soviéticos internacionalmente, em *Sowjetfilme in aller Welt* (Filmes soviéticos ao redor do mundo). Neste, o avanço do cinema soviético é apontado como parte de esforços crescentes para a difusão de propaganda bolchevique. A circulação de obras por diferentes países é descrita por meio do filme

“Nós somos de Kronstadt”, que glorifica a revolta bolchevique, foi exibido em Londres há algum tempo e agora está circulando pelos Estados Unidos. Os agitadores vermelhos que estão causando problemas nas frotas inglesa e americana podem, assim, obter instruções práticas no local e enriquecer seus conhecimentos sobre os métodos de subversão.

O texto do periódico identifica os filmes soviéticos como manuais revolucionários, difundidos pelo mundo para fomentar a subversão mundial. Por este motivo, a mostra destas obras no Ocidente se mostraria perigosa para a manutenção da ordem política dos países mencionados:

O filme soviético “O Caminho da Vida”, bem conhecido na Alemanha (...), foi recentemente exibido pela “Liga de Cinema e Fotografia” comunista em Chicago para familiarizar os americanos com as bênçãos do “paraíso das crianças” vermelho. As produções cinematográficas bolcheviques também dominam em Paris. Em Praga, uma organização subsidiária disfarçada do Partido Comunista alugou um cinema especial, “Kotva”, para exibir filmes soviéticos.²¹⁰

²⁰⁹ Traduzido pela autora. Original: Während man in Teilen der Weltpresse über den “christenfeindlichen” National-sozialismus zetert, der in Wirklichkeit die Welt vor dem Einbruch des gottesleugnerischen Bolschewismus bewahrt hat, schweigt man verschämt und hilflos über den roten Terror in Spanien. AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²¹⁰ Traduzido pela autora. Original: Der die bolschewistische Revolte verherrlichende Film “Wir von Kronstadt” wurde vor einiger Zeit in London auf-geführt und macht jetzt die Runde in den Vereinigten Staaten. Die roten Agitatoren, die in der englischen und amerikanischen Flotte ihr Unwesen treiben, können auf diese Weise an Ort und Stelle praktischen Anschauungsunterricht nehmen und ihre Kenntnis der Umsturzmethode bereichern. Der in Deutschland von der Systemzeit her bekannte Sowjetfilm “Der Weg ins Leben” wurde kürzlich von der kommunistischen “Film and Photo League” in Chicago gezeigt, um die Amerikaner mit den Segnungen des roten “Kinderparadieses” bekannt zu machen. Auch in Paris herrscht in bolschewistischen Film-produktionen. In Prag hat eine getarnte Nebenorganisation der Kommunistischen Partei ein besonderes Kino, “Kotva”, für die Aufführung sowjetischer Filme gemietet. AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

A exibição de filmes soviéticos na Inglaterra, EUA, França e Tchecoslováquia é alvo de inquietação por parte dos dirigentes nazistas na sua comunicação com congêneres estrangeiros. A ação do Anti-Komintern em plano internacional pode ser observada na conclusão desta matéria, onde a denúncia contra a circulação de propaganda comunista foi frisada:

Infelizmente, a influência perniciosa dos filmes de ódio e propaganda bolcheviques ainda não é totalmente reconhecida no exterior. A difamação sistemática do sentimento nacional, do casamento e da família, e a glorificação dos instintos humanos mais básicos, como mostrado nos filmes soviéticos, tem um efeito extremamente prejudicial, especialmente nos jovens. Felizmente, o número de vozes que se manifestam contra a prevalência da propaganda cinematográfica bolchevique está aumentando.²¹¹

Ao protestar contra a influência de ideais comunistas na mídia, e se colocar a favor de pautas fascistas como a defesa do nacionalismo, o artigo aponta o crescimento no número de indivíduos que são contrários à difusão de obras soviéticas pelo mundo. O crescente número de apoiadores apontado no periódico indica a expansão da área de influência do Terceiro Reich em plano internacional.

Por meio da análise deste exemplar do boletim Anti-Komintern, foram delineados seus principais objetivos e métodos e estratégias discursivas. A seção de nome “O Comintern em ação” estava presente em todas as suas edições, como artigo final, e resumia as atividades de comunistas no mundo ou ações de vigilância para o conter. Waddington caracteriza esta parte do periódico como uma descrição da ação de indivíduos pela Europa.²¹² A ênfase no continente europeu dada pelo pesquisador, ao considerar a organização estabelece ligações com a América Latina de forma mais constante apenas a partir de 1937 pode ser questionada. As notícias relativas ao Brasil na edição de 1936 do Anti-Komintern, e a remessa de dados diretamente por Müller para esta publicação, mostram que desde este ano os contatos entre o Terceiro Reich e o continente Sul-americano já estavam estruturados.

O contato entre organizações brasileiras e alemãs estava bem estabelecido em 1936. A presença brasileira no Congresso anticomunista organizado pela Alemanha Nazista, o envio de informações da polícia brasileira para o Anti-Komintern e, como será analisado no

²¹¹ Traduzido pela autora. Original: “Der verderbliche Einfluß der bolschewistischen Hetz und Propagandafilme wird im Ausland leider noch nicht in vollem Umfänge erkannt. Besonders auf die Jugend übt die systematische Verächtlichmachung des Nationalgefühls, der Ehe und Familie und die Verherrlichung der niedrigsten menschlichen Instinkte, wie sie in den sowjetischen Filmen gezeigt werden, eine äußerst schädliche Wirkung aus. Erfreulicherweise mehren sich die Stimmen, die gegen das Ueberhandnehmen der bolschewistischen Filmpropaganda entschiedenen Stellung nehmen.” AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

²¹² WADDINGTON, 2007, p.580

próximo capítulo, a colaboração na identificação e expulsão de comunistas estrangeiros que estavam no Brasil, foram os principais resultados da colaboração entre os regimes varguista e hitlerista. A influência do discurso nazista, em parte difundido pelo Anti-Komintern, na política brasileira se mostra presente também por meio da constante associação entre judaísmo e comunismo. Motta aponta que esta associação provinha do discurso hitlerista, que atualizou um discurso inicialmente formulado no final do século XIX durante os anos 1920 e 1930.²¹³ A elaboração do “plano Cohen”, documento forjado pelo governo brasileiro para justificar a instauração de um regime ditatorial mais autoritário, o Estado Novo, demonstra bem a familiaridade e aceitação que membros do Estado varguista possuíam em relação à associação entre judaísmo e comunismo.

Como apontado no capítulo anterior, o Anti-Komintern, em conjunto com a EIA, organizaram a I Conferência Internacional Secreta Anticomunista, onde agentes alemães assinalaram a importância de enviar material alemão para o Brasil. No ano seguinte, em 1937, Moniz de Aragão enviou correspondência para o Ministro de Relações Exteriores, detalhando o contínuo interesse dos alemães para a remessa de publicações à América do Sul

O Anti-Komintern desta capital, como já tive ocasião de informar em officios anteriores, está sinceramente empenhado em nos fornecer todo o material necessario de informação e propaganda para a campanha anti-comunista, já tendo, em varias ocasiões, proporcionando gratuitamente, tanto a esta Embaixada como a particulares, publicações de todo genero referentes a esta lucha.²¹⁴

Propondo a continuidade do envio de informação e propaganda mencionado acima, a repartição remeteu anexo com a relação geral de publicações realizadas pela organização, afirmando que

Deseja o Anti-Komintern offerecer essas obras ás organizações brasileiras que se dedicam á campanha anti-communista, e nesse sentido, pediu-me informar a quem deveriam ser remetidas as obras em apreço, convindo, preliminarmente saber quaes as de maior interesse. Estabelecido o contacto directo entre essa organização allemã e as nossas, será fácil organizar-se, com o tempo, uma permuta proveitosa de informações de toda especie sobre a campanha anti-communista.²¹⁵

O anexo em questão detalha a ação do Anti-komintern e seus objetivos, que são expostos como a vigilância sobre a ação soviética e instituição de troca de material entre órgãos anticomunistas. A rede de troca de informações entre diferentes instituições contra o

²¹³ MOTTA, 2002, p.84

²¹⁴ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²¹⁵ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

comunismo permitiu a formação de um arquivo completo sobre a ação revolucionária transnacional.

O “Anti-Komintern, Liga das Associações anticomunistas da Alemanha” tem colleccionado, durante longos annos, de combate ao communismo, um vastissimo material authenticico que se refere a todos os problemas do communismo na União Sovietica do mundo. O Anti-Komintern da Alemanha, dada a situação geographica deste paiz vizinho da União Sovietica, é uma organização no mundo que possui um perfeito e completo serviço de informações sobre a situação na União Soviética. Pela troca de material com todas as organizações anticomunistas, o Anti-Komintern da Alemanha também recebe o material que se refere á acção do communismo no mundo, e possui, assim, o mais completo archivo da acção do communismo. De todo este material, resulta um aspecto completo do communismo, de sua base, que é a União Sovietica, e de campo de acção, que é o mundo inteiro.²¹⁶

O campo de ação comunista, atuando por todo o mundo, e com base na potência soviética, foi usado como justificativa para o trabalho de recolhimento de informações de modo internacional pelo Anti-Komintern. Os três ramos principais de trabalho desta organização são depois apontados como serviços de informação, publicações que tratam de problemas fundamentais do comunismo, e o arquivo de fotografias - onde constariam 2500 fotografias da União Soviética e da ação comunista no mundo.²¹⁷ Os “serviços de informação” relatam os diferentes boletins sobre a ação internacional comunista, e a frequência de suas edições:

- I.) O “UdSSR-Dienst” traz trez vezes por semana traducções da imprensa soviética, em resumo, que informam sobre a situação social, moral e politica.
- II.) O serviço “Anti-Komintern”, publicado todos os quinze dias, informa correntemente sobre a acção do communismo no mundo e problemas especiais.
- III.) “News Service”, em inglez, de publicação mensal informações sobre o communismo nos Estados Unidos, no Imperio Britannico e trata de problemas do communismo nos territorios coloniaes.
- IV.) As “Informaciones Antibolcheviques”, publicadas de quinze em quinze dias em espanhol, trazem informações sobre a acção comunista na Espanha e na America Latina.²¹⁸

Com base nestas informações enviadas pelo embaixador brasileiro em Berlim, é possível observar o grande empenho do Anti-Komintern para a divulgação do anticomunismo no plano internacional. A frequência das publicações, múltiplas vezes por semana, e a divulgação de material em língua inglesa e espanhola para diversos países demonstram a

²¹⁶ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²¹⁷ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²¹⁸ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

consolidação destes esforços, assim como a mobilização de rede anticomunista além de fronteiras e ao longo dos continentes Europeu e Americano. A segunda lista, retratando “publicações que tratam de problemas fundamentais do comunismo”²¹⁹ detalham vinte e nove obras, algumas chegando a ter mais de trezentas páginas, sobre assuntos diversos relacionados com a ação comunista internacional. O relacionamento do comunismo sob a égide da influência soviética com o restante do mundo, por exemplo, é apontado em artigos como:

“O livro vermelho sobre a Espanha” (...) contem o mais completo material sobre o comunismo na Espanha. O livro trata, em tres capitulos, da historia da bolchevização da Espanha até Julho de 1936, do terror durante a guerra civil e da intervenção sovietica. 320 pgs.²²⁰

A seguir, nesta correspondência, o exemplar ““Moskaus Hand in Fernen Osten” (A mão de Moscou no Extremo Oriente), documentos sovieticos apprehendidos na Embaixada sovietica em Peiping.”²²¹ aponta para a vigilância e cooptação nazista de material diretamente de fontes diplomáticas. O trabalho de pesquisa, recolha e sistematização de inteligência feito pelo Anti-Komintern é relevante também pelos diferentes campos abordados em suas publicações. A informação recolhida pelo Anti-Komintern era muito variada, desde memórias de um finlandês que foi preso em uma prisão soviética e de um aviador que trabalhou por cinco anos em Moscou, passando por relatos da organização do exército vermelho, a política agrária na União Soviética, os supostos planos para uma revolução comunista na Alemanha, até providenciando um resumo do Sétimo Congresso Mundial do Comintern, de 1935.²²² É preciso chamar atenção, além disso, para três obras que associam a ação comunista com o judaísmo:

“Die Weltfront” (A frente mundial) perguntas referentes ao problema judeu. 142 pgs.
Schultz “Jude und Arbeiter” (Judeu e operario, um trecho da tragedia do povo allemão) 192 pgs.
Fehst “Bolchevismus und Judentum” (Communismo e Judaismo. O elemento judeu na hierarchia sovietica).²²³

²¹⁹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²⁰ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²¹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²² AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²³ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

Os títulos acima explicitam como esta organização alemã buscava contatos internacionais e os utilizava para disseminar ideais do nacional-socialismo para além de sua esfera nacional. A atuação internacional e influência do Anti-Komintern podem ser observadas em outra correspondência, enviada por Moniz de Aragão para o MRE no mesmo dia que o documento informando o envio de literatura mencionada anteriormente. Nessa ocasião, Moniz Aragão enviou para o Rio de Janeiro o programa do Primeiro Congresso Ibero-americano Anticomunista, que seria realizado em Havana. O embaixador assinalou que o programa foi remetido a ele pelo Anti-Komintern, encaminhando também para o Itamaraty a sondagem alemã que estaria “interessado em saber se o Brasil se fará representar no aludido certame.”²²⁴ Moniz de Aragão aponta para a presença de temas que seriam de grande interesse para o governo, como a influência do comunismo nas forças armadas, “e as consequências resultantes da propaganda vermelha nas escolas e universidades.”²²⁵ Não foi possível saber se alguma delegação brasileira foi enviada para o Congresso. Porém, por meio da análise do programa enviado para o Itamaraty, é possível apontar os interesses em comum entre nações anticomunistas e motivações para o estreitamento de contatos internacionais. Os temas do programa do Congresso foram divididos em quatro sessões, caracterizando temas informativos, temas práticos, temas de doutrina e de organização. A sessão informativa detalha a organização e atividades dos Partidos Comunistas na América Latina, com tópicos como “Os estrangeiros e o partido”, “O comunismo e as forças de defesa da nacionalidade”, “Os trabalhos especiais para o exercito e a policia” e “O trabalho comunista de destruição das ideias nacionaes”.²²⁶ Estes tópicos demonstram as inquietações sofridas por governos e órgãos de vigilância nacionais na Península Ibérica e na América Latina em relação à ameaça revolucionária. A ênfase em questões de proteção das nacionalidades, apontadas pelo programa de um Congresso internacional comprova a necessidade sentida entre corrente autoritárias e anticomunistas de estreitamento de contatos entre nações para a defesa de suas fronteiras em face da ação do Comintern.

Os temas práticos assinalados afirmam ademais esta noção. Em primeiro lugar, o programa propõe o auxílio Iberoamericano na luta anticomunista, por meio de “solidariedade de organização, unificação das campanhas, protecção aos desterrados e auxilio aos países

²²⁴AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²⁵AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²⁶AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

affectados.”²²⁷ A solidariedade assinalada é traduzida em um projeto de colaboração para a vigilância no Atlântico, apontada principalmente por meio da “vigilância dos sistemas educativos”, que envolveria a “campanha contra a pedagogia e os pedagogos radicais e contra os resultados de seu trabalho nos programas escolares” e a “consolidação das ideias nacionais, não só no campo exclusivo das regiões como também com o objectivo da unidade cultural iberoamericana”²²⁸ Ao apontar um tópico voltado para a unificação nacional, a importância do nacionalismo no programa do Congresso é novamente explicitada. A ideia de uma “Campanha de unificação nacional” e “Ensaio de um programa máximo”²²⁹ notavam as motivações nacionalistas na consolidação de um internacionalismo desenvolvido em resposta a um movimento político que apostava numa revolução mundial. O programa do Congresso estabeleceu também objetivos para a “Organização da propaganda iberoamericana”, com as seguintes subdivisões:

- a) As grandes linhas da propaganda anticomunista.
- b) Os métodos de propaganda.
- c) Classificação das formas de propaganda.
- d) Cooperação dos governos.
- e) Circulação e financiamento.²³⁰

A ênfase e interesse na vigilância da circulação de propaganda comunista consolida-se como parte fundamental dos contatos internacionais anticomunistas. O compartilhamento de inteligência entre países se estabelece por meio de uma proposta para a organização de informações sobre o comunismo na América Latina, que caracterizaria um serviço organizado de notícias, recolhimento de fontes de informação, “relações com a Europa e os Estados Unidos”²³¹ e ideia para uma organização de funcionamento continental. Os temas de doutrina apontados no programa constituem tópicos como “Nacionalidade e comunismo”, “Os métodos da luta anticomunista” e “A trajetória da Internacional Comunista e a evolução do Comunismo na URSS”²³², apontando novamente para os estudos sobre a ação revolucionária internacional e seus desdobramentos em territórios nacionais. O último tema

²²⁷AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²⁸AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²²⁹AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²³⁰AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²³¹AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²³²AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

citado pelo programa, relacionado com a organização desta forma de cooperação anticomunista, menciona uma “Confederação Iberoamericana de Luta Contra o Communismo (C.I.L.C.C.), com os tópicos:

- a) Actividades
- b) Secretariados
- c) Pessoal
- d) Publicidade
- e) Finanças
- f) Sede
- g) Congressos
- h) Estatutos.²³³

Embora não seja possível comprovar o estabelecimento desta Confederação, a simples motivação para sua criação revela um comprometimento de diversos países com a dimensão internacional da luta política contra o comunismo. O contexto deste momento aponta para o desenvolvimento de diversas instituições de vigilância anticomunista entre o continente europeu e o americano. É importante notar a semelhança dos tópicos propostos pelo Congresso Ibero-americano e o funcionamento institucional de organizações anticomunistas como o Anti-Komintern e a EIA. Por meio de propostas de recolha de inteligência e propaganda, e estabelecimento de uma base de ação e vigilância anticomunista no Atlântico, pode-se argumentar que este Congresso propunha o estabelecimento de uma organização anticomunista internacional para além da Europa, com ligações também entre países latino-americanos.

Ao observar o interesse do Anti-Komintern no estabelecimento do Congresso em Havana e o envio do programa para o Embaixador Moniz de Aragão, é possível questionar se o órgão de propaganda alemão teve algum envolvimento com o seu estabelecimento. Considerando o interesse no aumento de sua área de influência e o envio dos materiais que produzia para a América do Sul, incluindo a tradução de livros e artigos para o espanhol, assim como a necessidade afirmada no I Congresso Anticomunista alemão de 1936 de fomentar exposições e outras instituições anticomunistas, se torna plausível apontar seu possível envolvimento com a organização deste Congresso. O presidente do Anti-Komintern, Adolf Ehrt, propôs o envio de todo o material necessário para o Brasil organizar uma exposição anticomunista durante o Congresso Anticomunista em 1936.²³⁴ Em vista disto,

²³³AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

²³⁴AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

pode-se argumentar que o envio de material e tópicos a serem discutidos pelo Anti-Komintern significou influência da organização alemã neste congresso internacional.

2.3 - O estrangeiro na Exposição Nacional do Estado Novo

A influência do Anti-Komintern em territórios Sul-americanos não ocorreu apenas por meio do Congresso de Havana. Devido à proximidade ideológica entre os regimes hitlerista e varguista, pode-se indicar o envio de material anticomunista alemão para a Exposição Nacional do Estado Novo, ocorrida no Rio de Janeiro, entre 10 de dezembro de 1938 e 22 de janeiro de 1939, destinada a comemorar o primeiro aniversário do novo regime ditatorial de Vargas e os oito anos da subida deste ao poder. Organizada com o propósito de mostrar para a população brasileira as transformações que o regime varguista trouxe ao país, a exposição teve mais de 40.000 visitantes nos seus dois primeiros dias.²³⁵ Dividida em diversos pavilhões, todos os ministérios e outros órgãos administrativos do governo estavam representados, como Viação e Obras Públicas, Guerra, Marinha, Educação e Saúde, Exterior, Justiça, Trabalho, Fazenda, Agricultura, Departamento Nacional de Propaganda, etc.²³⁶ Entre estes, destaca-se a presença de um pavilhão anticomunista, com colaboração do Departamento Nacional de Propaganda e da polícia, que expôs arquivos apreendidos do Partido Comunista Brasileiro e informações contidas em processos do Tribunal de Segurança Nacional.²³⁷ O papel do anticomunismo como pilar do regime ficava evidente neste pavilhão.²³⁸

Além da utilização de material da polícia brasileira, foi solicitado o envio de material de propaganda da Alemanha e Itália para a formação da exposição. As fotografias expostas são apontadas como quase todas vindas do estrangeiro.²³⁹ A proposta para o envio deste material, no caso alemão, pode ser vista desde novembro de 1937, onde Moniz de Aragão detalha sobre exposição anticomunista realizada na Alemanha:

Como no anno passado, foi este anno realizada em Nuremberg, durante o Congresso do Partido Nacional Socialista, uma exposição anti-communista, a maior até gora effectuada neste Paiz, organizada pelo Ministerio da Propaganda.

²³⁵ FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 18, 2017, p.11

²³⁶ Ibid., p. 12

²³⁷ Ibid., p. 19

²³⁸ Ibid., p. 13

²³⁹ Ibid., p. 19

Esta nova exposição, que estará aberta até o dia 26 do corrente, ilustra o modo de ser e de actuar do bolchevismo e contém vasta copia de material inedito.²⁴⁰

O embaixador relatou na correspondência a motivação para tal exposição:

Os quadros, diagrammas, estatisticas e objectos expostos constinuem uma prova flagrante do principio exposto no VI Congresso mundial da Internacional Communista, realizado em Moscou em 1928, segundo o qual a Internacional Communista é um partido universal unitario que se compõe dos partidos communistas dos diversos paizes. Um grande numero de nações, e ultimamente a infeliz Espanha, conheceram as terriveis consequencias desse principio.²⁴¹

Alguns materiais organizados para o evento foram detalhados, onde é possível compreender a dimensão desta exposição:

Foi ali exposto um globo terrestre de 10m. de diametro, mostrando de que maneira o bolchevismo ameaça com a sua tyrannia as nações e os continentes. Uma serie de diagrammas expõe o progresso da acção communista internacional. Outras secções illustram o trabalho reconstructivo realizado na Alemanha e na Italia, comparando-o com a sanha sanguinaria bolchevista.²⁴²

Por fim, Moniz de Aragão estende a proposta alemã de envio de material para o Brasil:

O Ministro da Propaganda, Senhor Goebbels, durante o almoço realizado por ocasião da inauguração, offereceu ceder, a preço de custo, todo o material que o Governo Brasileiro viesse eventualmente a necessitar para a confecção de uma exposição analoga.²⁴³

Estas citações de correspondência diplomática revelam, uma vez mais, a proximidade do embaixador e da delegação brasileira com membros do governo nazista, assim como a proximidade de seus ideais e motivações políticas entre os dois regimes. Também, a correspondência enviada por Odette de Carvalho e Souza para Filinto Müller em março de 1938 mostra essa proximidade. Nela, a secretária do Ministério de Relações Exteriores aponta como

Tendo sido solicitados pelo Governo italiano esclarecimentos a este Ministerio acerca de uma proxima exposição anti-communista que deverá realizar-se no Rio de Janeiro, muito agradeceria a Vossa Excelência informar si essa Chefatura de Policia

²⁴⁰ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 9. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/09/1936.

²⁴¹ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 9. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/09/1936.

²⁴² AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 9. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/09/1936.

²⁴³ AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 9. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/09/1936.

tem da mesma conhecimento, e, em caso afirmativo, comunicar-nos os dados e pormenores sobre os seus iniciadores ou orientadores, quaes os paizes que concorrerão, e qual o material de que deverá constar.²⁴⁴

Levando em consideração a proximidade entre a data do documento e a data da Exposição Nacional do Estado Novo, pode-se concluir que a exposição anticomunista retratada acima seria o pavilhão anticomunista mencionado anteriormente. O comprometimento italiano com a remessa de material para a sua realização é assinalado posteriormente: “O Governo italiano estará prompto, aliás a concorrer com a sua valiosa collaboração desde que lhe sejam dadas as informações acima expostas, e sobre as quaes solicita a possivel urgancia.”²⁴⁵ A colaboração internacional para a montagem deste pavilhão no Brasil mostra a vontade do regime hitlerista e do fascismo italiano com a disseminação de propaganda anticomunista. A correspondência enviada por Odette de Carvalho e Souza, por ser destinada ao chefe de polícia Müller, revela o papel que este teve na organização desta parte da exposição. Organizada pelo Ministério da Justiça, pode-se considerar que Müller teve grande influência na constituição do pavilhão. Os contatos externos e detalhes sobre o pavilhão são relatados no artigo “O catalogo da Exposição Nacional do Estado Novo apreciado em Portugal”, publicado pelo jornal A Noite em abril de 1939:

O ultimo numero da revista portuguesa “Ocidente” publicou, a proposito do “catalogo da Exposição Nacional do Estado Novo”, que lhe foi remetido pelo Serviço de Imprensa Estrangeira do Departamento Nacional de Propaganda do Brasil, a seguinte nota, incluida em sua secção intitulada “Pelo mundo”: (...) O Novo Brasil fez a sua Exposição, que respondeu melhor que muitas palavras á descrença dos pessimistas e, embora lá não tivéssemos estado, bem a podemos admirar no luxuoso Album de 96 paginas que a reproduz graficamente.²⁴⁶

O artigo português, reproduzido no periódico brasileiro, detalha que a Exposição Nacional “(...) apresentou em quadros graficos, desenhos, fotografias, mapas, maquetes, objetos varios - uma documentação completa e impressionante da fôrma como têm sido atacados de frente os problemas basilares da Vida brasileira.”²⁴⁷ Por fim, a matéria traz atenção para o pavilhão de nosso interesse:

Fecha o Album com um secção reservada á Exposição Anti-Comunista, em que se póde ver o desenvolvimento consideravel que tinham tomado as paixões subversivas

²⁴⁴ AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Chefe de Polícia. 03/03/1936.

²⁴⁵ AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Chefe de Polícia. 03/03/1936.

²⁴⁶ A Noite, 26/04/1939

²⁴⁷ A Noite, 26/04/1939

da America do Sul, bem justificando todas as medidas de repressão tomadas pelo Novo Brasil.

Bandeira comunista, cartazes varios, manifestos, jornais clandestinos, salvo-condutos assinados por Luiz Carlos Prestes, Constituição Comunista do Brasil - são uma pequena parte do material que se exibiu no Pavilhão Anti-Comunista e que causou verdadeira surpresa a quantos imaginavam ser mera fantasia o que de Comunismo se dizia nas estancias oficiais e policiais.²⁴⁸

O artigo acima mostra, agora com Portugal, a aproximação de interesses entre regimes autoritários anticomunistas. O envio do material da Exposição para outro país com regime ditatorial, considerado “para-fascista” como o salazarismo, revela as conexões e equivalências ideológicas existentes entre ambos os Estados Novos.²⁴⁹ O envio do catálogo do evento, organizado e remetido pelo Departamento Nacional de Propaganda para o estrangeiro, ilustra ainda mais os esforços para a internacionalização da propaganda anticomunista e a importância concedida a ela. O catálogo da Exposição Nacional, depois de resumir os principais feitos do governo Vargas em diversos campos como agricultura, exército, relações exteriores, obras públicas e educação, reserva sua última seção para se estender sobre a exposição anticomunista. Contendo trinta páginas, detalha a história do comunismo no Brasil e no mundo com surpreendente detalhe. O documento chama atenção para a presença de atuação estrangeira na tentativa revolucionária brasileira ocorrida em 1935, relacionando-a com o aspecto internacionalista do comunismo.²⁵⁰ Na conclusão do catálogo, os diferentes materiais que compunham o pavilhão foram resumidos:

Os organizadores da Exposição Nacional do Estado Novo incluíram no programma da grande exhibição de realizações nacionaes um extraordinario mostruario sobre o Communismo. No pavilhão Anti-Communista da Exposição figurou farta documentação fotografica relativa ás desordens communistas no mundo, á miseria na U.R.S.S. e ao levante de 1935 no Brasil. Acompanhando essa impressionante exhibição, figuram centenas de documentos e photographias, pamphletos, monographias, cartazes, bandeiras e outros elementos de agitação e propaganda do communismo no Brasil.²⁵¹

A percepção do público foi assinalada, assim como outros detalhes sobre a exposição, trazendo detalhes sobre a ação comunista internacional:

O povo acompanhou com interesse a demonstração anti-communista effectuada em pavilhão especial, no recinto da Exposição. Um grande mappa-mundi assignalava os paizes em que o Partido Communista é legal, semi-legal ou illegal. Numerosos eschemas figuravam a organização burocratica da Internacional Communista, com

²⁴⁸ A Noite, 26/04/1939

²⁴⁹ PINTO; KALLIS, 2014, p. 17

²⁵⁰ Exposição Nacional do Estado Novo. Rio de Janeiro: DNP, 1939, p. 92

²⁵¹ Exposição Nacional do Estado Novo, p.96

suas respectivas secções nacionaes. Grande copia de livros e material subversivo, inclusive uma reprodução photographica, grandemente ampliada, do ante-projecto de Constituição elaborado pelos communistas do Brasil, figuravam na exposição como peças de alto valor documentario.²⁵²

Neste documento, a colaboração do governo brasileiro com outras nações voltadas para a perseguição ao comunismo não é mencionada. Em vista disso, o discurso oficial da literatura relacionada à Exposição Nacional se mostra dedicado a enaltecer apenas feitos do regime varguista, escolha que se justifica pela sua natureza propagandística e com objetivos internos de favorecimento do nacionalismo brasileiro. A escolha discursiva de ilustrar apenas esforços brasileiros na luta anticomunista não exclui a colaboração internacional efetuada para a elaboração do pavilhão anticomunista. Sendo esta necessária para a sua formação, a participação brasileira no I Congresso Anticomunista de 1936 e a remessa de material de propaganda alemão influenciaram diretamente a estruturação deste evento.

A ênfase da atuação estrangeira na Intentona Comunista mostrou-se uma pauta importante para o pavilhão anticomunista da Exposição. Em seu catálogo, impresso em 1939, é possível observar a reprodução de fotografias de agentes do Comintern vindos para o Brasil para a tentativa revolucionária de 1935. Em vista disso, pode-se apontar que os processos de prisão, identificação e, em alguns casos, expulsão de agentes comunistas no território nacional foi visto com orgulho pelo regime brasileiro, e usado como exemplo do poder nacional em consequentes propagandas varguistas. A perseguição de indivíduos que atuavam a nível transnacional neste momento ocorreu por meio dos contatos entre órgãos de policiamento e vigilância brasileiros e alemães. O interesse e motivação de ambos os regimes para a detenção destes comunistas, com o propósito de serem vistos como triunfos dos governos nacionais e suas polícias, serão melhor analisados ao longo do próximo capítulo.

²⁵² Exposição Nacional do Estado Novo, p.96

Capítulo 3 - Vigilância de agentes transnacionais

3.1 - Comunistas Internacionais

A ideia de uma conspiração internacional gerida por estrangeiros revolucionários que tinham como objetivo se infiltrar no espaço nacional e dismantelar a ordem política e social vigente foi a motivação principal para o desenvolvimento de políticas autoritárias e sufocamento de liberdades no Brasil ao longo da década de 1930. A partir da tentativa revolucionária comunista ocorrida em novembro de 1935, no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, estas ansiedades relativas ao comunismo internacional se mostraram, de certo modo, fundamentadas. Liderada por Luís Carlos Prestes, que chegou escondido no Brasil depois de período estudando na União Soviética, e com suposto financiamento da Terceira Internacional, a organização e desenvolvimento da chamada Intentona Comunista teve participação de elementos estrangeiros que faziam parte do Comintern. Em sua maioria alemães, como as figuras mais conhecidas de Olga Benário, Arthur Ewert e Elise Saborowski Ewert, mas também com a participação do argentino Rodolfo Ghioldi e do estadunidense Victor Allen Baron, a participação de indivíduos transnacionais no evento nacional de 1935 motivou novo interesse no estreitamento da cooperação internacional diplomática e policial, não apenas por parte de membros do governo brasileiro, mas também por agentes de policiamento dos países de onde estes revolucionários provinham. Em vista disto, este capítulo tem como objetivo a análise dos casos dos agentes alemães ligados ao Comintern, Ewert, Saborowski e Benário, após sua prisão no Rio de Janeiro. A análise destes casos é importante para este trabalho por configurarem três estrangeiros, alemães com ligações à Terceira Internacional.

Levando em consideração as motivações e o estreitamento de contatos entre embaixadores e policiais para a perseguição à ameaça comunista no plano internacional, este capítulo possui como objetivo o estudo de caso dos processos de vigilância e perseguição aos estrangeiros envolvidos na tentativa revolucionária brasileira ocorrida em 1935. Analisando os processos de Olga Benário e Elise Saborowski Ewert, ambas expulsas do território nacional, e de Arthur Ewert, preso e torturado no Brasil até fins da Segunda Guerra Mundial, será possível analisar o desenvolvimento das relações da polícia brasileira chefiada por Filinto Müller com a Gestapo alemã, fomentadas especialmente por intermédio do embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão. O compartilhamento de fichas e fotografias que

permitiram identificar os estrangeiros envolvidos na Intentona pela polícia brasileira, o interesse nos processos de expulsão e desejos de aprisioná-los ao chegarem em seus territórios nacionais demonstram a evolução de contatos institucionais entre polícias de Brasil e Alemanha e os interesses políticos sustentados pelos agentes policiais em ambos os países. Levando em consideração a semelhança de valores entre o governo varguista e hitlerista, pode-se apontar que o estreitamento de contatos policiais e diplomáticos ocorridos neste período são provenientes de uma noção ideológica comum.²⁵³ A partir do controle do movimento de 1935, o Terceiro Reich vê o Brasil cada vez mais como centro de seus interesses na América Latina, e a polícia varguista toma as forças de vigilância alemãs como exemplo na perseguição de ameaças políticas e de pessoas consideradas “indesejáveis” por seus regimes, estreitando-se os contatos diretos entre ambas. A expulsão das duas mulheres, Elise e Olga, ambas de famílias judias, do Brasil para campos de concentração alemães, ajuda a compreender a política antissemítica sustentada pelo governo Vargas, e suas equivalências com o Reich alemão.²⁵⁴

O surgimento de novas formas de criminalidade, que ocorreu através das fronteiras nacionais, protagonizadas por atores transnacionais, conduziram a respostas jurídicas e policiais de *law enforcement* como já analisado por Knepper.²⁵⁵ Considerando este argumento, é possível analisar como as dissidências políticas revolucionárias se enquadram neste contexto. Ofensas criminais com motivação política levaram à formação de respostas institucionais específicas, desenvolvendo um campo de relações internacionais de vigilância que procurava gestar uma cultura de segurança contra a atuação de agentes revolucionários transnacionais.²⁵⁶ O anarquismo, considerado primeira onda de terrorismo moderno, motivou o desenvolvimento de redes de cooperação contra-insurgência na Europa desde finais do século XIX²⁵⁷ e, nos primeiros anos do século XX, protagonizou temores na América do Sul relacionados à figura do estrangeiro que ameaçaria a estabilidade nacional, motivando a aprovação da Lei de Residência argentina em 1902 e a Lei Adolfo Gordo brasileira em 1907.²⁵⁸ Estas leis resultaram na expulsão de grande quantidade de estrangeiros e ajudaram a consolidar a figura de agitadores transnacionais indesejáveis no imaginário popular. Embora

²⁵³SEITENFUS, Ricardo A. Silva. O Brasil e o III Reich, 1933-1939. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 25, n. 1, p. 273-290, 1988, p. 281

²⁵⁴CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antisemitismo no Brasil. **Cadernos de História**, v. 13, n. 18, 2012, p. 80-81

²⁵⁵ KNEPPER, Paul. **The invention of international crime**. Palgrave Macmillan, 2009, p.209

²⁵⁶ HÄRTER, 2019, p.8

²⁵⁷MARCKS, 2019, p.100

²⁵⁸SCHETTINI, Cristiana. Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920). **Tempo**, v. 18, 2012, p. 55

os anarquistas atuassem de forma transnacional, divulgando literatura revolucionária e atuando por meio da “propaganda pelo ato”²⁵⁹, a ameaça política sentida por governos ocidentais evoluiu a partir de 1919, com a formação da Terceira Internacional. Esta organização soviética se estruturou com o propósito de reunir Partidos Comunistas de diferentes nações sob a orientação russa e estimular a ação revolucionária internacional. A ação comunista transfronteiriça consolidou-se então como principal ameaça para a estabilidade política ocidental. A atuação de agentes ligados ao Comintern, formados na União Soviética com uma base comum de conhecimentos, propósito e formas de atuação, e financiados por uma potência global, marcava uma mudança significativamente distinta da atuação anarquista. O desenvolvimento de uma organização revolucionária internacional demonstrou para forças de polícia e agentes dos governos que era necessária maior estruturação na produção e circulação de inteligência para um combate mais efetivo a atores que atuavam de forma global. Ao se afastar do nacionalismo prevalecente do entreguerras, rejeitando a ideia de nação e se definindo como organização internacionalista, a Terceira Internacional pode ser caracterizada como uma instituição de ação revolucionária que atuava de forma transnacional.²⁶⁰ Por meio de seus agentes, o Comintern situou-se em um campo além do nacional e do internacional.²⁶¹

A necessidade de maior articulação entre forças policiais se estruturou com a noção de internacionalismo fascista, que motivou a formação de redes internacionais por agentes com ideais autoritários e hiper nacionalistas. O interesse brasileiro nestas redes de cooperação, a partir do início do governo Vargas, pode ser visto principalmente pelo interesse de membros da polícia do Desps e do MRE em contatos internacionais para o compartilhamento de saberes e intercâmbio de informações relativos ao comunismo. A participação brasileira nestas redes de contato e vigilância demonstra a inserção de órgãos de policiamento e de diplomacia nacionais em interesses anticomunistas sustentados por outras nações ocidentais neste momento.²⁶² Partindo do argumento de Lewis, é possível relacionar interesses de policiais e diplomatas com o crescimento de um sistema internacional voltado para a perseguição de uma forma específica de atuação política, transnacional.²⁶³ Após a Intentona, os esforços para uma mobilização internacional anticomunista se tornam mais sistemáticos no Brasil de Vargas e ajudam a delimitar um objetivo político mais claro. A representação do comunismo como

²⁵⁹ JENSEN, 2014, p.66

²⁶⁰ STUDER, 2015, p. 22

²⁶¹ Ibid., p. 5

²⁶² CANCELLI, 1999, p. 309

²⁶³ LEWIS, Mark. **The birth of the new justice: the internationalization of crime and punishment, 1919-1950.** Oxford, 2014, p.20

ameaça estrangeira torna-se mais forte e orienta as respostas institucionais à tentativa revolucionária.²⁶⁴ A expulsão de grande quantidade de ativistas estrangeiros a partir de 1936 é apontada como razão para a diminuição do ativismo transnacional.²⁶⁵ A formação de uma nova ordem jurídica voltada para a proteção do país de uma conspiração entendida como internacional e para a eliminação de indivíduos que representassem uma ameaça para a sua estabilidade política, econômica e social ilustra a reorganização das instituições brasileiras para seguir melhor este propósito.²⁶⁶ Os processos de expulsão, levados a cabo pelo interesse dos dois países envolvidos, justificam como as respostas institucionais mobilizadas entre fronteiras, nos casos exemplificados adiante, ocorreram por meio do interesse de países autoritários para diálogos internacionais voltados para a eliminação de seus dissidentes. Neste momento, pode-se interpretar que os processos de expulsão ocorreram por interesse dos governos brasileiro e alemão, não se situando apenas como uma medida administrativa tomada pelo regime varguista.

3.2 - Arthur Ewert

No dia 26 de janeiro de 1936, o jornal “O diário carioca” publicou em sua edição de domingo um artigo intitulado “Quem é Harry Berger...”²⁶⁷ onde, com correspondência de Berlim do dia anterior, noticia que o agitador preso na capital brasileira teve sua real identidade revelada. Tratava-se de um ex-deputado comunista alemão, de nome Arthur Ewert, que usava o alias de Berger e que veio ao Brasil acompanhado de sua esposa, também comunista, para auxiliar Prestes nas revoltas ocorridas em novembro de 1935. O processo de identificação de Ewert ocorreu através da troca de informações com a Gestapo alemã. O caso de Ewert é exemplificativo de como o processo de prisão e identificação dos revolucionários alemães, presentes no território nacional serviu para estreitar os laços entre as polícias e embaixadas, neste caso entre Brasil e Alemanha, e mostra o interesse dos governos autoritários de cooperação para conter os dissidentes comunistas.

A análise da trajetória de Ewert revela um indivíduo transnacional, que atuava pelo mundo e entre fronteiras. Membro do partido comunista alemão KPD, passou pelo Canadá,

²⁶⁴ MOTTA, 2002, p. 81

²⁶⁵ ROMANI, 2020, p. 29

²⁶⁶ RIBEIRO, Mariana Cardoso. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). *Prisma Jurídico*, v. 7, n. 1, 2008, p. 167; RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Sob o olhar da cruz vermelha: O Brasil e a proteção internacional dos direitos humanos (1930-1945). *História (São Paulo)*, v. 37, 2018, p.5

²⁶⁷ Diário Carioca, 26/01/1936, Edição 02308.

envolveu-se com movimentos revolucionários alemães na república de Weimar, foi preso em 1921 por sua atividade política, mas solto dois meses depois por falta de provas da acusação de instigação à luta armada. Depois disso, passou a fazer parte do Comitê Executivo da Internacional Comunista na União Soviética a partir de 1923. Em 1930, viaja até os Estados Unidos com um passaporte falso, e de lá para Buenos Aires, onde atuou no departamento latino-americano do Comintern. Em Montevideú, entra em contato com Prestes e o convida para viajar até Moscou, onde este acaba por permanecer por três anos.²⁶⁸ Após o período na América do Sul, foi para a China como representante do Comintern para atuar em conjunto com o Partido Comunista Chinês. Após dois anos, ao retornar à URSS, foi enviado aos Estados Unidos novamente por curto período, e depois viajou para o Brasil em conjunto com sua esposa Elise.²⁶⁹ Após o fracasso da insurreição brasileira, Arthur e Elise foram presos no Rio de Janeiro em dezembro de 1935. O chefe de polícia Filinto Müller enviou prontamente os papéis do suposto Harry Berger para o FBI e para um informante alemão, assim como para a Itália e Inglaterra.²⁷⁰

O caso da prisão de Ewert foi de grande interesse para a vigilância estadunidense no início de 1936 por conta de seu passaporte falso americano. As autoridades de policiamento deste país queriam saber mais sobre o envolvimento de militantes comunistas estadunidenses em atividades de falsificação e para analisar a rede de contatos entre o Partido Comunista americano com o restante do mundo.²⁷¹ Estas motivações guiaram o aprofundamento dos contatos entre o FBI e a polícia de Müller, e o envolvimento do embaixador americano no Distrito Federal, Hugh Gibson, no caso. O fato de estrangeiros com ligações a Partidos Comunistas estrangeiros e ao Comintern terem sido presos no Brasil após 1935 comprovou para organizações de policiamento que a Intentona brasileira não foi apenas uma revolução nacional, mas parte de um movimento organizado por forças externas ao país.²⁷² Delimita-se, então, o interesse de agentes de vigilância, comprometidos com o controle do comunismo em diferentes países, no compartilhamento de informações relativas aos desenvolvimentos ocorridos no Brasil.

Ao analisar a documentação pertencente aos National Archives em Washington, Elizabeth Cancelli nota o interesse do FBI nas conotações internacionais do movimento liderado por Prestes e na possibilidade do envolvimento de americanos na rede transnacional

²⁶⁸DULLES, John WF. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977, p. 11

²⁶⁹ DRACHKOVITCH, 1973. p.94-95.

²⁷⁰ CANCELLI, 1999, p.18

²⁷¹ CANCELLI, Elizabeth. **A intentona em Nova York**. Edições Humanidades, 1997, p.56

²⁷² Ibid., p.64

mobilizada pelo Comintern.²⁷³ Com estas motivações e, principalmente, pelo uso de passaporte falso americano, autoridades de Nova York solicitaram à polícia brasileira que, uma vez deportado, Ewert fosse enviado para os EUA para responder pelo crime de falsificação de passaporte.²⁷⁴

Embora seja possível apontar o diálogo entre instituições norte-americanas e brasileiras em torno do caso da prisão de Ewert, é importante notar que as relações internacionais entre a polícia de Müller desenvolveram-se com mais intensidade outra organização policial: a *Geheimes Staatspolizeiamt* (Gestapo). Em contato próximo com o embaixador Moniz de Aragão, é possível ver, em correspondência enviada em 04 de fevereiro de 1936 para o Itamaraty, o comprometimento alemão com o envio de “todos os elementos de informação no que se refere ao trabalho comunista no Brasil e na America do Sul”.²⁷⁵ Nesta mesma correspondência, é esclarecido que

A policia alemã considera Arthur Ewert que ahi foi preso com o nome de Harry Berger e a sua mulher Elisa Berger realmente Saborowski um casal extremamente perigoso e deve ser julgado como o principal chefe do movimento comunista na America do Sul, gozando em Moscou de maior prestigio e autoridade do que o proprio Ministro sovietico em Montevidéo Minkin.²⁷⁶

A Gestapo esclareceu ainda que o indiciado era deputado comunista no Reichstag e relata parte de sua atuação política na Alemanha ao longo da década de 1920. Segundo a Gestapo, durante sua atividade política Ewert usou diversos nomes e diferentes passaportes falsos. O serviço secreto da polícia alemã remeteu em conjunto com estas informações a ficha policial de Ewert, suas impressões digitais e fotografias, e solicitaram uma confirmação oficial da polícia brasileira de que o indivíduo “Berger” era de fato o antigo deputado Ewert. Além disso, pedem ainda:

Se pudessemos fornecer informações detalhadas sobre a actividade ahi de Ewert ou Berger, da mulher que com elle foi presa e bem assim sobre os documentos confiscados. Tambem agradeceriam a remessa de fichas e photographias dos individuos que na mesma occasião foram presos pela policia brasileira e tambem dos communistas deportados. Pede igualmente o serviço secreto allemão com particular interesse uma recente photographia de Luiz Carlos Prestes e possivelmente sua ficha de identificação.²⁷⁷

²⁷³ Cancelli, 1997, p.67

²⁷⁴ Ibid., p.94

²⁷⁵ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/02/1936.

²⁷⁶ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/02/1936.

²⁷⁷ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/02/1936.

A solicitação do envio de material da polícia brasileira para Berlim demonstra o interesse no compartilhamento internacional de informações para um combate mais eficaz a uma ameaça sentida mutuamente por estes países. Comprovando este desejo ainda mais, a Gestapo

suggere que de futuro essa remessa de informações para uma melhor repressão do comunismo, entre as policias allemã e brasileira, seja feita de forma regular (...) para que se possa conservar um caracter absolutamente confidencial e serem mais garantidas as remessas poderão ser encaminhadas por intermedio desta Legação para as nossas communicações e pela Embaixada allemã ahi para as deste paiz.²⁷⁸

O caráter estritamente confidencial desta correspondência é sempre acentuado pelas autoridades alemãs neste tipo de compartilhamento de informações. No mês seguinte, em 19 de março, o Ministério das Relações Exteriores envia diretamente para Müller uma cópia da correspondência mencionada acima, adicionando que outro telegrama foi recebido pela Legação brasileira em Berlim, acentuando novamente

O interesse que tem a policia allemã em obter as fichas pedidas para melhor poder fiscalizar a passagem eventual, pela Allemanha, de elementos communistas sahidos do Brasil. Na França e na Espanha existem, segundo declaram as autoridades allemães, serviços organizados para fornecimentos de passaportes falsos e transformações de identidades, com o fim de facilitar a propaganda comunista e o transito pela Allemanha. As informações que fornecessemos muito ajudariam a vigilancia da policia allemã, a qual, da sua parte, se oferece para ajudar, como fôr do seu alcance a acção da nossa.²⁷⁹

O trecho acima mostra o interesse mútuo existente na troca de informações relativas ao fluxo de comunistas e a preocupação acerca de práticas de falsificação de documentos mantidas por estes agentes transnacionais, práticas que ajudaram esse fluxo. A Gestapo, interpretada por Andrew Szanajda e David A. Messenger como um instrumento do governo nazista para ampliar sua esfera de influência na Europa, por meio, por exemplo, da cooperação que estabeleceu com a polícia espanhola franquista.²⁸⁰ Deste modo, esta polícia alemã, através da sua relação com a polícia brasileira, pode ser interpretada como uma organização que possuía objetivos de ação para além da esfera europeia.

²⁷⁸ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/02/1936.

²⁷⁹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 14. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores para Filinto Müller. 19/03/1936.

²⁸⁰ SZANAJDA; MESSENGER, 2018, p.398

A vigilância da resposta do restante do mundo às prisões políticas em massa em resposta à Intentona e, especificamente para a análise deste caso, sobre a situação de Ewert, demonstra preocupações de membros do governo brasileiro e do alemão com o desenvolvimento de uma grande onda de protestos internacionais a favor dos comunistas perseguidos. O Serviço secreto alemão enviou à Moniz de Aragão a cópia de um artigo do jornal comunista clandestino, editado em Praga, *Der Gegen-Angriff* (A contra-ofensiva). O artigo, com o título de “A mão de Hitler no Brasil - Um ex-deputado alemão no Reichstag ameaçado de morte”, publicado em 29 de Fevereiro de 1936, foi traduzido para o português e enviado ao Ministério de Relações Exteriores. Com o objetivo de defender Ewert, o jornal protesta contra o número de prisões de militares e civis no Brasil:

A campanha de vingança do Governo reaccionario de Vargas prendeu até agora mais de 1700 pessoas, entre as quaes mais de 300 soldados, 654 officiaes e sub-officiaes, mais de 200 dos mais importantes cientistas, advogados e publicistas. (...)

Conhecidas as estreitas relações existentes entre os Chefes reaccionarios no poder no Brasil e em outros paizes da America do Sul e a Allemanha de Hitler, não é necessario investigar muito para descobrir quem está agindo no “caso” Ewert. O que a Gestapo não conseguiu, a prisão de Ewert, o Governo dictatorial brasileiro encarregou-se de fazer, “na execução” de sua politica sangrenta de vingança. Este auxilio a Hitler appareceu-lhe justamente opportuno, pois ligou a isso uma campanha tremenda anti-sovietica, que, por sua vez, conforme combinação, foi estampada pela imprensa de Goebbels como “sensação europeia”.²⁸¹

Como observado acima, a proximidade entre agentes alemães e brasileiros na troca de informações e perseguição de dissidentes parecia ser do conhecimento público. O interesse na expulsão de Ewert por parte de ambos os governos também é mencionado pelo periódico comunista publicado em Praga:

Segundo noticias de jornaes brasileiros, Ewert está ameaçado da pena de morte, o que é acreditável, porque a justiça marcial alli não admite provas de testemunha, é arbitraria.

Também é possível, que Ewert seja entregue á Allemanha hitleriana, por extradição, o que equivale a uma sentença de morte.²⁸²

A possibilidade de extradição mencionada não seria, no entanto, possível por duas razões relativas ao direito internacional. Em primeiro lugar, o Brasil não possuía um tratado de extradição com a Alemanha. Embora os processos de assinatura desses tratados ocorressem

²⁸¹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 16/04/1936.

²⁸² AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 16/04/1936.

sobretudo entre países com maiores relações sociais e econômicas, tendo sido guiados por agentes diplomáticos para internacionalizar práticas de controle criminal²⁸³, é possível apontar que neste momento não estavam em vigor tratados de extradição entre estes países. O segundo motivo para a impossibilidade de um processo de extradição para este caso é sua motivação política. Crimes de natureza política eram uma exceção quando estes acordos eram elaborados. Mesmo após a adoção da “cláusula belga”, ou “cláusula de atentado”, excluiu-se da noção de crime político o regicídio ou atentado contra chefes de Estado²⁸⁴, o que não abrange a atuação de Ewert no Brasil. A saída de Ewert do território nacional deveria ser feita por meio de expulsão, classificada como uma medida administrativa do próprio país, sem natureza penal, em detrimento de um acordo diplomático mencionado anteriormente.²⁸⁵ Os Estados Unidos poderiam pedir a extradição de Ewert para seu território, por seus documentos falsificados, mas aparentemente não o fizeram. A prática de expulsão, apontada por Ribeiro como “solução cirúrgica” para livrar o país de indivíduos considerados indesejáveis pelo regime, constituía um meio de defesa da soberania nacional.²⁸⁶ Deste modo, pode-se interpretar que o grande número de expulsões ocorridas no Brasil após os eventos de novembro de 1935 foram a forma de o regime se livrar dos estrangeiros que colocavam a estabilidade política em risco. Nos casos de indivíduos provenientes da Alemanha, estas ações contribuíram simultaneamente para os interesses do Terceiro Reich, que buscava ansiosamente a prisão de indivíduos que eram perseguidos em seu território e fugiram para além das fronteiras nacionais. Esta motivação por parte do governo nazista demonstra como a expulsão de estrangeiros foi usada no interesse político de duas nações em contatos internacionais e não apenas como medida unilateral.

Embora existisse interesse das duas nações na deportação de revolucionários do território brasileiro, o aumento da circulação de informação colocou também riscos na segurança desses contatos. A polícia alemã assinalou ao embaixador Moniz de Aragão, em correspondência confidencial, a necessidade de seus diálogos com o Desps se estabelecerem de forma estritamente secreta, após informações oferecidas serem publicadas em jornais brasileiros:

O referido serviço (...) mais uma vez pediu que fizesse notar sobre a inconveniência de serem ali divulgadas a origem das comunicações feitas em carácter absolutamente confidencial, pois isso poderá prejudicar a acção dos informantes e

²⁸³ GONÇALVES, 2024, p.3

²⁸⁴ Ibid., p.18

²⁸⁵ RIBEIRO, 2008, p.180

²⁸⁶ Ibid., p.5; SCHETTINI, 2012, p.59

expol-os a vingança por parte dos agentes da III Internacional. As fichas de identificação de Harry Berger, que obtive do serviço secreto allemão, e que remetti anexos ao meu officio confidencial nº 51 de 4 de Fevereiro ultimo, foram publicados pela maioria dos jornaes do Rio de Janeiro, e de diversos Estados, com a menção de terem sido fornecidas pela policia allemã.²⁸⁷

A percepção dos agentes alemães sobre a divulgação de informações confidenciais é mencionada depois pelo embaixador:

Tratando-se de uma communicação que me foi feita, como disse, confidencialmente, esse facto causou aqui desagradavel impressão e confesso que fiquei surprehendido ao me mostrarem exemplares de “A Noite” e do “Globo” com a reproducção das referidas fichas sem que nem ao menos tivessem apagado as notas indicativas de serem provenientes da policia de Berlim. Respeitosamente devo insistir, a pedido das autoridades da “Gestapo”, afim que de futuro esse facto seja evitado. Tratando-se de assumpto do nosso proprio interesse estou certo de que Vossa Excelência intervirá do melhor modo no sentido indicado.²⁸⁸

A ênfase na necessidade de sigilo no compartilhamento de informações pode ser relacionada com ansiedades sobre as respostas internacionais à prisão de estrangeiros no Brasil. O embaixador brasileiro em Londres, Raul Regis de Oliveira, relatou o recebimento de “innumeras cartas de membros do Parlamento e de outras pessoas de certa consideração, insistindo sobre os rumores (...) de maus tratamentos dados pela nossa policia a um tal Athur Ewert, antigo membro do Reich, e sua mulher.”²⁸⁹ Os protestos foram motivados pela ação de Minna Ewert, irmã do detido e residente em Londres. Minna, em conjunto com a viscondessa Christine Hastings e Leocádia e Lygia Prestes, mãe e irmã de Prestes, tentaram mobilizar um movimento para a conscientização internacional acerca do tratamento dos presos da Intentona Comunista pela polícia de Müller. No mês seguinte a esta correspondência, o embaixador escreve novamente sobre as manifestações contrárias às políticas brasileiras:

Comunico a Vossa Excelência que continuo a receber cartas e telegrammas de diversos pontos da Inglaterra protestando contra os suppostos maós tratamentos dados pela Policia do Rio de Janeiro a Prestes e a Arthur Ewert, bem como contra as noticias a respeito da deportação deste ultimo para a Allemanha.²⁹⁰

²⁸⁷ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

²⁸⁸ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

²⁸⁹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Regis de Oliveira para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 25/05/1936.

²⁹⁰ AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Regis de Oliveira para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 08/06/1936.

A possibilidade de expulsão de Ewert para a Alemanha levou a um grande envolvimento de ativistas na Inglaterra e nos Estados Unidos que protestaram pela sua liberdade. O embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, recebeu uma correspondência de um funcionário do consulado brasileiro em Nova York, relatando os movimentos observados em torno do caso de Ewert, notando que se havia formado um “mot d’ordre” internacional. O correspondente, de assinatura inteligível, relatou que após a insurreição de novembro, o interesse norte-americano por desenvolvimentos brasileiros foi quase nulo, mas

depois da prisão de Prestes e da descoberta da identidade de Arthur Ewert é que começou a agitação. Ela foi iniciada pelo National Committee for the Defense of Political Prisoners, aparecendo depois outras associações, como a League for Industrial Democracy, The American League against War and Fascism, The National Negro Congress e, ultimamente, o Joint Committee for the Defense of the Brazilian People.²⁹¹

O ativo interesse de associações antifascistas norte-americanas mencionadas acima sinaliza o envolvimento de ativistas transnacionais em resposta ao tratamento de indivíduos por agentes de policiamento varguistas. Foram relatados na correspondência protestos em frente ao Consulado ocorridos em 13 de março, 14 de março, 14 de maio e 6 de junho. Neste último protesto, detalhou-se que “o fim principal da agitação era “exigir” do Governo Brasileiro que o comunista Ewert não fosse deportado para a Alemanha, em vista do “sinistro pacto” entre os governos Hitler e Vargas para eliminar aquele heroe.”²⁹² Segundo informe de um oficial da polícia de Nova York aos agentes diplomáticos brasileiros, “os comunistas procurarão fazer uma demonstração maior do que as precedentes no dia em que se tornar efectiva a deportação de Arthur Ewert.”²⁹³ Embora afirme que a opinião americana não se importa com a situação dos comunistas no Brasil, e que poucas centenas de pessoas protestando são membros de associações comunistas agindo por ordem de órgãos do partido comunista norte americano e provavelmente também do Comintern, ainda assim relata a Aranha as movimentações observadas.

Talvez a repercussão internacional tenha ajudado a permanência de Ewert no Brasil. As manifestações e a participação de associações internacionais contra a expulsão de Ewert podem ter mostrado a ambos os regimes o risco de maiores repercussões se avançassem com a expulsão e no regresso de Ewert à Alemanha. Levando em consideração que a atuação da

²⁹¹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Regis de Oliveira para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 08/06/1936.

²⁹² Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA 30.10.02/1

²⁹³ Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA 30.10.02/1

polícia secreta alemã além de suas fronteiras era motivada, em grande parte, pela busca de influência e simpatias de outros governos, o envolvimento em um caso com ampla condenação internacional, que chegou a envolver membros do parlamento inglês se mostrava arriscado para a manutenção da política externa alemã de alcance de influência internacional. Assim, em 15 de Setembro de 1936 o secretário das Relações Exteriores do Brasil, Mario de Pimentel Brandão, enviou a Moniz de Aragão uma correspondência em que detalha que Olga Benário e Elise Saborowski Ewert haviam sido expulsas do Brasil com destino à Alemanha, enquanto Arthur Ewert “continuará detido no Rio de Janeiro, onde aguarda sentença.”²⁹⁴ Nesta mesma correspondência, o diplomata relata o envio para a Alemanha de cópias do arquivo apreendido de Ewert, traduzidos para o alemão, incluindo uma lista de endereços clandestinos. Brandão também detalha que será remetido à Moniz de Aragão

o estudo elaborado pelo Itamaraty: “O Comunismo na America Latina”, especie de “Livro Branco” do movimento de 27 de Novembro, baseado na vasta documentação apreendida pela nossa policia nos arquivos dos chefes extremistas que actuavam no Brasil. Aquelle trabalho constituirá uma util collaboração do Brasil á Conferencia da Paz de Buenos-Aires, onde provavelmente será estudada a questão do combate ao extremismo e concertada uma acção continental de repressão ao comunismo.²⁹⁵

Mesmo sem a efetivação da expulsão de Ewert, sua prisão e a apreensão de documentos que possuía permitiram o estreitamento das relações entre as forças de vigilância de Brasil e Alemanha. Ao sinalizar a possibilidade de uma ação centralizada no combate ao comunismo a nível continental sul-americano, é possível observar através do caso de Ewert a evolução de estratégias de policiamento político internacional nos anos 1930. O envio destes planos para o combate ao comunismo ao embaixador brasileiro em Berlim demonstra o comprometimento de remessa de notícias voltadas para a luta anticomunista entre agentes diplomáticos e policiais brasileiros e do Terceiro Reich. Este comprometimento pode ser analisado novamente por meio de correspondência de Moniz de Aragão para Brandão, onde detalha supostas atividades que “o comunismo internacional vem desenvolvendo no sentido de conseguir a libertação de Elise Ewert (...) bem como dos agitadores Harry Berguer, aliás Arthur Ewert e Luis Carlos Prestes, ambos presos e condenados no Rio de Janeiro.”²⁹⁶ O embaixador aponta que

²⁹⁴ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador do Brasil em Berlim. 15/09/1936.

²⁹⁵ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador do Brasil em Berlim. 15/09/1936.

²⁹⁶ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores. 04/08/1937.

O processo adoptado para esse fim é o de procurar impressionar a opinião publica mundial, apontando esses individuos como victimas dos desmandos de justiças anti-democraticas, divulgando, simultaneamente, pela imprensa informações totalmente inveridicas sobre o tratamento que lhes tem sido dado na prisão.²⁹⁷

As autoridades brasileiras negaram constantemente o tratamento violento que estes indivíduos estariam a sofrer na prisão. Arthur Ewert, preso no Rio de Janeiro durante mais de dez anos até 1947, sofreu torturas tão violentas que, após conseguir liberdade, já com o processo de democratização do Brasil em andamento, para retornar à Alemanha Oriental, passou o resto de sua vida em hospitais psiquiátricos. Ewert foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, órgão formado após 1935 para julgar crimes políticos.²⁹⁸ Sua irmã, Minna Ewert, ao fazer parte de movimento para sua liberdade e de sua cunhada, foi considerada ferramenta do Comintern e teve suas correspondências vigiadas pelo governo alemão, replicadas e remetidas para embaixadas brasileiras.²⁹⁹ Os movimentos nacionais e internacionais contra os maus-tratos sofridos por Ewert na prisão podem ser apontados como o motivo para que não tenha sido expulso do Brasil em 1936. Diversas petições e abaixo-assinados manifestaram a preocupação com o seu futuro caso sua expulsão para a Alemanha, que era apoiada por agentes varguistas e hitleristas, ocorresse de fato. No entanto, mesmo que não tenha sido deportado, Ewert continuou sofrendo violências nas mãos da polícia brasileira, como apontado pelo advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto, defensor de Ewert e Prestes. As denúncias feitas por Sobral Pinto ao TSN acerca das condições em que os revolucionários foram mantidos demonstram parte da política anticomunista do regime varguista.³⁰⁰

A análise do caso de Arthur Ewert mostrou parte da política de compartilhamento de informações sustentada entre a diplomacia brasileira, a delegacia especial de segurança nacional chefiada por Filinto Müller e a Gestapo, polícia secreta hitlerista. Os contatos entre estas instituições podem também ser observados nos processos de identificação, questionamento e expulsão de Elise Saborowski Ewert e Olga Benário para a Alemanha nazista.

²⁹⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores. 04/08/1937.

²⁹⁸PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. **Araucaria. revista iberoamericana de filosofia, política y humanidades**, v. 13, n. 26, 2011, p.152

²⁹⁹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores. 04/08/1937.

³⁰⁰PAIXÃO, 2011, p.152

3.3 - Elise Saborowski Ewert

Elise Saborowski, de apelido “Sabo”, era uma mulher de nacionalidade alemã com ascendência judaico-polonesa. Elise fazia parte do Partido Comunista alemão desde 1920 e acompanhou seu marido, Arthur Ewert, nas viagens que este fez pelo mundo logo após se tornar membro do Comintern. Embora comunista, Elise não fazia parte da Internacional, e não há evidências de seu envolvimento prático na elaboração da Intentona em 1935. Porém, ao acompanhar Ewert e outros agentes revolucionários, também foi interrogada, presa e sofreu diversas torturas pela polícia brasileira. Elise, assim como seus colegas estrangeiros, estava no Brasil com documentos falsificados, sem seu nome real. Quando foi presa, as autoridades do Distrito Federal a conheciam somente pelo seu alias, Machla Lensky, que constava em seu passaporte falso. O documento enviado para Filinto Müller com as fichas referentes à real identidade de Ewert, também identifica o verdadeiro sobrenome da mulher que o acompanhava e que se veio a revelar ser a sua esposa:

As autoridades policiaes allemães consideram extremamente perigosos tanto Ewert, como sua esposa, que, provavelmente, é a mulher presa nesta Capital na mesma ocasião em que elle, com o nome de Elisa Berger, mas cujo verdadeiro sobrenome é, nesse caso, Saborowski.³⁰¹

O processo de sua interrogação foi retratado pela mídia do período, que descreve em maio de 1936 o inquérito realizado pela polícia para a sua expulsão. De acordo com o jornal Correio da Manhã, Elise seria

um typo interessante de mulher. De natureza sobria, raro é, pelo menos desde que foi presa, um sorriso em seus labios. Não é expansiva. Manifesta a maior prudencia ao falar perante a policia. Pensa sempre antes de dar uma resposta.

Casada com Harry Berger, delegado geral dos soviets na America do Sul, ella auxiliava effectivamente o esposo em todas as suas actividades nos países sul-americanos.³⁰²

É possível observar que na matéria acima a descrição feita da prisioneira, com foco em peculiaridades que salientam especialmente seu gênero. A diferença na descrição e tratamento dos indivíduos perseguidos com base em seu gênero demonstra um grau a mais na violência

³⁰¹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 14. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores para Filinto Müller. 19/03/1936.

³⁰² Correio da Manhã, 22/05/1936, Edição 12736

sofrida pelos envolvidos. O projeto de disciplinarização da sociedade proposto pelo governo varguista incluía a divisão clara dos papéis sociais entre homens e mulheres: o envolvimento com assuntos políticos seria de responsabilidade masculina, enquanto o papel feminino deveria ser confinado aos cuidados do lar e da família.³⁰³ Deste modo, explica-se o tratamento de mulheres estrangeiras comunistas no Brasil: Elise Ewert e Olga Benario foram expulsas, quando o seu conterrâneo Arthur Ewert permaneceu no Distrito Federal. O processo de expulsão destas mulheres para a Alemanha nazista pode ser visto como motivado por retaliação ao desafio que Elise e Olga propuseram aos estereótipos femininos da época.

Sabendo, provavelmente pela imprensa local, do processo de expulsão dos estrangeiros envolvidos no levante de 1935, Minna Ewert foi até a Embaixada brasileira em Londres e solicitou informações sobre o destino de sua cunhada: “Manifestou o desejo de saber para onde sua Elisa Ewert vae ser deportada, pois diz haver obtido licença do Governo francez para seu desembarque na França.”³⁰⁴ Podemos observar diversas tentativas dos familiares dos envolvidos em contactar as autoridades brasileiras, de forma a manter os indivíduos presos longe da deportação para o Terceiro Reich. Entretanto, diferente dos diversos protestos que mantiveram Arthur Ewert no território brasileiro, a expulsão de Elise e Olga foi decretada e comunicada por correspondência pela Embaixada brasileira em Berlim no dia 03 de setembro de 1936 às autoridades alemãs.³⁰⁵ O embaixador em Berlim, Moniz de Aragão, recebeu, logo após a confirmação da expulsão, um telegrama de Paris, enviado pelo comitê do *Mouvement Mondial des Femmes*, pedindo-lhe o envio de Elise e Olga de imediato para a França.

Ao encaminhar este pedido ao Ministro de Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Aragão enviou a transcrição do telegrama recebido e afirmou: “Está claro que por minha parte não darei a menor resposta, julgando que o assumpto não merece consideração, tratando-se de um acto que só o nosso Governo tem autoridade para agir.”³⁰⁶ A expulsão de ambas as mulheres para a Alemanha foi confirmada para Moniz de Aragão em correspondência do dia 15 de setembro³⁰⁷, e realizada no dia 23 do mesmo mês:

³⁰³TANNO, Janete Leiko. Cartas de presos políticos e de seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas. 1930-1945. **Patrimônio e Memória**, v. 1, n. 1, 2007, p.53

³⁰⁴AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Embaixador Regis de Oliveira em Londres para MRE. 19/03/1936.

³⁰⁵AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 03/09/1936.

³⁰⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 22/10/1936.

³⁰⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador do Brasil em Berlim. 15/09/1936.

A Embaixada do Brasil em Berlim, (...) tem a honra que informar que, segundo comunicação recebida do seu Governo, as duas communistas Olga Benario e Elisa Ewert foram, effectivamente, embarcadas no vapor “La Coruña” (...) que partiu do Rio de Janeiro do mez passado, estando acompanhadas por dois investigadores da policia daquela capital.³⁰⁸

R. S. Rose afirma que o processo de expulsão de Elise e Olga Benário ocorreu de forma alheia à estipulação da lei, que determinava que teriam que ser levadas para o último país visitado antes de viajarem para o Brasil.³⁰⁹ De fato, a expulsão para a Alemanha, e não para os Estados Unidos da América, pode ser usada para defender o interesse que ambas as nações envolvidas na deportação de duas mulheres comunistas e judias para o regime nazista tinham no caso, mostrando, uma vez mais, como a expulsão não era necessariamente um ato unilateral.

Após sua deportação, Elise foi enviada para o campo de concentração de Lichtenburg, um dos primeiros campos nazistas, e, em 1939, foi transferida para o campo de concentração feminino de Ravensbrück. É curioso notar que, mesmo após seu processo de expulsão, autoridades brasileiras continuaram com o processo de sua vigilância: ao longo de 1937, cópias de suas correspondências recebidas e enviadas entre Elise e Minna Ewert são remetidas às autoridades brasileiras. Em abril, Moniz de Aragão envia correspondências de Minna, contendo

comentários tendenciosos sobre os processos a que foram submettidos os responsaveis pelo movimento comunista de Novembro de 1935, no nosso paiz.

Na carta de 14 de Abril a signataria faz allusões ao seu projecto de viagem ao Brasil (...).

Minna Ewert faz tambem varios comentários sobre a campanha que a conhecida propagandista ingleza Lady Hastings vem desenvolvendo, em colaboração com Lady Astor, na imprensa ingleza, para promover naquele paiz e nos Estados Unidos um ambiente de animosidade contra o Brasil, cujas autoridades judiciais são accusadas de terem cerceado a liberdade de defesa dos communistas detidos, além de lhes infringirem meus tratos nas prisões em que se encontram.³¹⁰

A troca de correspondência entre polícias e diplomacia demonstra que as autoridades brasileiras não almejavam apenas a vigilância de revolucionários transnacionais, mas procuravam também obter informações sobre qualquer pessoa em ligação e contato com eles. O interesse da vinda de Minna ao Brasil e as denúncias feitas por ela no estrangeiro sobre o tratamento de presos e ao processo judicial brasileiro são apontados negativamente pelas

³⁰⁸AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 06/10/1936.

³⁰⁹ROSE, 2017, p. 126

³¹⁰AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 27/05/1937.

autoridades brasileiras e demonstram uma motivação para o sufocamento destes protestos. Por mais que as denúncias correspondessem ao contexto judicial e prisional varguista, as autoridades no período tentaram ao máximo desmerecer seus fundamentos de modo a permanecer com boa reputação internacional.

O contato da Embaixada brasileira em Berlim com a Gestapo foi novamente salientado na correspondência:

Essas cartas, como informei Vossa Excellencia, me foram enviadas em copia photographica pela Policia Secreta Allemã, que manifesta o desejo de saber se o communista Arthur Ewert, ou Harry Berger, está sujeito a outras penas além das que foram noticias pela imprensa.³¹¹

A preocupação com a visita de Minna ao Brasil foi novamente descrita pelo embaixador Moniz de Aragão para o Itamaraty, e demonstra a interpretação dos oficiais acerca de seu trabalho de conscientização internacional sobre o tratamento de seus familiares:

a viagem ao Brasil projectada por Minna Ewert poderá vir a se realizar e que, em tal caso, ella certamente procurará ligar-se aos elementos que ahi se encontram e com elles estabelecerá uma articulação sob todos os pontos de vista perigosa, pois como informei em tempo é uma agitadora intelligente, de prestigio junto a III Internacional de Moscou, dispondo de elementos de valia para uma intensa propaganda communista.³¹²

A tentativa de conscientização internacional sobre os maus tratos sofridos por Ewert e outros presos políticos no Brasil, feita por Minna, foi vista de forma negativa pelos funcionários do governo brasileiro.

No mês seguinte, Moniz de Aragão enviou para o Itamaraty duas outras cartas de Elise e Minna que discutem a viagem desta para o Rio de Janeiro. De acordo com Moniz de Aragão,

A carta de Minna Ewert contem varias informações interessantes sobre as diligências que ella vem effectuando em Londres, sob a protecção de Lady Astor, para conseguir a liberdade de sua cunhada Elise, bem como a noticia das actividades desenvolvidas pelos advogados communistas norte-americanos para se avistarem com Harry Berger, aliás Arthur Ewert, e Luis Carlos Prestes, no Rio de Janeiro.³¹³

³¹¹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 27/05/1937.

³¹²AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 27/05/1937.

³¹³AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 12/06/1937.

A vigilância sobre as ações de Minna Ewert demonstra como, mesmo após a prisão e expulsão de dissidentes, estes indivíduos continuavam a constituir uma ameaça para a estabilidade dos regimes autoritários a nível internacional.

Em outra correspondência enviada por Moniz de Aragão de Berlim em 04 de agosto, o embaixador chama atenção para tentativas de libertação dos revolucionários presos no Brasil:

a actividade que o comunismo internacional vem desenvolvendo no sentido de conseguir a libertação de Elise Ewert, actualmente detida aqui, bem como dos agitadores Harry Berger, aliás Arthur Ewert e Luis Carlos Prestes, ambos presos e condemnados no Rio de Janeiro.³¹⁴

Aragão também salienta como as denúncias contra torturas e violações dos direitos humanos por parte de agentes do governo varguista eram danosas para o regime, de forma que traziam a atenção internacional para as políticas autoritárias que estavam sendo postas em prática no território brasileiro:

O processo adoptado para esse fim é o de procurar impressionar a opinião publica mundial, apontando esses individuos como victimas dos desmandos de justiça anti-democraticas, divulgando, simultaneamente, pela imprensa informações totalmente inveridicas sobre o tratamento que lhes tem sido dado na prisão.³¹⁵

A divulgação dos maus tratos sofridos por prisioneiros políticos por parte da imprensa, interpretada por Moniz de Aragão como mentiras difundidas com o propósito de prejudicar o regime varguista, não pode ser vista como devidamente falsa. Defendendo que as queixas sobre o tratamento dos presos políticos nas prisões brasileiras não tinham fundamento, o embaixador se coloca em defesa da polícia comandada por Müller e, de modo mais abrangente, de todos os mecanismos de manutenção do poder exercidos pelo governo Vargas. É importante assinalar que antes da institucionalização do Estado Novo que tornou o regime varguista uma ditadura, o governo não poderia ser caracterizado como democrático.³¹⁶ Os anos entre 1930 e Novembro de 1937 foram também marcados pela censura política, perseguição de opositores e violações dos direitos humanos - principalmente à população carcerária.³¹⁷ Os anos pré-ditatoriais do governo Vargas, deste modo, também constaram com

³¹⁴AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 04/08/1937.

³¹⁵AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 04/08/1937.

³¹⁶ PAIXÃO, 2011, p. 151

³¹⁷ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Perseguição política no governo constitucional de Getúlio Vargas: o caso de Augusto Pinto.** In: MOURELLE, Thiago; FRAGA, André. Olhares Sobre o Governo Vargas. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.83

uma política de perseguição a dissidentes políticos e estrangeiros. O exemplo dos casos de Elise e Arthur Ewert, permitem observar os ideais autoritários expressos pelo varguismo em ação, anteriormente ao estabelecimento do Estado Novo.

Mesmo após as tentativas de sua cunhada, Elise Saborowski Ewert não conseguiu a liberdade depois de presa no Rio de Janeiro e foi expulsa para a Alemanha. Encaminhada para dois campos de concentração nos últimos anos de sua vida, faleceu no campo de concentração nazista de Ravensbrück depois de desenvolver grave tuberculose.

3.4 - Olga Benário

No dia 24 de abril de 1936, foi enviado um ofício da Embaixada brasileira em Berlim para o Ministro de Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, no Rio de Janeiro. Este documento remeteu para o Brasil diversas informações de caráter “estritamente confidencial pelo serviço secreto allemão.”³¹⁸ Dentre elas, os serviços diplomáticos brasileiros em Berlim incluíram a real identidade da mulher que havia sido presa em conjunto com Luiz Carlos Prestes, em 5 de março de 1936:

Desde que tive noticia pelos jornais da prisão de Luiz Carlos Prestes e de uma mulher que, segundo creio, até agora a nossa policia não conseguiu identificar completamente, tratei de me comunicar com a “Gestapo” fornecendo-lhe algumas fotografias estampadas em jornaes nossos, da referida mulher que ahi se faz chamar Maria Meirelles, Maria Bergner Villar e Maria Prestes. Depois de apuradas sindicancias o serviço secreto allemão informou-me ter podido identificar Maria prestes que ahi se intitula esposa de Luiz Carlos Prestes.³¹⁹

O contato próximo entre o embaixador Moniz de Aragão e a Gestapo, neste momento voltados para a identificação de uma agente comunista presa no Brasil, aponta para a existência de uma relação mais densa e interesses em comum entre autoridades diplomáticas e policiais dos dois regimes. O trabalho feito pela polícia alemã ao identificar suas fichas ajuda também a compreender seus interesses na vigilância. O regime nazista tinha como objetivo a identificação de alemães comunistas e almejava a prisão destes em seu próprio território. Vistos como dissidentes do regime do Terceiro Reich, a perseguição à agentes revolucionários se estabeleceu de modo internacional:

³¹⁸AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

³¹⁹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

Para que Vossa Excellencia possa avaliar do trabalho feito é bastante indicar que a “Gestapo” consultou 25.000 fotografias e 60.000 fichas até conseguir estabelecer precisamente a identidade daquela mulher.³²⁰

O trabalho de pesquisa nas fichas da Gestapo, necessário para que a sua identidade fosse enviada para o Brasil, demonstra a motivação existente para a perseguição internacional aos dissidentes políticos nacionais por parte da Alemanha nazista. McDonough aponta que, embora seja percebida como uma força policial onipresente pela propaganda nazista, o serviço secreto alemão era um órgão muito pequeno, com cerca de mil funcionários em 1933 e seis mil em 1937.³²¹ A missão principal desta organização de policiamento, de acordo com a lei de sua criação em abril de 1933, seria a investigação de todas as atividades políticas consideradas perigosas para o Estado nazista.³²² O discurso da formação e estabelecimento da Gestapo demonstra constantemente uma ênfase na sua atuação no interior da Alemanha. Entretanto, as ligações entre este órgão e a diplomacia brasileira expressam o interesse da polícia alemã em se estabelecer internacionalmente. A necessidade para maior contato com a polícia brasileira foi reiterada pelo embaixador brasileiro, apontando uma troca equivalente entre inteligências:

Tudo ficaria mais simplificado se a nossa policia pudesse attender ao pedido reiterado que tenho feito de serem remetidas fichas e fotografias dos agentes communistas ahi presos e bem assim dos que tem sido expulsos para que, talvez, possam melhor ser aqui identificados. Além do mais como retribuição aos serviços que me tem prestado a “Gestapo” e pelo meu intermédio, seria justo, a meu ver, que conforme desejo que me tem manifestado communicassemos as copias de documentos apreendidos ahi em poder dos extremistas e que eventualmente se refiram directa ou indirectamente a acção do comunismo na Alemanha.³²³

Depois de exposto o interesse na troca de informações, Moniz de Aragão apresenta, enfim, a real identidade da mulher conhecida até então no Brasil como Maria Prestes:

(...) pode ser identificada como sendo Olga Benario, agente comunista da III Internacional deveras eficiente, de grande intelligencia e coragem.

Olga Benario é de raça israleita tendo nascido em 12 de Fevereiro de 1908, em Munich, na Baviera. Desde o anno de 1925 que Olga Benario é conhecida da policia allemã como agente comunista extremamente activa e eficiente.³²⁴

³²⁰ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

³²¹ MCDONOUGH, Frank. **Gestapo: Mito e realidade na polícia secreta de Hitler**. São Paulo: Leya, 2015, p.53

³²² Ibid., p.34

³²³ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

³²⁴ AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

Com as informações do serviço secreto alemão foi possível às autoridades brasileiras saber mais sobre a vida de Olga Benário e sua atuação política. Olga nasceu em uma família judia alemã abastada, em 1908. Ainda antes da ascensão de Adolf Hitler, entre 1926 e 1928 Benário atuava no movimento comunista em Berlim até ser presa pela polícia alemã e condenada à pena de três meses de prisão, ao participar da fuga de Otto Braun, seu namorado e dirigente do Partido Comunista da Alemanha, da prisão.³²⁵ Após cumprir a pena, Benário deslocou-se para a União Soviética, tomando parte no 5º Congresso Internacional da Juventude Comunista, ocorrido em 1928. Esta seção da Internacional Comunista atuava mais intensamente em países europeus, por onde Olga passou a atuar entre fronteiras, chegando a ser detida por breves períodos de tempo na Inglaterra e na França. Depois de formação militar e teórica comunista, residiu na capital soviética, onde foi convocada, em 1934, a acompanhar Prestes e realizar sua segurança durante a elaboração do movimento revolucionário brasileiro. A correspondência enviada por Moniz de Aragão, que detalha a identidade de Olga, aponta os cinco diferentes nomes e datas de nascimento que ela utilizou em documentos falsos para se deslocar entre países:

Eva Krüger, solteira, nascida em Berlim em 12 de Março de 1908;
Olga Berger, solteira, nascida em Erfurt em 2 de Abril de 1904;
Frieda Wolf Behrend, casada, nascida em Erfurt em 27 de Julho de 1903;
Maria Villar e Maria Prestes, nascida em 1908.³²⁶

A Gestapo enviou cópias de suas fichas de identificação, fotografias e as impressões, que permitiram sua identificação no Distrito Federal e o conhecimento da polícia brasileira de suas atividades políticas anteriores a 1935. Ao trazer atenção para o fato de Olga Benário, assim como Elise, serem de famílias judias, o embaixador brasileiro assinala sua preocupação com a entrada de judeus no território nacional:

A quantidade sempre crescente de judeus que fugindo às perseguições do regime nazista buscam o nosso paiz podendo entre elles existir individuos nocivos e elementos extremistas é um ponto para o qual ousou chamar attenção desse Ministerio.³²⁷

³²⁵PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo**. Boitempo Editorial, 2017, p. 17

³²⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

³²⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

A fala acima demonstra, além das equivalências ideológicas deste agente do governo com o discurso antissemita disseminado pela propaganda alemã, uma visão comum no entreguerras que assimilava o judaísmo com a ação comunista internacional.³²⁸

Dois meses depois do recebimento deste documento, o delegado do DESPS, Affonso Henrique de Miranda Corrêa, enviou para o Ministro das Relações Exteriores, por ordem de Müller, informações sobre o processo de Olga Benário. Na correspondência, Miranda Corrêa detalha que os documentos de Olga foram “processados no Instituto de Identificação do Distrito Federal, e outros obtidos das Polícias de Berlim e Paris.”³²⁹ Por consequência de sua expulsão do território nacional, Corrêa solicita o envio dos documentos do Desps, por meio do MRE, às representações diplomáticas brasileiras, com o propósito “de que tenham conhecimento as Nações Amigas da actuação dessa estrangeira no nosso paiz.”³³⁰ A expulsão de Olga, realizada em conjunto com Elise Saborowski, foi comentada pelo romancista Graciliano Ramos em sua obra *Memórias do Cárcere*:

Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo: àquela hora tentavam arrancá-las da sala 4. As mulheres resistiam, e perto os homens se desmandavam em terrível barulho. Tinham recebido aviso, e daí o furioso protesto, embora a polícia jurasse que haveria apenas mudança de prisão.³³¹

Este relato demonstra a conscientização plena dos encarcerados sobre a expulsão das duas estrangeiras do Brasil e o envolvimento da Gestapo neste processo. Enquanto estava presa no Distrito Federal e, após sua expulsão, em Berlim, grávida de sua filha, Anita Leocadia Prestes, Olga tentou alegar diversas vezes seu casamento com Prestes para justificar que seria uma cidadã brasileira e por isso não podia ser expulsa. Olga tentou mobilizar seus supostos direitos como cidadã para resistir à repressão política, porém os documentos oficiais que comprovariam tal união nunca foram localizados ou foram estrategicamente ignorados. No dia 19 de dezembro, informou-se ao MRE que Benário deu entrada em um requerimento pedindo o registro de sua filha como brasileira, “sendo indicado como pae o seu pseudo

³²⁸ KNEPPER, 2011, p. 186

³²⁹ AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 3, volume/maço 14. Affonso Henrique de Miranda Corrêa para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 19/06/1936.

³³⁰ AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 3, volume/maço 14. Affonso Henrique de Miranda Corrêa para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 19/06/1936.

³³¹ RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Editora Record, 2020, p. 438.

marido Luiz Carlos Prestes.”³³² A carta escrita por Benário para a Embaixada brasileira em Berlim foi copiada e remetida com tradução para o Ministério:

Na qualidade de cidadã da Republica Brasileira solicito ser feito o registro de Anita Leocadia Prestes, nascida em 27.11.1936 em Berlim filha do Cap. Luiz Carlos-Prestes e de sua esposa Olga Benario-Prestes.

Ao mesmo tempo desejo saber, si me podem indicar o actual paradeiro de minha sogra, Sra. Leocadia Prestes e, se possível, o seu endereço.

A sua resposta peço dirigir á: Geheime Staatspolizei (Policia Secreta), Nº 2428/36 - II 1 A 1 para O. Benario-Prestes.³³³

Em resposta à solicitação de Benário, o Departamento Consular da Embaixada do Brasil em Berlim afirmou que seu requerimento havia sido encaminhado ao MRE no Rio de Janeiro, que decidiria sobre o assunto. As autoridades consulares afirmaram, também, não conhecer a Sra. Leocadia Prestes. Esta informação pode ser contestada se levarmos em consideração a importância dada pelas autoridades policiais ao envolvimento de familiares na denúncia e tratamento dos presos políticos. Leocadia, em conjunto com Minna Ewert, mobilizou uma campanha internacional de conscientização pública sobre o paradeiro dos Ewert, Prestes e Benário, além de outros envolvidos na Intentona de 1935. Por meio da chamada “campanha Prestes”, Leocadia foi três vezes a Berlim, acompanhada por sua filha Lygia e por delegações de mulheres europeias, sem ter conseguido permissão para contato com Olga.³³⁴ As organizações humanitárias femininas protagonizaram os protestos contra o governo Vargas e a favor dos direitos humanos neste contexto. Assim como no caso da pressão internacional contra a expulsão de Ewert, Anita Prestes aponta a importância da campanha realizada mundialmente para a sua sobrevivência.³³⁵ Com visita à Cruz Vermelha Internacional em Genebra, Leocadia pediu ajuda à comunidade internacional para melhores condições para Olga dentro da prisão nazista. Após intercessão desta autoridade, foi permitido o contato de Olga com sua sogra por meio de cartas. Só assim Leocadia soube do nascimento de sua neta, e conseguiu enviar alimentos e outros artigos à Alemanha. A vigilância da correspondência das duas pela Embaixada do Brasil em Berlim, no entanto, pode ser observada pelo envio de cópias fotográficas das cartas enviadas por Leocadia, residindo em Paris, a Olga. Nesta ocasião, Moniz de Aragão solicitou o envio do documento à polícia do Distrito Federal, e fez referência aos assuntos abordados:

³³²AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 29/12/1936.

³³³AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 29/12/1936.

³³⁴ PRESTES, 2017, p.27

³³⁵ PRESTES, 2017, p.29

Além da referencia ao advogado Dr. Sobral Pinto, (...) Vossa Excellencia se servirá de verificar que Lady Hastings, conhecida propagandista vermelha, que já esteve no nosso paiz, está fornecendo auxilio pecuniario a Olga Benario, como se deprehe de da leitura da carta em apreço.³³⁶

Ao remeter o documento para o chefe de polícia, Hildebrando Accioly, chefe da Divisão Política e Diplomática do Itamaraty, aponta que da correspondência se podia deduzir “que as Senhoras Benario e Prestes se correspondem com Luiz Carlos Prestes por intermedio do advogado Sobral Pinto.”³³⁷ O interesse do Itamaraty na vigilância e prisão de Olga demonstra a ação política efetuada pelo Ministério de Relações Exteriores neste momento. Em 4 de agosto de 1937, o relatório de Moniz de Aragão abordando a campanha Prestes aponta o movimento realizado para a obtenção da liberdade de Olga:

Cogita, agora, o comunismo de conseguir, por todos os meios, a liberdade de Olga Benario, que, como Vossa Excellencia não ignora, está detida aqui.

Visitou-me, recentemente, o Ministro da Belgica, Visconde Davignon, que me disse haver recebido instruções do seu Governo para fazer junto ao Governo Allemão as necessarias demarches para a libertação de Olga Benario. Entregou-me, nessa occasião, o aide-mémoire, (...) e pediu-me informações sobre o caso, para poder deliberar sobre a maneira de cumprir as ordens recebidas do Governo belga.³³⁸

A tentativa de intervenção de outros governos, por meio dos movimentos humanitários contrários à expulsão de Olga, pode ser observada por meio da correspondência enviada por Moniz de Aragão. O governo belga, em tentativa de contato com o governo alemão, solicitou medidas para a sua liberdade. Entretanto, o embaixador brasileiro se mostrou determinado a não interferir ou ajudar neste processo:

Respondi-lhe, logo, que Olga Benario não havia até agora fornecido provas de ser casada com Luiz Carlos Prestes, e que, mesmo que isso fosse certo, ella só poderia adquirir a nacionalidade brasileira por meio de naturalização. Informei-o, tambem, de que ella não fôra extraditada e sim expulsa do Brasil, por ter tomado parte na revolução communista de Novembro de 1935, tendo sido enviada para a Allemanha, seu paiz de origem.³³⁹

³³⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 7. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/04/1937.

³³⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 14. Hildebrando Accioly para Filinto Müller. 24/04/1937.

³³⁸AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/08/1937.

³³⁹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/08/1937.

A ênfase na diferença entre expulsão e extradição e suas conotações políticas apontadas acima justificam a diferença de tratamento e impossibilidade de libertação de Olga. Após o esclarecimento ao Ministro Davignon, foi salientada a “má impressão que certamente causaria uma intervenção junto ao Governo alemão, para a libertação de Olga Benario.”³⁴⁰ O movimento internacional para a liberdade de Elise e Olga, após inúmeras tentativas, não conseguiu se interpor aos contatos de vigilância transatlânticos desenvolvidos neste momento. Catorze meses depois de seu nascimento, Anita foi retirada de Olga e entregue à sua avó Leocadia Prestes pela Gestapo. Uma vez sem sua filha, foi transferida para o campo de Lichtenburg em fevereiro de 1938, e em maio de 1939 para Ravensbrück. Neste campo de concentração, passou seus últimos momentos até ser assassinada no dia 30 de abril de 1942.

Por meio da análise do caso de três ativistas transnacionais com ligações à Internacional Comunista, foi possível entender uma das formas utilizadas por governos autoritários para o combate a seus dissidentes em nível internacional. Envolvendo contatos diplomáticos, compartilhamento de fichas e informações policiais, vigilância de correspondências e de manifestações e, em última instância, o encarceramento, interrogação e torturas. Considerando o desafio administrativo apontado por Unterman, voltado para a tentativa de aplicação de leis nacionais à indivíduos transnacionais³⁴¹, a resposta brasileira à presença de estrangeiros na tentativa revolucionária de 1935 estreitou contatos policiais entre agências de vigilância política e mobilizou estratégias institucionais para a perseguição aos envolvidos. A atuação de comunistas organizados internacionalmente levou ao desenvolvimento de estratégias de repressão e foi utilizada para justificar ideais nacionalistas xenofóbicos de proteção ao Estado.³⁴² A visão do estrangeiro como problema para a estabilidade política do país pode ser interpretada por meio do “caráter global da xenofobia” mencionado por Reggiani.³⁴³ Porém, diferente do que defende por esta visão, ao delimitar este fenômeno como limitado a fins do século XIX, é possível observar a continuidade de tendências de perseguição a estrangeiros ao longo do período entreguerras. O contexto de valorização de políticas autoritárias e diminuição de liberdades individuais deram origem a novos desenvolvimentos para a perseguição de indivíduos.

³⁴⁰AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/08/1937.

³⁴¹ UNTERMAN, 2015, p.3

³⁴² PUTNAM, Lara. **Radical moves: Caribbean migrants and the politics of race in the jazz age**. UNC Press Books, 2013, p.83; SALVATORE, Ricardo D.; AGUIRRE, Carlos. Revisitando El nacimiento de la penitenciaría en América Latina veinte años después. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 4, 2017, p.21

³⁴³ REGGIANI, Andrés Horacio. **Historia mínima de la eugenesia en América Latina**. El Colegio de Mexico AC, 2019, p.84

3.5 - Considerações Finais

Neste trabalho, o envolvimento brasileiro em redes anticomunistas internacionais foi descrito como uma manifestação do internacionalismo fascista que se desenvolveu no entreguerras. O destaque para o papel da diplomacia em meio às propostas de policiamento e vigilâncias entre fronteiras permitiu a análise da participação de funcionários do Itamaraty como agentes brasileiros atuando no estrangeiro. Mediante a isto, o crescente contato entre Brasil e Alemanha pôde ser visto como uma comprovação dos impulsos autoritários para a formação de uma rede de compartilhamento de informações sobre a ação revolucionária do Comintern. A proximidade entre Berlim e Rio de Janeiro na década de 1930, entretanto, não se sustentou por muito tempo. A partir do ano de 1938, diversos eventos executados pela política externa nazista foram responsáveis pelo afastamento brasileiro do eixo autoritário europeu, e por uma consequente aproximação dos Estados Unidos. Uma crise diplomática entre Brasil e Alemanha se iniciou devido à influência nazista em territórios do sul do Brasil. Ao estabelecer medidas de nacionalização destes territórios brasileiros, Vargas passou a interferir na política hitlerista de ganho de influências na América Latina.³⁴⁴ Em correspondência enviada para o embaixador Moniz de Aragão em Berlim, a secretaria do MRE solicita alguma interferência do governo alemão em relação ao comportamento de seu embaixador, Karl Ritter:

Tendo em vista a situação altamente tensa creada pelo Embaixador alemão nesta capital a proposito de certos incidentes verificados, principalmente no sul do país, em consequencia das recentes medidas tomadas pelo Governo Federal tendentes a acautelarem a tranquilidade e a segurança nacionaes, tenho a honra de solicitar a Vossa Exelencia urgentes providencias junto ao Governo alemão, no sentido de serem aplainadas as dificuldades suscitadas pela intransigencia do seu representante diplomatico.³⁴⁵

O pedido de providências sobre o comportamento de Ritter é detalhado na correspondência. O embaixador teria se recusado a comparecer em cerimônias oficiais “como sinal de protesto ao Decreto-Lei relativo às associações estrangeiras de caráter político e á prisão, para averiguações, de alguns agentes nacional-socialistas que infringiram o dito dispositivo legal.”³⁴⁶ A interferência nazista no sul do país foi denunciada, com ênfase na participação de autoridades diplomáticas alemãs:

³⁴⁴SEITENFUS, 2003, p. 148

³⁴⁵AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Moniz de Aragão. 25/05/1938.

³⁴⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Moniz de Aragão. 25/05/1938.

De ha muito vêm sendo as vistas do Governo brasileiro solicitadas, pelas autoridades competentes, para certos fatos, de caráter indiscutivelmente grave, verificados nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde agentes nazistas, apoiados e secundados pelos Consules alemães, desenvolvem forte ação de propaganda, semeando a discordia entre as populações de origem germanica e exercendo sobre as mesmas uma pressão quasi que intoleravel para a soberania nacional.³⁴⁷

O plano de ganho de influência nazista no Brasil, em colônias de imigrantes alemães, se mostrava ameaçado pelo projeto de nacionalização e centralização da cultura brasileira projetado por Vargas. As manifestações de Ritter sobre esta política envolveram a denúncia à prisão de um indivíduo em Porto Alegre “(...) um certo Senhor Ernst Dorsch, qualificando-o de “chefe distrital” do “Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei”, e reclama contra as “torturas” infligidas ao mesmo pelas autoridades policiais brasileiras, por ocasião do inquerito.”³⁴⁸ A ação de uma célula do partido nazista alemão dentro do Brasil, com a participação de brasileiros em seu interior aponta para a ação internacional do NSDAP para ganho de influência externa. A ideia de um pangermanismo hitlerista era voltada para a anexação de territórios com presença alemã, e sua ação no sul do Brasil pode ser considerada como voltada para este objetivo. Além disso, a reclamação contra os maus tratos de Ernst Dorsch pela polícia brasileira deve ser ressaltada: em 1938, representantes do governo alemão já tinham plena consciência do tratamento dos alemães Ewert, Saborowski e Benário nas prisões brasileiras. No ano de 1936, quando estes foram presos, e posteriormente, não é possível ver qualquer denúncia sobre maus tratos em relação a estes indivíduos. Notadamente, Saborowski e Benário, depois de serem expulsas para Berlim, continuaram a sofrer torturas em prisões e campos de concentração nazistas. Tendo em vista este contexto, é interessante as manifestações contra a polícia no caso da prisão de Dorsch. Pode-se afirmar que todo o processo de troca de informações e aprendizado de agentes do Desps com a Gestapo alemã, no final das contas, não saiu como esperado, uma vez que o processo de perseguição política no Brasil, em fins dos anos 30, passou a incluir nazistas atuando em regiões brasileiras.

Em correspondência à Moniz de Aragão, no mês seguinte, a ameaça à estabilidade entre relações germano-brasileiras foi descrita como responsabilidade de Ritter:

Nem é possível, em boa fé, admitir que a prisão de uma meia dúzia de súditos germânicos, em momentos de profunda alteração da ordem pública e de ameaça

³⁴⁷AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Moniz de Aragão. 25/05/1938.

³⁴⁸AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Moniz de Aragão. 25/05/1938.

revolucionária às instituições, venha a comprometer a excelência das relações de amizade de dois grandes países - o Brasil e a Alemanha -, unidos por tantos interesses comuns. Pois foi com uma ameaça clara de rompimento de relações aquilo com que nos acenou truculentamente o Senhor Ritter, caso não acudissemos solicitamente e imediatamente às suas reclamações!³⁴⁹

A ação de Ritter e ameaças de rompimento de relações entre Brasil e Alemanha levaram a uma crise diplomática entre os dois países. Berlim passa a adotar uma política externa de força e intransigência, que culminou com a retirada de Ritter do Brasil. Depois de ser afastado do Brasil por pedido do governo alemão em julho de 1938, autoridades alemãs comunicaram à Moniz de Aragão em agosto que Ritter retorne ao Rio de Janeiro no máximo ao início de 1939.³⁵⁰ Em vista disso, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores neste momento, considerou inviável o retorno de Ritter para o país. Moniz de Aragão enviou nota formalizando o pedido de que o embaixador alemão não volte para o seu posto no Brasil. Este pedido foi um grande choque para o Terceiro Reich que, em resposta, solicitou a revogação do cargo do embaixador Moniz de Aragão.³⁵¹

A partir de outubro de 1938, as relações entre o governo varguista e hitlerista passam a esfriar consideravelmente. Em novembro deste mesmo ano, Hildebrando Accioly enviou à Filinto Müller denúncia recebida pelo Itamaraty sobre atuação de agentes nazistas estrangeiros no Brasil: “(...) tivemos denúncia da presença, em território nacional, de agentes da “Gildemeester” que, segundo a aludida denúncia, é uma organização subvencionada pelo partido nazista e está sob controle da “Gestapo”, Polícia Secreta alemã.”³⁵² A menção à atuação de agentes ligados a Gestapo, agindo de forma supostamente internacional deve ser assinalada: antes com suposto objetivo de vigilância contra ação comunista, passou a enviar indivíduos para países autoritários com regimes similares ao Terceiro Reich. A identidade dos agentes mencionados na correspondência foi também enviada ao chefe de polícia:

Entre os mesmos, encontram-se o Sr. Gottfrid Muthsam e Caecilia Blumenfeld, cujos passaportes foram visados pelo Serviço Consular do Brasil em Viena sob os ns. 143 e 150, os quais desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, procedentes de Hamburgo, em 22 e 12 de Outubro proximo findo, respectivamente.³⁵³

³⁴⁹AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Moniz de Aragão. 28/06/1938.

³⁵⁰ SEITENFUS, 2003, p.136

³⁵¹ Ibid., p.137

³⁵²AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Filinto Müller. 08/11/1938.

³⁵³AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Filinto Müller. 08/11/1938.

A secretaria do Itamaraty trás atenção para as fichas de identificação de ambos os indivíduos para o registro de estrangeiros no país: “As 3as vias das folhas de identificação individual para o registro e estatística da entrada de estrangeiros em território nacional, das pessoas mencionadas, acham-se arquivadas na Polícia Marítima.”³⁵⁴ A vigilância de elementos nazistas estrangeiros no Brasil delimita os novos rumos da política externa brasileira a partir de 1938. Oswaldo Aranha passou a atuar como ministro das Relações Exteriores em troca de seu apoio ao Estado Novo ditatorial de Vargas. A partir deste momento, Aranha, com simpatias voltadas aos Estados Unidos e projetos para uma política externa menos autoritária e mais panamericana, contrapõe a política interna varguista por meio de maiores contatos com nações democráticas. Por meio de crescente afastamento dos países do Eixo e aproximação com Washington, Aranha determinou nova direção para a organização do Itamaraty, que passou a atuar de modo mais centralizado por seu ministro.³⁵⁵

A partir da saída de Moniz de Aragão, o Brasil possuía apenas um encarregado de negócios em Berlim, Themístocles da Graça Aranha. Depois de meses sem um embaixador brasileiro na Alemanha, e sem um embaixador alemão no Brasil, em julho de 1939 foram apontados os novos embaixadores. Cyro de Freitas Valle, diplomata de carreira, foi o apontado para Berlim. Considerado de confiança para Aranha, Freitas Valle representaria uma diplomacia menos ligada ao autoritarismo e envolvimento político do que a realizada por Moniz de Aragão. Em nove de agosto de 1939, Aranha envia instruções para a ação de Freitas Valle na Alemanha, onde a manutenção de relações cordiais mediante tensões crescentes no continente europeu foi sinalizada:

A manutenção dessa cordialidade é o principal objetivo político de sua missão. O Governo brasileiro deseja ter as melhores relações com o Governo alemão, sendo propósito seu alargá-las e estreitá-las sempre que para isso se lhe oferecer qualquer oportunidade. Não quer compartilhar dos sentimentos políticos que dividem, presentemente, as principais potências européias, nem julga oportuno opinar sobre os novos regimens ou princípios de direito público, que se estão processando em algumas delas de algum tempo para cá. (...) o Brasil faz empenho, com relação à Alemanha, em ficar afastado de todos êsses problemas, e prefere manter com êsse país relações de pura cordialidade, sem quaisquer compromissos de ordem política, social e doutrinária.³⁵⁶

O compromisso de neutralidade política por parte da embaixada brasileira em Berlim pode ser visto como uma nova forma de ação diplomática mediante a Alemanha neste momento. A

³⁵⁴AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Filinto Müller. 08/11/1938.

³⁵⁵SEITENFUS, 2003, p.83

³⁵⁶AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Ministro das Relações Exteriores para Freitas Valle. 09/08/1939.

cooperação entre os dois países, com motivações político-ideológicas sustentadas até este momento pelo núcleo pró-totalitário de dirigentes varguistas, sofreu com a crise diplomática de 1938 e não retomou suas forças posteriormente. A década de 1940 delimita novas aproximações entre Brasil e EUA e, com a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial em 1942, as possibilidades de reaproximação entre o governo brasileiro e o alemão se mostraram nulas.

Este estudo permitiu apontar como contatos policiais e diplomáticos podem servir interesses políticos entre nações envolvidas. O período entreguerras construiu novos diálogos e aproximações internacionalistas, com ênfase na luta contra comunistas que atuavam de forma organizada e transnacional. Ao explicitar as redes mantidas entre agentes brasileiros e alemães, ambos com motivações autoritárias, foi possível identificar os diferentes modos de ação do policiamento anticomunista internacional. Nota-se que a política hitlerista de busca de influência externa guiou suas motivações para o estreitamento de contatos para além de suas fronteiras. Ao longo da década de 1930, mas principalmente no ano de 1936, o contato alemão com o Brasil demonstrou o grande interesse nazista para ação dentro do país. Entretanto, depois de priorizar uma diplomacia paralela, voltada para o ganho de influência em núcleos de imigrantes alemães no sul do Brasil, a ruptura das relações diplomáticas oficiais entre Berlim e Rio de Janeiro pode demonstrar que os objetivos nazistas de uma “grande Alemanha” não se concretizaram na América Latina. Os contatos próximos entre os regimes se estabeleceram com a condição do reconhecimento da soberania nacional dos dois regimes. As ações de dirigentes nazistas com o propósito de apoiar partidos estrangeiros e ações que enfraqueceriam o poder nacional brasileiro deram origem à prisão e condenação da participação nacional-socialista durante o Estado Novo. O ano de 1938 marcou uma mudança de rumos da política externa nazista, se deslocando da busca de influência por simpatia de outros governos e difusão de propaganda vista ao longo da década. A atuação do partido nazista no sul do Brasil ocorreu no mesmo ano da *Anschluss*, anexação da Áustria ao território alemão. A invasão da Polônia, ocorrida no ano seguinte, indica a continuidade de nova política externa de agressão e tomada territorial que passa a ser feita pelo Terceiro Reich, e que terá continuidade ao longo da Segunda Guerra Mundial. Uma vez motivados pelo estreitamento de contatos anticomunistas, para o compartilhamento de informações sobre indivíduos atuantes entre fronteiras voltados para o desmantelamento da ordem política nacional, a ação internacional nazista em fins da década de 1930 passou a se assemelhar ao que mais acusava em suas propagandas políticas, uma potência atuando de forma internacional para cooptar outros territórios nacionais.

Conclusão

O internacionalismo fascista estabelecido ao longo do entreguerras demonstrou a necessidade de cooperação política de regimes autoritários e nacionalistas com o propósito de combater a Internacional Comunista. Herren, ao apontar o “lado obscuro da globalização” por meio do papel e influência nazistas em organizações internacionais, descreve como estes contatos podem ser utilizados com propósito de propaganda e ganho de influência política externa.³⁵⁷ Os governos nacionalistas, em momento de crescimento autoritário, voltaram-se para o desenvolvimento de mecanismos internacionais para a manutenção de seus regimes. A partir do início da Segunda Guerra Mundial, o internacionalismo fascista não se sustentou com países não alinhados ao Eixo. A falha da política internacionalista levada a cabo pelo nazifascismo ocorreu pela falta de reconhecimento da soberania nacional dos países onde tinha contatos. O exemplo brasileiro demonstra ações de diplomacia paralela pelo Terceiro Reich e questionamento da política de nacionalização estabelecida pelo Estado Novo. O apoio e financiamento do partido fascista brasileiro, a Ação Integralista Brasileira (AIB), pela diplomacia italiana no Brasil também indica a ação triangular destes governos com movimentos políticos brasileiros.³⁵⁸ Entretanto, o redirecionamento da política externa brasileira, a partir de 1938, para orientação cada vez mais pan-americanista, com influência estadunidense, não indica um afastamento do anticomunismo observado até agora. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, as redes internacionais contra o avanço da URSS foram retomadas. Sem a participação do regime alemão, membros fundadores da *Entente Internationale Anticomuniste* buscaram a influência da potência estadunidense nesta organização internacional.³⁵⁹ Deste modo, o anticomunismo entre fronteiras pode ser visto como um processo histórico, que não se iniciou, mas se fortificou ao longo da Guerra Fria. Com origens autoritárias e estabelecido por agentes inclinados ao fascismo, estas redes se institucionalizaram de modo mais intenso ao longo do pós-guerra. Embora exista grande ênfase da historiografia sobre instituições anticomunistas internacionais na Guerra Fria, suas origens foram analisadas mais a fundo ao longo deste trabalho. O entreguerras desenvolveu os contatos e motivações de atores para a futura consolidação destas ações de forma mais centralizada no futuro.

³⁵⁷ HERREN, Madeleine. ‘Outwardly... an Innocuous Conference Authority’: National Socialism and the Logistics of International Information Management. **German History**, Oxford, v. 20, n. 1, 2002, p. 70

³⁵⁸ SEITENFUS, 2003, p. 63

³⁵⁹ DA SILVA, Vicente Gil; SCHWARZ, Laura Maria Loss. Wladimir Lodyginsky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. **Tempos Históricos**, v. 26, n. 1, 2022, p.283

O envolvimento da diplomacia brasileira com anticomunistas europeus ocorreu pela influência do embaixador brasileiro em Berna, Raul do Rio Branco. A presença deste em reuniões da EIA na Suíça levaram Rio Branco a se aproximar da família Lodyginsky. Georges Lodyginsky, imigrante russo, foi um dos criadores da Entente anticomunista. Após o final da guerra e a derrota do Eixo, os Lodyginsky, situados na França, foram acusados de colaborar com Vichy e com a Gestapo. Após fugirem para a Suíça, para evitar a condenação francesa, também são pedidos a abandonar o território suíço. Neste momento, pode-se observar a proximidade dos Lodyginsky com o embaixador brasileiro: Rio Branco propõe a ida destes agentes anticomunistas para o Brasil.³⁶⁰ A partir do estabelecimento dos Lodyginsky em São Paulo, o filho de Georges, Wladimir, já inserido nas redes anticomunistas transnacionais desde antes da eclosão da Segunda Guerra, continuou suas ações anticomunistas em território brasileiro. Sua atuação entre fronteiras aponta a ação do anticomunismo enquanto luta internacional, levada a cabo pelo contato entre grupos privados e aparelhos estatais.³⁶¹ O contato entre os Lodyginsky, primeiramente por meio da EIA, e membros do Itamaraty, demonstram a institucionalização do anticomunismo como parte crucial da política externa brasileira, exposto principalmente a partir da criação do Serviço de Estudos e Investigações (SEI). A ação de Georges Lodyginsky na EIA permaneceu enquanto vivia em São Paulo. Na última reunião da Entente, em novembro de 1950, Georges informou que uma base da EIA, com arquivos atualizados, foi criada no Brasil.³⁶²

Uma vez no Brasil, Wladimir Lodyginsky fundou diversas organizações anticomunistas, que atuavam na política nacional. A mais influente, a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), criada em 1958, atuou em colaboração com outros grupos reacionários brasileiros, influenciando a opinião pública a favor do eventual golpe civil-militar de 1964. Lodyginsky participou como uma das lideranças da Marcha da família com Deus pela liberdade.³⁶³ A ação destes indivíduos estrangeiros na política nacional demonstra como o material anticomunista recolhido por uma organização internacional foi utilizado para motivar o movimento golpista no pós-guerra brasileiro. O contato entre os Lodyginsky com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e a associação com militares da Escola Superior de Guerra (ESG) confirmam a conexão entre o autoritarismo brasileiro e o anticomunismo internacional.³⁶⁴ Após a

³⁶⁰ ROULIN, 2014, p.422

³⁶¹ DA SILVA, 2020, p.698

³⁶² DA SILVA; SCHWARZ, 2022, p.280

³⁶³ MACHADO, 2024, p.627

³⁶⁴ Ibid., p.619

implantação do regime militar em 1964, Wladimir Lodygensky deixou o Brasil para se estabelecer na Itália, com possíveis ligações com o Vaticano, entre 1966 e 1967.³⁶⁵ A saída deste agente do país não anulou seus efeitos na política nacional. A ação internacional de anticomunistas e contato destes com funcionários do Estado brasileiro influenciaram na sua política interna desde o entreguerras até todo o período da Guerra Fria.

O internacionalismo anticomunista na América Latina se institucionalizou mais a fundo após 1945, continuando a tendência de conexões entre continentes da década de 1930. Os primeiros contatos voltados para o estabelecimento de organizações de vigilância anticomunista no plano continental, mencionados durante a Conferência Internacional Sul-americana de Polícia em 1920, apontam uma constante na preocupação com a ação revolucionária a partir deste momento. Como proposto no programa do Primeiro Congresso Iberoamericano Anticomunista, de 1937, o estabelecimento de uma organização anticomunista internacional, voltada para o compartilhamento de inteligência entre órgãos de vigilância ocorre apenas na década de 1960. Situado como parte da Liga Mundial Anticomunista (WACL), a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) demonstra a continuidade e relevância do internacionalismo anticomunista no mundo do pós-guerra.³⁶⁶ Deste modo, a importância do estabelecimento de redes contrarrevolucionárias entre países autoritários pôde ser compreendida pelo presente trabalho. As ações internacionais anticomunistas estimularam o contato entre nações autoritárias, estabelecendo conexões que permanecem atuando na manutenção de regimes pelas próximas décadas. A participação brasileira nesses contatos internacionais no entreguerras, vista por meio de participação em congressos, envio de agentes, inserção em redes de compartilhamento de propaganda e perseguição a agentes comunistas transnacionais, demonstrou que a década de 1930 foi um momento de intensificação de trocas internacionais voltadas para o policiamento político.

O papel da Alemanha nazista, ao agregar e intensificar esforços para a mobilização de uma internacional fascista em combate ao Comintern, deve ser visto como motivador principal para as ações anticomunistas entre fronteiras neste momento. A proximidade ideológica entre regimes varguista e hitlerista, assim como a motivação para o estreitamento de contatos por agentes policiais e diplomáticos, constituintes do bloco pró-nazista do governo brasileiro, justifica a intensificação de contatos germano-brasileiros até fins da década de 1930. Com a vitória dos aliados, os EUA se afastam de uma posição previamente isolacionista com relação à cooperação internacional, e passam a ser a potência liderante em

³⁶⁵ DA SILVA; SCHWARZ, 2022, p.296

³⁶⁶ KAYSEL, 2024, p.27

questões anticomunistas em plano global. Esta tendência indica como objetivos internos de potências nacionais podem influenciar em desenvolvimentos e contatos internacionais. Por meio de contatos diplomáticos e organizações policiais, ideais autoritários de supremacia foram reforçados neste contexto. A existência de um internacionalismo fascista e anticomunista foi estabelecido, primeiramente, em contraponto ao internacionalismo revolucionário do Comintern, e operou pela reafirmação de fronteiras e interesses nacionais.

Bibliografia e Fontes

Fontes primárias

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI)

AHI. Rio de Janeiro, Prateleira 138, lata 3, volume/maço 41. Conferência Internacional Sul-americana de Polícia. 1932.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, Prateleira 5, Vol./maço 14. Telegramas Expedidos, Londres, 1931-1935.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada em Londres, 21/02/1931.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 20/05/1931.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 11/02/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 25/02/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 01/03/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 08/04/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Ministro de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 12/04/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 12/07/1932.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 12. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 13/09/1932.

AHI. Estante 29, prateleira 5, vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador em Londres. 18/09/1935.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 04/02/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 4. Berlim, Ofícios, 1936 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21/02/1936.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 15. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Chefe de Polícia. 03/03/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 14. Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores para Filinto Müller. 19/03/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 16/04/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 4. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/04/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Regis de Oliveira para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 25/05/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, prateleira 5, volume/maço 2. Regis de Oliveira para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 08/06/1936.

AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 16/06/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 3, volume/maço 14. Affonso Henrique de Miranda Corrêa para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 19/06/1936.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 5. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 27/07/1936.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 03/09/1936.

AHI. Estante 105, prateleira 5, vol./maço 14. Mario de Pimentel Brandão ao chefe de polícia do Distrito Federal. 14/09/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 4, volume/maço 11. Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Embaixador do Brasil em Berlim. 15/09/1936.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 9. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 24/09/1936.

AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretário Geral de Estado das Relações Exteriores ao chefe de polícia do Distrito Federal. 25/09/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 06/10/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 22/10/1936.

AHI. Estante 105 - Prateleira 5 - Vol./maço 14. Secretaria do Estado das Relações Exteriores à Embaixada em Berlim. 01/11/1936.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 6. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/11/1936.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 6. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 29/12/1936.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 7. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 03/02/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 7. Berlim, Ofícios, 1937 (jan.-abr.). Embaixador Moniz de Aragão ao Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18/03/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 7. Moniz de Aragão para Ministro de Estado das Relações Exteriores. 21/04/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 105, prateleira 5, volume/maço 14. Hildebrando Accioly para Filinto Müller. 24/04/1937.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 13/05/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, Prateleira 3, Vol./maço 8. Berlim, Ofícios, 1937 (maio-ago.). Telegrama expedido pela Embaixada do Brasil em Berlim, 22/05/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 27/05/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. 12/06/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 29, Prateleira 5, Vol./maço 15. Telegramas Expedidos, Londres, 1936-1937. Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada em Londres, 05/07/1937.

AHI. Estante 105, prateleira 3, vol./maço 14. Chefe de polícia do Distrito Federal ao Ministro de Relações Exteriores. 09/07/1937.

AHI. Estante 4, prateleira 3, vol./maço 8. Embaixador Moniz de Aragão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. 02/08/1937.

AHI. Rio de Janeiro, Estante 4, prateleira 3, volume/maço 8. Moniz de Aragão ao Ministro de Estado interino das Relações Exteriores. 04/08/1937.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

Exposição Nacional do Estado Novo. Rio de Janeiro: DNP, 1939. Disponível em: <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/exposicao-nacional-do-estado-novo>>

Arquivo Filinto Müller, FGV CPDOC, FM 33.02.21

Arquivo Filinto Müller, FGV CPDOC, FM 33.04.26

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA 30.10.02/1

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA 32.05.27

Hemeroteca Digital

Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro, Volume IV, 1931, p. 903

Quem é Harry Berger.... Jornal *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, domingo, 26 jan. 1936, p. 12

Depoz a esposa de Harry Berger. Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 22 maio 1936, p. 3.

O catálogo da Exposição Nacional do Estado Novo apreciado em Portugal. Jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 abr. 1939, p. 2.

Referências Bibliográficas

ALAMINO, Caroline Antunes Martins. **Perseguição política no governo constitucional de Getúlio Vargas: o caso de Augusto Pinto**. In: MOURELLE, Thiago; FRAGA, André. Olhares Sobre o Governo Vargas. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANDREAS, Peter; NADELMANN, Ethen. **Policing the Globe**: Criminalization and crime control in international relations. New York: Oxford University Press, 2006.

BARNETT, Michael; COLEMAN, Liv. Designing Police: Interpol and the study of change in international organizations. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 49, pp. 593-619, 2005.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

- BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A História da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, pp. 162-173, jan./jul. 2013.
- BRETAS, Marcos Luiz. Revista Policial: formas de divulgação das polícias no Rio de Janeiro de 1903. **História Social**, n. 16, p. 86-104, 2009.
- CAILLAT, Michel et al. Une source inédite de l'histoire de l'anticommunisme: les archives de l'Entente internationale anticommuniste (EIA) de Théodore Aubert (1924-1950). **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, v. 73, p. 25-31, 2004.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Estrangeiros e Ordem Social (São Paulo, 1926-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 201-237, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. **A intentona em Nova York**. Edições Humanidades, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. **Cadernos de História**, v. 13, n. 18, p. 79-97, 2012.
- CHALANTE, Susana. O Discurso do Estado Salazarista Perante o "Indesejável". **Análise Social**, Lisboa, v. 46, n. 198, pp. 41-63, 2011.
- CLAVIN, Patricia. An Epilogue to the Making and Unmaking of Central Europe and Global Order In: BECKER, Peter; WHEATLEY, Natasha (Ed.). **Remaking Central Europe: The League of Nations and the Former Habsburg Lands**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. **Contemporary European History**, Cambridge, v. 14, n. 4, pp. 421-439, 2005.
- CLAVIN, Patricia. Time, Manner, Place: Writing Modern European History in Global, Transnational and International Contexts. **European History Quarterly**, California, v. 40, n. 4, pp. 624-640, 2010.
- DA ROSA RANGEL, Carlos Roberto. A participação político-partidária no Uruguai e no Brasil (1930-1938). **História Social**, n. 13, p. 39-57, 2007.

- DA SILVA, Vicente Gil. **Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. 2020. Tese de Doutorado. Tese (doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social.
- DA SILVA, Vicente Gil; SCHWARZ, Laura Maria Loss. Wladimir Lodygensky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. **Tempos Históricos**, v. 26, n. 1, p. 275-299, 2022.
- DA SILVA PACHECO, Thiago. Para além de brucutus obedecendo ordens: os homens da repressão na Era Vargas. **Antíteses**, v. 14, n. 28, p. 258-287, 2021.
- DE CASTRO GOMES, Angela. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- DE CASTRO GOMES, Angela. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DE OLIVEIRA, Eliane Venturini. As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). **Locus: Revista de História**, v. 28, n. 2, p. 223-237, 2022.
- DE OLIVEIRA, Marília Rodriguez. ‘Sherlock Holmes no Brasil’: Elycio de Carvalho e o primeiro convênio policial brasileiro (1912). **Claves. Revista de Historia**, v. 4, n. 7, p. 9-37, 2018.
- DEFLEM, Mathieu. International Police Cooperation, History of. In: WRIGHT, R.; MILLER, J. **The Encyclopedia of Criminology**. New York: Routledge, pp. 795-798, 2005.
- DEFLEM, Mathieu. International Policing in Nineteenth-Century Europe: The Police Union of German States, 1851-1866. **International Criminal Justice Review**, California, v. 6, pp. 36-57, 1996.
- DEFLEM, Mathieu. The Logic of Nazification: The case of the International Criminal Police Commission (‘Interpol’). **International Journal of Comparative Sociology**, California, v. 43, n. 1, pp. 21-44, 2002.
- DEFLEM, Mathieu. **Policing World Society: Historical Foundations of International Police Cooperation**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DEFLEM, Mathieu. Policing International Society: Views from the United States. **Police Forum**, v. 7, n. 3, pp. 6-8, Jul. 1997.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. A divisão de segurança e informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e o

- monitoramento dos brasileiros exilados: o caso do Chile (1970-1973). **Tempos Históricos**, v. 24, n. 1, p. 416-453, 2020.
- DOS SANTOS RIBEIRO, Mariana Cardoso. Violações transnacionais: diplomacia, colaboração e repressão contra espanhóis (1936-1939). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, p. 139-171, 2020.
- DRACHKOVITCH, Milorad M. **Biographical dictionary of the Comintern**. Hoover Press, 1973.
- DULLES, John WF. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.
- EMSLEY, Clive. Political Police and the European Nation-State in the Nineteenth Century. In: **The Policing of Politics in the Twentieth Century**. Providence: Berghahn Books, 1997.
- EVANS, Richard J. **The Coming of the Third Reich**. New York: Penguin Books, 2005
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. A estrutura organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 15, n. 2, p. 293-309, 2011.
- FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FIJNAUT, Cyrille. The International Criminal Police Commission and the Fight Against Communism, 1923-1945. In: **The Policing of Politics in the Twentieth Century**. Providence: Berghahn Books, 1997.
- FIUZA, Alexandre Felipe. Uma ponte sobre o Atlântico: os exilados e as relações entre as polícias políticas brasileira e portuguesa (1950-1970). **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 210-227, 2014.
- FLORINDO, Marcos Tarcisio. O estado brasileiro e a repressão política na Era Vargas: montagem institucional do aparato de contenção e de controle da sociabilidade operária. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 2, n. 2, p. 36-47, 2015.
- FOONER, Michael. **Interpol: The Inside Story of the International Crime-Fighting Organization**. Chicago: Henry Regnery Company, 1973.
- GALEANO, Diego. **Criminosos Viajantes: Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.
- GALEANO, Diego. Las conferencias sudamericanas de policías y la problemática de los delincuentes viajeros, 1905-1920. **La policía en perspectiva histórica. Argentina y Brasil (del siglo XIX a la actualidad)**, Buenos Aires, 2009.
- GALEANO, Diego. Policías y Cultura: Nuevos abordajes desde América Latina. **Meridional**, Santiago, n. 14, pp. 7-15, 2020.

- GALEANO, Diego. Traveling criminals and transnational police cooperation in South America, 1890-1920. In: L. E. HUERTAS, B. A. LUCERO, & G. J. SWEDBERG. **Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America**. Tucson: University of Arizona Press, 2016.
- GARCIA, Eugenio V. Antirevolutionary diplomacy in oligarchic Brazil, 1919–30. **Journal of Latin American Studies**, v. 36, n. 4, p. 771-796, 2004.
- GILL, Peter; PHYTHIAN, Mark. What is intelligence studies?. **The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs**, v. 18, n. 1, p. 5-19, 2016.
- GOMES, Rafael Nascimento. Um ensaio sul-americano: as nossas primeiras aproximações das relações entre o Brasil e o Uruguai na década de 1930. **POLIS, Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 39, p. 1-11, 2014.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Criminalidade transnacional, vigilância política e internacionalização da polícia portuguesa, 1919-1939. **Ler História**, Lisboa, n. 80, pp. 201-223.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Extradition, transnational crime and diplomacy: The South Atlantic in the age of capital. **The International History Review**, 2024.
- HANCOCK, Eleanor. Ernst Röhm versus General Hans Kundt in Bolivia, 1929–30? The Curious Incident. **Journal of Contemporary History**, v. 47, n. 4, pp. 691-708, 2012.
- HÄRTER, Karl. The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century: Political Crime, Police Cooperation, Security Regimes and Normative Orders - an Introduction. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019.
- HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019.
- HERREN, Madeleine. Fascist Internationalism. In: SLUGA, Glenda; CLAVIN, Patricia. **Internationalisms: A Twentieth-Century History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- HERREN, Madeleine. ‘Outwardly... an Innocuous Conference Authority’: National Socialism and the Logistics of International Information Management. **German History**, Oxford, v. 20, n. 1, pp. 67-92, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLBRAAD, Carsten. **Internationalism and Nationalism in European Political Thought**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HOOVER, J. Edgar. **Estudo Sobre o Comunismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.
- HUGGINS, Martha K. US-supported state terror: a history of police training in Latin America. **Crime and Social Justice**, n. 27/28, p. 149-171, 1987.
- IVANI, Mario. **Esportare il Fascismo: Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)**. Bologna: CLUEB, 2008.
- JENSEN, Richard Bach. **The Battle Against Anarchist Terrorism: An International History, 1878-1934**. New York: Cambridge University Press, 2014.
- JENSEN, Richard Bach. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the Origins of Interpol. **Journal of Contemporary History**, California, v. 16, n. 2, pp. 323-347, abr. 1981.
- KAYSEL, André. As Ideias da Guerra Fria, A Guerra Fria nas Ideias: apontamentos sobre a transnacionalização do discurso político a partir do caso da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL)(1972-1984). **Wirapuru: Revista Latinoamericana de Estudios de las Ideas**, n. 5, p. 1-13, 2022.
- KAYSEL, André. A nação e seus outros: o nacionalismo e a contra-insurgência no discurso da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 23, n. 48, p. 27-51, 2024.
- KNEPPER, Paul. **International Crime in the 20th Century: The League of Nations era, 1919-1939**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- LEWIS, Mark. **The birth of the new justice: the internationalization of crime and punishment, 1919-1950**. Oxford, 2014.
- LVOVICH, Daniel. El Gran Miedo de 1919 a escala global: la Semana Trágica argentina y los archivos norteamericanos. **Estudios-Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba**, n. 43, p. 159-172, 2020.
- MACHADO, Rodolfo. A internacionalização da extrema-direita brasileira na Guerra Fria: do movimento secundarista anti-Goulart à Liga Mundial Anticomunista (o nexos Clace-Sepes, 1962-1977). **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 16, n. 1, 2024.
- MAGALHÃES, Fernanda Torres. **O Suspeito Através das Lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- MANN, Michael. **Fascists**. New York: Cambridge University Press, 2004.

- MARCKS, Holger. Who's the Criminal? Anarchist Assassinations and the Normative Conflict about Legitimate Violence. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019.
- MAZOWER, Mark. **Governing the World: The History of an Idea**. New York: The Penguin Press, 2012.
- MAZOWER, Mark. **The Policing of Politics in the Twentieth Century**. Providence: Berghahn Books, 1997.
- MCDONOUGH, Frank. **Gestapo: Mito e realidade na polícia secreta de Hitler**. São Paulo: Leya, 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. **Locus**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, pp. 227-246, 2007.
- NEPOTE, Jean. Coordenação dos Serviços de Polícia no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 94, n. 1, p. 95-102, 1962.
- NUGENT, David; VINCENT, Joan (Ed.). **A Companion to the Anthropology of Politics**. John Wiley & Sons, 2008.
- NUNES, Diego. Extradition and Political Crimes in the "International Fight Against Crime": Western Europe and Latin America, 1833-1933. In: HÄRTER, Karl; HANNAPPEL, Tina; TYRICHTER, Jean Conrad. **The Transnationalisation of Criminal Law in the Nineteenth and Twentieth Century**. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 2019.
- NUNES, Diego. Extradução na Itália Fascista (1922-1943) e no Brasil de Getúlio Vargas (1930-1945) entre a Ascensão do "Direito Penal do Fascismo" e a Sobrevivência da Tradição Liberal do Direito Penal. **Sequência**, Florianópolis, p. 9-30, 2018.
- PAIXÃO, Cristiano. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. **Araucaria. revista iberoamericana de filosofia, política y humanidades**, v. 13, n. 26, p. 146-169, 2011.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINTO, António Costa; KALLIS, Aristotle. **Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- PINTO, António Costa. European Fascism: The unfinished handbook. **Contemporary European History**, Cambridge, v. 21, n. 2, pp. 287-300, 2012.

- POSNER, Gerald L; WARE, John. **Mengele: A história completa do anjo da morte de Auschwitz**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo**. Boitempo Editorial, 2017.
- PUTNAM, Lara. **Radical moves: Caribbean migrants and the politics of race in the jazz age**. UNC Press Books, 2013.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Editora Record, 2020.
- READMAN, Kristina Spohr. Memoranda. In: DOBSON, Mirian; ZIEMANN, Benjamin. **Reading Primary Sources: The interpretation of texts from nineteenth- and twentieth-century history**. New York: Routledge, 2009.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REGGIANI, Andrés Horacio. **Historia mínima de la eugenesia en América Latina**. El Colegio de Mexico AC, 2019.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. Direito e autoritarismo, a expulsão de comunistas no Estado Novo (1937-1945). **Prisma Jurídico**, v. 7, n. 1, p. 163-184, 2008.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Sob o olhar da cruz vermelha: O Brasil ea proteção internacional dos direitos humanos (1930-1945). **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1-27, 2018.
- ROMANI, Carlo. Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: Contribuições ao debate teórico. **Crítica histórica**, n. 21, p. 10-33, 2020.
- ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 161-178, 2011.
- ROSAS, Fernando. **Salazar e os Fascismos: Ensaio breve de história comparada**. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- ROSE, R. S. **O Homem Mais Perigoso do País: Biografia de Filinto Müller**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles. **Transnational anti-communism and the Cold War: Agents, activities, and networks**. Springer, 2014.
- SALVATORE, Ricardo D.; AGUIRRE, Carlos. Revisitando El nacimiento de la penitenciaría en América Latina veinte años después. **Revista de Historia de las Prisiones**, n. 4, p. 7-42, 2017.
- SCHETTINI, Cristiana. Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920). **Tempo**, v. 18, p. 51-73, 2012.
- SCHILLER, Nina Glick. Transnationality. In: NUGENT, David; VINCENT, Joan (Ed.). **A Companion to the Anthropology of Politics**. John Wiley & Sons, 2008.

- SEITENFUS, Ricardo A Silva. O Brasil e o III Reich, 1933-1939. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 25, n. 1, p. 273-290, 1988.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil vai à Guerra**. São Paulo: Editora Manole, 2003.
- SETEMY, Adrianna. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEEX): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty. **Locus: Revista de História**, v. 24, n. 1, 2018.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- SLUGA, Glenda; CLAVIN, Patricia. **Internationalisms: A Twentieth-Century History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- SNYDER, Timothy. **Terras de Sangue: A Europa entre Hitler e Stalin**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- STUDER, Brigitte. **The Transnational World of the Cominternians**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- SZANAJDA, Andrew; MESSENGER, David A. The German Secret State Police in Spain: Extending the Reach of National Socialism. **The International History Review**, v. 40, n. 2, p. 397-415, 2018.
- TANNO, Janete Leiko. Cartas de presos políticos e de seus familiares: violência e atuação feminina no governo Vargas. 1930-1945. **Patrimônio e Memória**, v. 1, n. 1, p. 45-55, 2007.
- UNTERMAN, Katherine. **Uncle Sam's policemen: the pursuit of fugitives across borders**. Harvard University Press, 2015.
- VAN PUYVELDE, Damien; CURTIS, Sean. ‘Standing on the shoulders of giants’: diversity and scholarship in Intelligence Studies. **Intelligence and National Security**, v. 31, n. 7, p. 1040-1054, 2016.
- VON DER WEID, Carolina; UZIEL, Eduardo. Odette de Carvalho e Souza (1904-1970). In: MESQUITA, Thais; FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Diplomatas: Sete trajetórias inspiradoras de mulheres diplomatas**. Brasília: FUNAG, 2023.

WAACK, William. **Camaradas**: Nos arquivos de Moscou: A história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WADDINGTON, Lorna L. The anti-Komintern and Nazi anti-Bolshevik propaganda in the 1930s. **Journal of Contemporary History**, v. 42, n. 4, p. 573-594, 2007.